



ESCOLA SUPERIOR
DE **COMUNICAÇÃO SOCIAL**

*As Pupilas: Os Métodos de Investigação Utilizados numa
Investigação Jornalística sobre os Abusos na Igreja Católica
Portuguesa, da Grande Reportagem da SIC*

Sara Catarina Ferreira Rodrigues

Relatório de Estágio submetido como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em Jornalismo

Sob orientação do Professor Especialista Paulo Moura
na Escola Superior de Comunicação Social

Outubro de 2024

If I had to choose between government without newspapers, and newspapers without government, I wouldn't hesitate to choose the latter.

Thomas Jefferson (1787)

AGRADECIMENTOS

“Sempre chegamos ao sítio onde nos esperam”. Penso que esta frase de José Saramago reflete perfeitamente esta jornada. Sinto-me profundamente agradecida por estar rodeada de pessoas, tanto na vida pessoal como profissional, que acompanharam estes dois anos de aventura longe de casa. A minha mudança para Lisboa para tirar o mestrado em Jornalismo na ESCS, a experiência de viver sozinha e, por último, o estágio na SIC foram experiências transformadoras.

Aos meus pais, agradeço-vos por me permitirem sonhar e me ajudarem a alcançar os meus objetivos. Sem vocês, nada disto teria sido possível. Ao longo desta aventura, percebi o quanto a educação é essencial na vida de qualquer pessoa e que a educação começa em casa. Obrigada por colocarem sempre a minha educação em primeiro lugar e por me ensinarem que o saber não ocupa espaço. Mãe, obrigada por estares sempre disponível, mesmo à distância de uma chamada, para me ouvires e me fazeres companhia. Graças a ti, nunca me senti só. Obrigada pelos tupperwares com a tua comida de conforto, que ajudaram a atenuar as saudades de Casa. Acredito que o teu amor se expressa em cada comida que preparas. Pai, obrigada por apoiares qualquer decisão na minha vida e por me ensinares que com sacrifício, trabalho e humildade tudo se consegue. Espero que estejam orgulhosos de mim. Obrigada por toda a força e coragem que me deram nas viagens de regresso a Lisboa. Sou quem sou graças a vocês, e esta conquista também é vossa.

À minha querida avó Marcelina, a luz da minha vida, que me inspira todos os dias. É impossível falar de si sem me emocionar. O meu maior desejo é que continue presente em todas as fases da minha vida adulta. Serei sempre a sua Sarinha.

Aos meus padrinhos, agradeço-vos todo o amor incondicional e por estarem sempre ao meu lado.

A toda a minha família, agradeço-vos todo o carinho, apoio, força e por entenderem as minhas ausências em datas especiais.

À Bárbara, a minha amiga mais antiga, que me acompanha em todas as fases da vida, desde a pré-adolescência até à vida adulta. É um privilégio ter-te na minha vida e atrevo-me a dizer que a nossa amizade durará até sermos velhinhas.

À Beatriz, que mesmo à distância de 2 mil quilómetros, nunca deixou de me apoiar de perto e celebrar comigo cada conquista, como se fossem dela.

À Maria João, a minha companheira desta aventura, obrigada por seres casa, amparo e porto seguro. Chegaste no momento da minha vida em que eu mais precisava de ti. Iluminámos

a vida uma da outra em tempos difíceis, e, graças à nossa amizade, superamos esta jornada académica, que foi tudo menos fácil.

Um especial agradecimento à Patrícia, ao Zé e a toda a família Rodrigues Alexandre, por todo o colo, amor e carinho. Um obrigado nunca será suficiente para expressar tudo o que fizeram por mim. Obrigada por me permitirem ocupar um lugar no vosso coração.

Ao meu trio maravilhoso: Beatriz, Daniela e Leonor, por serem as minhas irmãs mais velhas, que me inspiram a lutar pelos meus sonhos, a ser feliz e a me tornar uma mulher empoderada.

À Dra. Rita, obrigada por me ajudar a tornar na minha melhor versão.

À Marta, a minha colega de trabalho, companheira de casa e de viagem nesta aventura em Lisboa. O teu apoio e amizade foram essenciais.

À Conceição, que, além de minha senhoria, é uma mulher fascinante, cheia de garra e corajosa. Tenho saudades das suas sopas reconfortantes, que aquecem a alma. Obrigada por me incentivar a explorar mais o mundo das artes e da literatura.

Ao meu orientador e professor Paulo Moura, pela dedicação e acompanhamento constante.

E ao Pedro Coelho, Filipe Teles, Diana Matias e Vítor Caldas, por me darem a oportunidade de aprender ao vosso lado. Atrevo-me a dizer que precisamos de mais jornalistas como vocês.

DECLARAÇÃO ANTI-PLÁGIO

Declaro que o presente relatório de estágio é um trabalho original da minha autoria para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo. Asseguro ainda que todas as citações se encontram devidamente identificadas e acrescento ter consciência de que o plágio poderá levar à anulação do trabalho apresentado.

18 de outubro de 2024

A candidata,



Sara Catarina Ferreira Rodrigues

RESUMO

O presente trabalho, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Jornalismo da *Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa*, visa a obtenção do grau de mestre e resulta de um estágio curricular de seis meses, entre 15 de janeiro e 15 de julho de 2024, na estação televisiva SIC.

O estudo de caso analisa o acompanhamento de uma investigação orientada pela equipa da *Grande Reportagem* sobre os abusos sexuais na Igreja Católica Portuguesa, explorando as estratégias dos jornalistas até chegarem à informação. O objetivo desta investigação é compreender o processo jornalístico, desde a escolha do tema até à decisão de investigação, os métodos de investigação utilizados pelos jornalistas, bem como os desafios e constrangimentos enfrentados numa investigação jornalística televisiva.

Este relatório de estágio também tem como objetivo compreender os diferentes conceitos e características do jornalismo de investigação, traçar o perfil do jornalista de investigação e perceber as especificidades do jornalismo de investigação televisivo na época atual. Assim, através de uma pesquisa bibliográfica (revisão da literatura sobre jornalismo de investigação e os seus métodos) e não documental (entrevistas exploratórias aos profissionais responsáveis pela investigação da SIC e observação participante), pretende-se compreender como é realizada uma investigação no canal televisivo privado, contribuindo para um melhor entendimento dos métodos de investigação utilizados numa reportagem.

Palavras-chave: Jornalismo de Investigação; Métodos de Investigação; SIC; Grande Reportagem; Investigação Jornalística Televisiva;

ABSTRACT

The present study, developed within the scope of the Master's in Journalism at the *Escola Superior de Comunicação Social* of the *Instituto Politécnico de Lisboa*, aims to obtain the master's degree and results from a six-month curricular internship, from 15th January to 15th July 2024, at the television station SIC.

This case study critically analyses the coverage of an investigation undertaken by the *Grande Reportagem* team regarding instances of sexual abuse within the Portuguese Catholic Church, with particular emphasis on the methods employed by journalists to acquire information. The primary objective of this study is to elucidate the journalistic process, encompassing the selection of the topic, the decision to pursue an inquiry, the investigative methods employed, and the various challenges and constraints encountered during the course of television journalism.

This internship report also aims to explore the various concepts and characteristics of investigative journalism, delineate the profile of an investigative journalist and examine the specificities of television journalism. Through bibliographic research (a literature review on investigative journalism and its methodologies) and non-documentary methods (exploratory interviews with professionals involved in the SIC coverage and participant observation), the report seeks to illuminate how investigations are conducted at the private television channel, thereby enhancing our understanding of the methodologies employed in reporting.

Keywords: Investigative Journalism; Investigative Methods; SIC; *Grande Reportagem*; Television Investigative Journalism;

ÍNDICE

Introdução.....	1
Capítulo I: O Jornalismo de Investigação e as suas Especificidades.....	4
1.1. Uma Aproximação ao Conceito de Jornalismo de Investigação.....	4
1.2. O Quarto Poder e o Papel de Watchdog como a Âncora do Jornalismo de Investigação.....	8
1.3. O Movimento <i>Muckraking</i> como Impulsionador do Jornalismo de Investigação	9
1.4. O Perfil do Jornalista de Investigação.....	11
1.5. As Especificidades do Jornalismo de Investigação Televisivo.....	13
1.6. Crise no Jornalismo	16
1.6.1. A Imprensa Adormeceu na Crise do <i>Subprime</i> ?.....	16
1.6.2. As Consequências da Crise Económica no Jornalismo de Investigação.....	17
1.6.3. A Ascensão das ONG's, do <i>Crowdfunding</i> e do Jornalismo Colaborativo.....	19
1.6.4. As Propostas de Soluções do Resgate do Jornalismo de Investigação	20
Capítulo II: Os Métodos no Jornalismo de Investigação	23
2.1. O Processo de Procura do Tema até à Decisão de Investigação	23
2.2. A Denúncia do Caso e o Contacto com as Fontes	24
2.2.1. A Denúncia.....	24
2.2.2. As Fontes	25
2.3. O Papel de Infiltrado ou a Infiltração de Terceiros.....	29
2.4. O Jornalista como Protagonista da Investigação	32
2.4.1. Participação nos Factos Investigados.....	32
2.4.2. O Jornalista Ingénuo	32
2.4.3. “A Raposa no Galinheiro”	32
2.5. A Utilização de Meios Visuais	32
2.5.1. A Câmara Oculta	32

2.5.2. A Reconstituição.....	34
2.6. Os Recursos Digitais como uma Nova Aliança nas Investigações Jornalísticas.....	35
2.6.1. OSINT, SOCMINT e a Quantidade Ilimitada de Dados	36
2.6.2. O Fenómeno das Leaks: Os Panama Papers e Paradise Papers	39
Capítulo III: A Experiência de Estágio e o Jornalismo de Investigação na SIC.....	41
3.1. Objetivos, Descrição, Escolha e Pertinência do Estudo.....	41
3.2. Estratégia Metodológica	42
3.2.1. Pesquisa Bibliográfica	42
3.2.2. Pesquisa Não Documental	43
3.4. Diário de Estágio	45
3.4.1. As Manhãs na SIC Notícias.....	46
3.4.2. A Grande Reportagem	47
3.4.3. Os Fins-de-Semana de Escala	49
3.5. Estudo de Caso: Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados	51
Conclusão	71
Bibliografia.....	75
Anexos.....	81
Anexo 1. Entrevista a Pedro Coelho	81
Anexo 2. Entrevista a Filipe Teles	101
Anexo 3. Entrevista a Diana Matias.....	111

LISTAS DE ABREVIATURAS

CAR - Computer-Assisted Research

CEP – Conferência Episcopal Portuguesa

CI - Comissão Independente

CIDEM - Casa da Infância Doutor Elysio de Moura

GR – Grande Reportagem

HUMINT - Human Intelligence

ICIJ - International Consortium of Investigative Journalists

JN – Jornal da Noite

LLM - Large Language Models

OSINT - Open Source Intelligence

PJ – Primeiro Jornal

RI – Repórter de Imagem

RTP - Rádio e Televisão de Portugal

SIC – Sociedade Independente de Comunicação

SOCMINT - Social Media Intelligence

SZ - Süddeutsche Zeitung

UC - Universidade de Coimbra

Introdução

“Um país sem uma imprensa forte e livre é uma sociedade muito mais pobre” (Oldroyd, 2021, p. 100). A imprensa, de forma independente deve questionar, informar e educar os cidadãos, permitindo-lhes uma melhor compreensão do mundo e responsabilizar aqueles que exercem o poder. O jornalismo pode, assim, ser considerado a “pedra angular crucial” para o bom funcionamento da democracia (Oldroyd, 2021, p. 100).

No mundo académico encontram-se diversas formulações do conceito de jornalismo de investigação. A reportagem de investigação pode ser considerada um “género distinto” (Birnbauer, 2019, p. 45) mas também um dos géneros mais prestigiados e bem vistos (Cooper, 2021, p. 44). Coelho e Silva (2018) classificam o jornalismo de investigação como uma “forma superior de jornalismo” (p. 82) que constitui “um género jornalístico exigente ao nível da sua execução e, na maioria das vezes, do seu financiamento e sustentabilidade” (p. 86).

Numa entrevista realizada a Pedro Coelho, o jornalista e académico explica que o jornalismo de investigação tem uma missão central assente em dois pilares: o impacto social e a credibilidade do jornalista. Um dos principais objetivos do jornalismo de investigação é descobrir factos ou verdades ocultas e revelá-los ao público, com o propósito de criar mudanças significativas na sociedade. O impacto social pode ser um dos alicerces do jornalismo de investigação, pois procura expor injustiças ou irregularidades. O impacto pessoal centra-se na construção e na manutenção da credibilidade do jornalista. Com 35 anos de carreira, Pedro Coelho afirma que o jornalista de investigação deve ter um compromisso contínuo com a verdade, evitando o sensacionalismo e o populismo. No final, uma reportagem de investigação deve reforçar a confiança do público, mas também a reputação e a credibilidade do jornalista.

A crise de 2007-2009 teve um forte impacto no setor da imprensa. O declínio acentuado das receitas publicitárias foi um dos primeiros sinais. Seguiram-se os despedimentos, e, em efeito bola de neve também aconteceram cortes do “tempo dedicado à escavação e à lenta combustão de uma investigação (Oldroyd, 2021, p. 100). A crise económica teve consequências diretas para o jornalismo de investigação, tornando-se vulnerável, visto que o seu financiamento dependia das receitas publicitárias dos meios de comunicação (Birnbauer, 2018, p. 5). As redações portuguesas também sentiram os efeitos da crise no jornalismo de investigação, nomeadamente na diminuição de investigações aprofundadas e morosas, mas também na escassez de jornalistas dedicados a investigações (Coelho & Silva, 2021, p. 31).

Atualmente na GR (Grande Reportagem) da SIC - Sociedade Independente de Comunicação - trabalham cinco profissionais: uma produtora editorial e quatro jornalistas,

sendo que um dos profissionais acumula a função de coordenação. O jornalista de investigação Pedro Coelho (2015) afirma que “a Grande Reportagem resistiu, apesar dos efeitos diretos do mercado e da necessidade de adaptar os conteúdos jornalísticos à sua lógica aniquiladora do jornalismo de qualidade” (p. 116).

É importante refletir sobre o jornalismo de investigação em Portugal, sobretudo perceber quem são os jornalistas de investigação e como se pratica esta vertente do jornalismo. Este estudo de caso concentrou-se na análise dos métodos de investigação utilizados pelos jornalistas no geral, e em específico a metodologia utilizada pelos jornalistas de investigação da GR na SIC. A investigação “*As Pupilas*” - que conta com dois episódios – é o objeto de investigação central neste estudo de caso, pois ajuda-nos a compreender de que forma é realizada uma investigação e quais são os métodos de investigação utilizados atualmente.

O presente Relatório de Estágio é o resultado final de um estágio curricular de seis meses, desde 15 de janeiro a 15 de julho de 2024, na redação da SIC, em Paço de Arcos. Durante esta experiência e com o objetivo de investigar a metodologia utilizada pelos jornalistas na reportagem “*As Pupilas*” da GR, elaborei a seguinte questão de partida: “Quais são os métodos de investigação utilizados na Grande Reportagem da SIC?”.

A partir desta questão surgiram outros objetivos em forma de questões que tentei perceber ao longo do estágio: O que significa jornalismo de investigação e o que o distingue de outros géneros jornalísticos? O que se entende por jornalismo de investigação? E quais são as diferentes definições de jornalismo de investigação? No mundo académico, o que se discute sobre o jornalismo de investigação? De que forma se utiliza os métodos digitais em investigações? Existem perigos na utilização de alguns métodos? De que forma é realizada uma investigação jornalística televisiva? Quais são os métodos utilizados? Quais são os perigos e constrangimentos encontrados numa investigação audiovisual?

Ao longo da minha trajetória académica, o interesse em jornalismo de investigação esteve sempre presente, o que tornou a escolha do tema para o estudo de caso uma decisão clara. A SIC revelou-se o local ideal para a realização do estágio, proporcionando a oportunidade de acompanhar de perto o processo e as técnicas aplicadas numa investigação. O estágio na GR, através do acompanhamento de uma investigação desde o início, consolidou a decisão de fazer esta experiência o objeto de estudo.

A pertinência do estudo justifica-se pela escassez de trabalhos académicos dedicados ao tema em questão. Os métodos e o processo de uma investigação não têm recebido a devida atenção no universo académico. Nos últimos anos, as investigações académicas têm alertado

para o desinvestimento no jornalismo de investigação, influenciado pela crise de sustentabilidade e a rutura dos modelos de negócio tradicionais (Coelho & Silva, 2021; Starkman, 2014).

De forma a concretizar esta investigação desenvolveu-se uma estratégia metodológica através de uma pesquisa bibliográfica, em que se fez uma revisão da literatura e análise crítica da temática a investigar; e uma pesquisa não documental, com recurso a observação participante numa investigação durante cerca de quatro meses e a realização de três entrevistas exploratórias aos jornalistas da SIC: Pedro Coelho, Filipe Teles e Diana Matias.

A presente investigação está dividida em três etapas: o enquadramento teórico, o estágio e a investigação. O primeiro capítulo centra-se na origem, nos diferentes conceitos e nas características do jornalismo de investigação, assim como no perfil do jornalista de investigação, o jornalismo de investigação televisivo e o impacto da crise de 2007-2008 no jornalismo. No segundo capítulo aborda-se as metodologias de investigação utilizadas pelos jornalistas, desde os métodos tradicionais até aos digitais. No terceiro capítulo, apresenta-se os objetivos, a escolha e a pertinência do estudo. Neste capítulo faço um breve resumo da história do primeiro canal privado e descrevo a minha passagem na SIC dividida em três partes: as Manhãs na SIC Notícias, a GR e os Fins-de-Semana de Escala no PJ (Primeiro Jornal) e no JN (Jornal da Noite). De seguida, descreve-se a estratégia metodológica escolhida que permitiu chegar até à fase da análise e discussão dos resultados. Nos anexos encontram-se disponíveis as entrevistas realizadas aos três profissionais que trabalharam na investigação.

Este estudo de caso pretende contribuir para um melhor conhecimento sobre aquele que pode ser considerado um dos pilares de uma sociedade conscientizada e desenvolvida - o jornalismo de investigação – e compreender de que forma é que os jornalistas de investigação o praticam através dos métodos de investigação.

Capítulo I: O Jornalismo de Investigação e as suas Especificidades

O jornalismo de investigação é a respiração da liberdade de imprensa, ou dito de outro modo, a liberdade de imprensa é o oxigénio do jornalismo de investigação.

(Mascarenhas, 2016)

1.1. Uma Aproximação ao Conceito de Jornalismo de Investigação

O jornalismo de investigação procura explicar, procurar o que está escondido, por vezes oculto e outras vezes ignorado (Mouriquand, 2002, pp. 7-9). Podemos considerar o jornalismo de investigação como uma “forma superior de jornalismo” (Lanosga, 2022, p. 873; Coelho & Silva, 2018, p. 82). Esta forma mais elevada de jornalismo deve-se ao seu papel na responsabilização de instituições poderosas (Lanosga, 2022, p. 873). Coelho e Silva (2018) alertam que sendo “uma forma superior de jornalismo”, o jornalismo de investigação precisa de ser preservado (p. 82).

Oscar Mascarenhas (2016), no seu livro “*Detective Historiador*”, procurou perceber, ao lado de 17 jornalistas, o que se entende por jornalismo de investigação, estabelecendo o conceito, com o objetivo de distingui-lo da investigação jornalística, sendo esta uma prática transversal a todas as modalidades de jornalismo. No final, o autor não conseguiu obter um único ponto de consenso geral entre os jornalistas de investigação em relação a este tipo de jornalismo (Mascarenhas, 2016, p. 5). Depois de recolher os testemunhos conseguiu chegar à conclusão de que os entrevistados acham que “a investigação jornalística é um procedimento de todo o trabalho jornalístico e não uma especialidade ou ramo de jornalismo” (Mascarenhas, 2016, p. 8). Mas será que mais autores concordam com esta conclusão de Mascarenhas?

A caracterização do conceito de jornalismo de investigação é controversa e discutida por vários autores. Começamos por distinguir o que distingue o jornalismo de investigação de outra prática jornalística. Um artigo tenta responder a algumas das seis perguntas fundamentais (Quem? O quê? Onde? Quando? Como? Porquê?). No caso da investigação, esta prática jornalística vai mais longe, reformulando cada uma dessas perguntas de maneira mais incisiva (Mouriquand, 2002, p. 10).

O jornalismo de investigação é afirmativo e baseia-se em factos concretos, na medida em que fornece os elementos necessários para que o público tire, livremente e de forma autónoma, as suas conclusões (Mouriquand, 2002, p. 10). Seguindo esta lógica, por vezes, o jornalismo de investigação é comparado ao trabalho dos detetives e ao ofício do historiador, na

medida em que estes têm uma característica em comum: a busca da verdade dos factos (Mascarenhas, 2016, p. 86).

Com o objetivo de que isso aconteça, mais do que assegurar a verdade dos testemunhos, tem de garantir a verdade dos factos, através da verificação e confronto de fontes. Ainda que algumas situações deliberadamente escondidas ofereçam uma certa resistência a serem reveladas (Mascarenhas, 2016, p. 86).

Deste modo, no jornalismo de investigação não se encara o “*double checking*” dos factos como uma formalidade, mas sim como uma “essencialidade” (*ibidem*, p. 87). Mascarenhas (2016) vai mais longe e afirma que o jornalismo de investigação tem como principal característica a primazia da ética sobre a lei (p. 88). Esta prioridade da ética permite garantir que uma investigação respeitou todas as partes envolvidas (*idem, ibidem*).

Bill Birnbauer (2019) olha para o jornalismo de investigação como um género distinto de todos os géneros, nomeadamente diferente do jornalismo quotidiano, pois:

É mais complexo e original do que as notícias de última hora ou o *beat journalism* (jornalismo quotidiano), demora mais tempo, perturba as pessoas, questiona as versões e afirmações oficiais, tem maior impacto e exige mais respostas oficiais. Tem uma energia, uma urgência e uma força que o jornalismo diário não tem (Birnbauer, 2019, p. 45).

Podemos descrever o jornalismo de investigação como um género de notícias que incluem pesquisas abrangentes e aprofundadas sobre assuntos públicos, expondo irregularidades ou falhas sistémicas na sociedade (Lanosga, 2022, p. 873). Ao serviço da democracia, da moral e da saúde pública, o jornalismo de investigação é “mais incisivo na procura da informação e mais duro em relação aos poderes sociais” (Érik Neveu, 2003, p. 129). Kovach e Rosenstiel (2005) entendem que a “reportagem de investigação implica não só chamar mais atenção para determinado assunto” como assume um papel mais acusatório, se algo estiver errado (p. 126). Paul Lashmar (2021) vai mais longe e considera que o jornalismo de investigação é “um dos pilares de uma sociedade desenvolvida e saudável” (p. 280).

O jornalista britânico David Randall (2016) considera que a investigação começa no momento em que o trabalho do dia-dia-dia para (p. 128). Isto é, no trabalho do dia-a-dia, muitas vezes há um momento em que é preciso parar e comunicar o que se encontrou ou não encontrou. Assim, contrariamente ao jornalismo quotidiano, o jornalismo de investigação “não aceita o

segredo nem a recusa das fontes oficiais” e “descobre sozinho o que lhe querem esconder” (Randall, 2016, p. 128).

Coelho e Silva (2018) afirmam que “a comunidade jornalística é a primeira a valorizar o investimento, e a reclamá-lo”. Mas “são poucos os que aceitam entregar-se à tarefa, pelos riscos e exigências que a mesma transporta” (Coelho & Silva, 2018, p. 83). Esta prática jornalística requer “uma certa paixão pelo assunto”, “determinação para ultrapassar a resistência dos alvos da investigação” (Starkman, 2014, p.137); mas, também, requer um trabalho intenso e transparente de verificação, que produza uma prova capaz de resistir às pressões externas e internas, e que possam ameaçar silenciar a investigação (Coelho & Silva, 2021, p.28).

O sociólogo Érik Neveu (2003) salienta que este tipo de jornalismo é “mais fortemente elogiado que verdadeiramente praticado”. Para entender o porquê de o jornalismo de investigação ser mais elogiado do que praticado, é importante perceber que esta prática jornalística é dispendiosa, quer em termos de tempo, quer em dinheiro, pois implica que os jornalistas trabalhem a tempo inteiro e sem garantias de resultados (Neveu, 2003, p.129); Além disso, o jornalismo de investigação também se expõe a possíveis retaliações por parte das fontes ou de anunciantes poderosos, através de perdas de contratos de publicidade ou até mesmo processos judiciais. Ou seja, os custos e os riscos inerentes a esta prática jornalística fazem com que existam poucas hipóteses de se tornar norma (*idem, ibidem*). Mas, apesar de as reportagens de investigação serem caras, conseguem “mudar vidas e políticas públicas” através de investimento por parte dos jornais, pois “cada dólar investido (...) pode gerar centenas de benefícios para a sociedade” (Hamilton, 2016, pp. 10-11).

Podemos ver que é possível haver diferentes interpretações e conceitos de investigação. Seguindo esta lógica, existem também diferentes formas de jornalismo de investigação. Kovach e Rosenstiel (2005) propõem três formas de jornalismo de investigação: reportagem de investigação original, reportagem de investigação interpretativa e reportagem sobre investigações (p. 119).

Na reportagem de investigação original, os jornalistas descobrem e documentam informações que eram anteriormente desconhecidas do público. As investigações públicas oficiais sobre um assunto ou atividades desconhecidas são um dos exemplos deste tipo de reportagem de investigação. Segundo os autores, neste tipo de investigação jornalística podem envolver-se táticas idênticas ao trabalho policial, como por exemplo, a procura exhaustiva de

informações no campo, a pesquisa em arquivos políticos, a utilização de informadores e até o trabalho sob disfarce ou vigilância secreta de atividades (Kovach & Rosenstiel, 2005, p. 119).

Um dos exemplos desse tipo de reportagem é o trabalho de Jerry Thompson, do jornal *Nashville Tennessean* que, em 1980, documentou a origem do *Ku Klux Klan*, numa época em que esta organização estava a surgir. Para isso, o jornalista ocultou a sua identidade, durante dezoito meses, fazendo-se passar por simpatizante do *Klan* (Kovach e Rosenstiel, 2005, p. 119).

Contrariamente à reportagem de investigação original, a reportagem interpretativa resulta de uma procura e análise de uma ideia, assim como uma procura persistente de factos “para reunir a informação num novo contexto, mais completo, que permita ao público um entendimento aprofundado” (Kovach & Rosenstiel, 2005, p. 120). A reportagem interpretativa envolve questões e factos mais complexos do que a “clássica denúncia”, através de um outro olhar.

A publicação dos “*Papéis do Pentágono*”, pelo *New York Times*, em 1971, é um exemplo de uma reportagem interpretativa. Estes papéis em questão eram um estudo secreto do governo sobre o envolvimento americano no Vietname. O repórter responsável, Neil Sheehan, conseguiu obter uma cópia do estudo secreto, e em conjunto com uma equipa de repórteres e redatores especialistas em assuntos de política externa e na guerra do Vietname, conseguiram organizar e interpretar os documentos chegando à conclusão de que o público tinha sido enganado (Kovach & Rosenstiel, 2005, p. 120).

As reportagens sobre investigações desenvolvem-se a partir da descoberta ou fuga de informação de uma investigação em curso, geralmente conduzidas por departamentos governamentais. Os autores salientam que este é o principal tipo de jornalismo praticado em Washington, onde existe, da parte do governo, uma maior preponderância da comunicação através da imprensa (Kovach & Rosenstiel, 2005, p. 121).

Podemos concluir que existem inúmeras interpretações propostas por diferentes autores sobre o conceito de jornalismo de investigação. Mas são as características em cima descritas que distinguem este tipo de jornalismo. A reportagem de investigação continua a ser uma das vertentes mais prestigiadas e bem vistas do jornalismo (Cooper, 2021, p. 44). Além disso, o jornalismo de investigação está longe de desaparecer com o declínio da importância da imprensa e da televisão, sendo este um ator em quase todo o lado (Burgh, 2021, p. 2).

1.2. O Quarto Poder e o Papel de Watchdog como a Âncora do Jornalismo de Investigação

O termo “quarto poder” é frequentemente utilizado para se referir “ao papel dos meios de comunicação social como vigilantes do governo” (Bulla, 2022, p. 674). Este termo foi utilizado pela primeira vez, no final do século XVIII, pelo filósofo político britânico Edmund Burke, num discurso sobre a abertura da Câmara dos Comuns à imprensa. No discurso, Burke disse que a imprensa poderia dar voz a qualquer pessoa numa democracia, e que por sua vez, este poder comunicativo representava um quarto poder (Thomas Carlyle, 1840, citado por Bulla, 2022, p. 675).

A teoria de uma imprensa vigilante (*watchdog*) pode ser compreendida em três premissas. Primeiro, os meios de comunicação social são fundamentalmente autónomos; segundo, o jornalismo atua no interesse público, protegendo o bem-estar dos cidadãos; e por último, os meios de comunicação social têm um poder que lhes confere a capacidade de influenciar grupos dominantes em benefício do público (Richardson, 2005, p. 274).

A função do jornalismo como *watchdog* (cão de guarda, em português) está intrinsecamente ligada à ideia tradicional da imprensa como o “quarto poder” (Richardson, 2005, p. 273). De acordo com John Richardson (2005), “a teoria liberal clássica vê a imprensa como uma defensora dos interesses públicos e um “cão de guarda” do funcionamento do governo” (p. 84). A imprensa ajuda a informar o público sobre determinadas questões, articula a opinião pública, podendo orientar e atuar como um controlo do governo (O'Malley, 1997, citado por Richardson, 2005). Mas, para um bom funcionamento, a imprensa só consegue desempenhar essa função se for independente e livre de censura (Richardson, 2005, p. 85).

Assim, para poder servir de “cão de guarda” do governo, a imprensa precisa de ser protegida da intervenção do governo (Caristi, 2022, p. 663). Ao desempenhar o papel de *watchdog*, a imprensa proporciona um “ambiente de transparência na sociedade” (Bulla, 2022, p. 676). O professor David W. Bulla (2022) salienta que a imprensa como quarto poder, “está em posição de fazer perguntas aos poderosos, de fornecer, na verdade, petições de queixas dos cidadãos ao governo” (p. 676).

Num artigo publicado depois da sua morte, Néilson Traquina (2023) encara a “imprensa livre como sentinela que guarda a democracia” e que esta deve “constituir-se como uma pedra angular em todas as nações” democráticas (p. 1). Os media são o “quarto poder” e têm dois papéis fundamentais na sociedade: o primeiro é serem e atuarem como os guardiões dos cidadãos, protegendo-os do abuso de poder dos governantes, e o segundo, é serem, em simultâneo, um veículo de informação para os cidadãos dando-lhes informações factuais e com

interesse público. Para além disso, devem ser a “voz dos cidadãos na expressão das suas preocupações, da sua ira, e, se preciso, da sua revolta” (Traquina, 2023, p. 3).

Portanto, os media funcionam como um cão de guarda que “responsabiliza forças poderosas em virtude do seu papel como um quarto poder distinto e independente” (Riedl, 2022, p. 444). De forma a que isso aconteça, os meios de comunicação devem ter um papel crítico sobre a comunicação política. Porém, esta perspetiva de que a imprensa deve servir como um árbitro pode levá-la a ser alvo das suas próprias críticas: “pensar na imprensa como um disseminador de informação torna-a vulnerável a acusações de parcialidade” (*idem, ibidem*).

No Ocidente, em especial nos Estados Unidos, tem se vindo a comentar uma preocupação em relação ao declínio do poder dos meios de comunicação social para exercerem a função de *watchdog* do quarto poder (Bulla, 2022, p. 675). Alguns críticos dos meios de comunicação afirmam que estes vão deixar em breve de exercer a função de *watchdog*, “permitindo que mesmo governos eleitos democraticamente governem com impunidade e estabeleçam o mesmo tipo de sociedades totalitárias ou autocráticas que existem em grande parte do mundo” (*idem*, p. 676).

Assim, podemos concluir que a necessidade de um jornalismo que atue como um cão de guarda e como quarto poder é fundamental tanto para o novo como para o antigo jornalismo (Kovach & Rosentiel, 2010, p. 202). Isto é, o jornalismo como quarto poder deve continuar a dar voz a quem não tem voz (Galán-Gamero, 2014, p. 158). Do mesmo modo, a necessidade de um jornalismo de investigação como cão de guarda, que expõe o que está oculto ou secreto, que responsabilize os poderosos no mundo político e empresarial, parece maior do que nunca (Kovach & Rosentiel, 2010, p. 202; Lück & Schultz, 2019, p. 93).

1.3. O Movimento *Muckraking* como Impulsionador do Jornalismo de Investigação

Recuando à era do movimento progressista, o *muckraking* era considerado como uma forma de exposição jornalística nas revistas americanas populares entre a classe média (Stein, 1979, p. 9). “Os *muckrakers* falavam diretamente à população americana, representavam o interesse público através de uma análise moral e factualmente informada os problemas, recursos e oportunidades” (Stein, 1979, pp. 9-10).

A palavra *muckraker* foi apelidada pela primeira vez pelo presidente Theodore Roosevelt num discurso a 17 de março de 1906. O motivo que levou Roosevelt a usar este termo foi uma exposição política publicada pelo seu inimigo William Randolph Hearst, na revista *Cosmopolitan*. Apesar de o uso da palavra *muckraker* pelo presidente Roosevelt ter sido no

sentido pejorativo, “os *muckrackers* ¹ abraçaram o insulto como uma medalha de honra” (Feldstein, 2009, p. 919). O termo *muckraker* também pode ser usado para identificar um jornalista de investigação (*idem, ibidem*).

Louis G. Geiger (1966) descreve os *muckrakers* como:

Um grupo notável de jornalistas - bem-educados, nobres, trabalhadores e conscienciosos e, acima de tudo, eles próprios pessoalmente preocupados. Eles estavam muito acima da média do seu ofício na qualidade da sua escrita e na sua conceção do jornalismo como um meio responsável de educação pública (Geiger, 1966, p. 473).

Intitulado como “o grande movimento progressista no jornalismo” e apelidado pelo público americano como *muckraking*, este movimento começou no final de 1902 e durou até à Primeira Guerra Mundial. Os jornalistas Lincoln Steffens, Ida Tarbell e Ray Stannard Baker da revista *McClure's* iniciaram o movimento *muckraking* em 1902 com a sua “descoberta sistemática da corrupção sociopolítica” (Grenier, 1960, p. 553). Em 1910, as revistas *McClure's*, *Collier's*, *Everybody's*, *The American* e *Cosmopolitan* despertaram a atenção dos americanos e foram consideradas a “vanguarda do pensamento progressista” (*ibidem*, p. 554).

Dean Starkman (2014) argumenta que os *muckrakers* tinham como alvo as instituições e os indivíduos que as administravam (p. 46). Este movimento trouxe consigo uma “vontade de expor os malfeitores, bem como as más práticas, para desafiar os relatórios oficiais de instituições poderosas, e fazê-lo enquanto essas instituições ainda eram poderosas” (*idem, ibidem*). Os seus princípios, nomeadamente os da revista *McClure's*, eram focados na anticorrupção ou na anti ilegalidade e tinham motivos unicamente jornalísticos: expor as irregularidades sem agenda partidária (Starkman, 2014, pp. 46-47).

De acordo com James T. Hamilton (2016), a edição de janeiro de 1903 da *McClure's* pode ser vista como o início da era do *muckraking*, no jornalismo de investigação dos EUA. Esta edição atingiu quase 400.000 leitores e incluiu três artigos de referência ² (Hamilton, 2016, p. 41). O sucesso dos *muckrakers*, em especial da revista *McClure's*, deve-se aos seus

¹ [ênfase meu]

² A edição de janeiro de 1903, incluiu três investigações dos jornalistas: Ida Tarbell, sobre a sua investigação à *Standard Oil Company*; “*The Shame of Minneapolis: The Rescue and Redemption of a City That Was Sold Out*” de Lincoln Steffens, e o “*The Right to Work: The Story of the Non-striking Miners*” de Ray Stannard Baker (Hamilton, 2016, p. 41)

repórteres, que foram capazes de escrever sobre escândalos que não seriam facilmente relatados em jornais locais dependentes de partidos políticos (Hamilton, 2016, p. 42).

Segundo Mark Feldstein (2009), a década entre 1902 e 1912 é considerada como a “era de ouro do jornalismo de serviço público” (p. 920). Nesta época, os jornalistas lideraram grandes investigações de diversos temas, como política, educação, imprensa, religião e saúde (Grenier, 1960, p. 554). Os *muckrakers* eram reformadores. Tinham como ideais expor o mal e confiavam no processo democrático para encontrar uma solução (Grenier, 1960, p. 554).

Ida Tarbell, uma das jornalistas responsáveis por este movimento, teve um papel fundamental com a sua investigação sobre a empresa *Standard Oil*, de John D. Rockefeller, que cobrava preços mais elevados ao consumidor (Feldstein, 2009, p. 921). A sua investigação jornalística possibilitou a aprovação da legislação *Antitrust* (Direito da Concorrência, em português), e a dissolução do monopólio petrolífero de *Rockefeller* (Feldstein, 2009, p. 922).

Samuel McClure, fundador e editor da revista *McClure's*, impulsionou o jornalismo de *muckraking* (Feldstein, 2009, p. 921). McClure's deu aos jornalistas tempo e recursos para as suas histórias de investigação, “com custos por história estimados de US \$ 1.000 a US \$ 4.000 (o que se traduz em US \$ 26.000 a US \$ 104.000 em 2013)” (Hamilton, 2016, p. 42).

O reformador e um dos impulsionadores do movimento *muckraking*, Upton Sinclair, escreveu em 1906 o romance *The Jungle*, baseado em reportagens secretas. O livro foi um sucesso internacional e, com o apoio do presidente Theodore Roosevelt, conseguiu que fosse aprovada a Lei de Alimentos e Medicamentos Puros de 1906, estabelecendo inspeções federais a alimentos e a medicamentos que pudessem estar contaminados (Feldstein, 2009, p. 922).

A era do *muckraking* terminou em 1914. Porém, as suas descobertas afetaram a opinião pública dos EUA até 1920 e a sua influência dura até aos dias de hoje (Greiner, 1960, p. 558). Os *muckrakers* produziram um jornalismo que não só perdura, como foi “muito mais valioso no seu próprio tempo do que as notícias de negócios convencionais, tanto para os mercados como para o público” (Starkman, 2014, p. 33).

1.4. O Perfil do Jornalista de Investigação

Os jornalistas de investigação procuram a verdade escondida. Veem “para lá da névoa que oculta o segredo”, sendo este o trabalho distintivo que se exige ao jornalista de investigação (Coelho, 2022, p. 164). O mérito e a aptidão essencial de um jornalista é saber observar o mundo para, através das suas palavras, o poder contar. Mas, o que o distingue é “ver o que os outros não veem, por detetar o insólito na rotina dos outros” (Mascarenhas, 2016, pp- 62-63).

Definido como uma “forma superior de jornalismo”, o jornalismo de investigação “exige do jornalista outro ritmo (de trabalho), outro envolvimento, outro grau de cuidado” (Coelho e Rodrigues, 2020, p. 138). Deste modo, o jornalista de investigação tem de ter uma capacidade de resistência e estar preparado para “olhar para além do que é convencionalmente aceitável, para além das interpretações dos acontecimentos que nos são fornecidas pela autoridade e por quem tem autoridade” (Burgh, 2000, p. 11). David Leigh (2019) caracteriza-os por terem um instinto mais primitivo – “o instinto do caçador” – e comparando-os aos advogados acrescenta que ambos gostam de lutar, como também gostam de ganhar, derrubando “uma grande fera” (p. 7).

Os jornalistas de investigação divulgam histórias que podem despertar o sentido de certo e errado do público, através da utilização de métodos padrão, tais como a verificação dos factos e a corroboração das fontes. Hugo de Burgh (2000) caracteriza-os pelas suas formas de investigação tentarem ser “*dispassionately evidential*”, apesar de escolherem os temas de investigação através de um sentido moral, de certo e errado (p. 29).

Guiados por um senso moral, expõem as falhas da sociedade de forma objetiva, agindo pelo interesse público (Burgh, 2000, p. 29). Por outras palavras, têm um papel moral importante, atuando como guardiões da consciência coletiva, com um compromisso moral. Em vez de impor ou reforçar valores de forma acrítica, contribuem para a moralidade pública, desempenhando um papel essencial na consciência coletiva. “Mesmo que os valores pareçam “bastante negros e brancos”, têm de fazer um trabalho moral” (Glasser & Ettema, 1998, p. 29).

Para além das suas capacidades de trabalharem de forma independente, de desenvolverem contactos de confiança, de verificarem os factos, os jornalistas de investigação têm também a coragem de desafiar as autoridades na esfera pública pelo interesse da democracia (Gearing, 2019, p. 83). Os seus trabalhos alertam-nos para falhas na sociedade e levam os políticos, advogados, juízes, a tomarem medidas que podem resultar em legislação ou regulamentação (Burgh, 2001, p. 29).

David Randall (2016) explica que uma reportagem de investigação não requer mais competências do que as exigidas pela reportagem comum, desde que seja realizada por um jornalista com determinação de levar o trabalho até ao fim e que saiba lidar com todas as frustrações inevitáveis (p. 131). De acordo com Anderson e Benjaminson (1976), o trabalho de uma reportagem de investigação tem de ser metuculoso, cuidadoso, lógico e completo (p. 5). “Mas descobrir informação, particularmente informação que foi deliberadamente escondida, requer um certo tipo de personalidade” (Anderson & Benjaminson, 1976, p. 3).

Podemos considerar que um bom repórter de investigação é “alguém que sabe nadar em todas as águas”, mergulhando numa espécie de jogo de suposições (Leigh, 2009, p. 124). Para isso acontecer, formula teorias que lhe permitam fazer as perguntas certas e chegar ao destino certo (Leigh, 2009, p. 124).

O jornalista de investigação tem de ter uma “paciência extraordinária”, ou por outras palavras, “um limite extremamente elevado de aborrecimento” (Anderson & Benjaminson, 1976, p. 3). Para os autores Anderson e Benjaminson (1976), o jornalista de investigação define-se por passar muito tempo a fazer investigações e a sua vontade de escavar é o que o distingue dos outros jornalistas (p. 4).

Há quem ainda considere que os jornalistas de investigação são lobos solitários que trabalham em pequenas equipas, competindo com pequenas equipas (Burgh, 2021, p. 7). Mas existe quem afirme que já terminou “a era do jornalista de investigação solitário (...) essa imagem já é um acaso e não prolonga a vida dos jornalistas de investigação” (Coelho e Silva, 2021, p. 49) e que o “paradigma do repórter de investigação “lobo solitário” está a desaparecer” (Gearing, 2021, pp. 90). Apesar de ser possível fazer jornalismo de investigação individualmente, a colaboração dá aos jornalistas que estão dispostos a trabalhar em rede, uma vantagem sobre aqueles que se limitam a trabalhar sozinhos (Gearing, 2021, pp. 90-91).

Devido aos seus princípios, o jornalismo de investigação e os jornalistas estão sempre sob ameaça ou ataque, que podem ser psicológicos, legais ou financeiros (Houston, 2010, p. 45). Por isso, os jornalistas de investigação têm de ser capazes de correrem riscos (Rodríguez, 1994, p. 20). Para além disso, é importante salientar que os jornalistas de investigação, através da dedicação e zelo que colocam no seu trabalho, persistem nos piores momentos. “Por vezes, florescem quando os desafios são maiores” (Houston, 2010, p. 47).

1.5. As Especificidades do Jornalismo de Investigação Televisivo

A televisão tem o “poder sedutor da imagem” (Marcet, 1997, p. 129). Uma das características principais é a sua dependência total em relação à imagem para ilustrar as notícias (Barnett, 2011, p. 26). Através da imagem é possível mostrar uma visão particular, detalhar muitos aspetos, acontecimentos, entre outros, que não se pode apresentar noutra meio (Marcet, 1997, p. 129).

Para além do poder da imagem, a televisão:

Tem o poder de informar e educar sobre as questões globais mais preocupantes da atualidade; tem o poder de influenciar e de mudar as mentes das pessoas; é

omnipresente, muito utilizada e impõe um sentido de credibilidade que não se aplica a nenhum outro meio de comunicação (Barnett, 2011, p. 16).

De acordo com Mouriquand (2002), a televisão é por “essência um instrumento de reportagem, com uma predileção pelo direto, pelo «muito quente»”. Porém, para o autor, o jornalista de investigação encontra-se no lado oposto da temperatura, considerando que a investigação está mais adaptada à imprensa escrita do que à imprensa audiovisual (Mouriquand, 2002, p. 9). Contrariamente, Marcet (1997), caracteriza o meio televisivo como um meio ideal para transmitir uma investigação jornalística (p. 130).

De forma a percebermos os pontos de vista dos autores, podemos dividir a explicação em duas partes: as características e os constrangimentos do meio televisivo. Primeiramente começamos por explicar o porquê de a televisão ser um meio “muito quente”, mas o jornalista de investigação ser considerado “frio”. A televisão é um meio que prioriza o imediatismo e a emoção dos factos. O jornalismo de investigação é o oposto, uma vez que exige análise, reflexão e profundidade no tema em investigação. Embora a televisão possa levar à reflexão, geralmente isso acontece mais pela emoção e o impacto visual dos factos apresentados do que pela análise profunda (Mouriquand, 2002, p. 9).

A investigação procura explicar, demonstrando. Na televisão esta tarefa torna-se difícil, e por vezes impossível de acontecer. Contrariamente à investigação na imprensa que pode ser desenvolvida apenas com a escrita, a investigação televisiva faz-se com a imagem e o som (Mouriquand, 2002, p. 9). O jornalismo de investigação televisivo enfrenta a dificuldade de obter imagens de impacto, que formem parte do mesmo trauma que se está a revelar e que não sejam simplesmente apoios conseguidos através de imagens de arquivo (Marcet, 1997, p. 130). Fazer uma investigação com o uso de imagem e som é uma tarefa complexa e nem sempre viável (Mouriquand, 2002, p. 9). “E uma história sem imagens não é (não pode ser) uma história de televisão” (Coelho, 2019)³. Por outro lado, apesar dos constrangimentos visuais, uma das vantagens do meio televisivo é o impacto que pode provocar um tema de investigação através deste meio (Marcet, 1997, p. 130). Impacto esse que pode não ser possível em outro meio de comunicação, sendo esta a característica que destaca a televisão de outros meios (Marcet, 1997, p. 130; Rodríguez, 1994, p. 242).

³ <https://sicnoticias.pt/programas/reportagem/sic/2019-12-04-Investigacao-jornalistica-em-televisao-contar-o-invisivel>

Rodríguez (1994) considera que uma investigação televisiva apresenta um enorme problema de ter uma vida extremamente efémera (p. 242). Para o autor existe uma “superficialidade obrigatória com que os temas da televisão devem ser tratados”, sendo este factor considerado o segundo calcanhar de Aquiles. Para o autor, a linguagem deste meio exige um ritmo ágil e uma visão ampla e global que pode obrigar os jornalistas de investigação a dispensar pormenores importantes (Rodríguez, 1995, p. 241). Outro factor importante mencionado pelo jornalista é um baixo nível de compreensão do telespectador, obrigando a um tratamento superficial da informação disponível.

O bom jornalismo não é barato, especialmente quando exige viagens em território nacional ou internacional, investigação aprofundada ou formação adequada. No caso da televisão, o bom jornalismo exige mais do que salários e despesas de jornalistas. Contrariamente ao jornalista de imprensa que investiga, escreve, edita e assina o seu trabalho, o jornalista de televisão não trabalha sozinho. O trabalho de um jornalista de televisão é, muitas vezes, realizado em equipa e passa por muitas mãos até ao trabalho final. Precisam de produtores, repórteres de imagem, editores de vídeo, técnicos de estúdios, assim como editores e diretores para assumirem a responsabilidade pelo produto final. Com o aumento da pressão para reduzir os custos, quer seja para maximizar os lucros num canal comercial ou ajustar os cortes orçamentais num canal público financiado pelo Estado, há pressões constantes sobre os custos que afetam a agenda dos programas televisivos. E o jornalismo de investigação não é exceção (Barnett, 2011, pp. 6-7).

No caso da investigação *Watergate*, nos anos 1970, os canais de televisão americanos não tiveram qualquer papel nas revelações. Foram os jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein, do *Washington Post*, com o apoio dos editores do jornal, Katharine Graham e Benjamin C. Bradlee, que expuseram a invasão republicana na sede do Comité Nacional Democrata. “Eram os jornais, e não a televisão, que estavam a investir em jornalismo de investigação séria nos Estados Unidos” (Barnett, 2011, p. 12).

A televisão continua a desempenhar um papel central na vida das pessoas. O jornalismo televisivo é importante, assim como o jornalismo de investigação televisivo. Continua a ter os recursos necessários e a contar com audiências de massas. Mas além disso, defende os princípios centrais da prática jornalística: dizer a verdade e responsabilizar os poderosos (Barnett, 2011, p. 248).

1.6. Crise no Jornalismo

1.6.1. A Imprensa Adormeceu na Crise do *Subprime*?

A crise do *subprime* de 2007-2009 foi a pior recessão económica desde a Grande Depressão. No jornalismo, a crise económica sentiu-se no declínio acentuado nas receitas publicitárias dos jornais e da radiodifusão, provocando despedimentos, e instabilidade sobre o futuro do jornalismo e da democracia. Os jornais *Philadelphia Inquirer*, *Chicago Tribune* e o *Los Angeles Times* entraram em processos de falência. A crise provocou “ondas de choque” na indústria jornalística (Birnbauer, 2019, p. 5).

O desaparecimento dos principais meios de comunicação, sobretudo os jornais, tem sido previsto há décadas (Starkman, 2014, p. 258). A professora especializada em economia Julia Cagé (2016), afirma que esta crise no jornalismo não é nova e não surgiu na época da crise de 2008, nem com os avanços tecnológicos. Porém, acentuou-se drasticamente nos últimos anos, colocando os media tradicionais numa situação desesperante e de ameaça (Cagé, 2016, p.17). De acordo com Kovach e Rosenstiel (2010), o facto de a tecnologia ter separado a publicidade das notícias agravou o estado débil e vulnerável dos media (p.23).

A dificuldade de gerar lucros nas empresas de tecnologia resultou numa quebra da bolha tecnológica, que consistiu num período de grande valorização das empresas de tecnologia na bolsa de valores, e que começou no final de 1990 e terminou no início dos anos 2000. A crise financeira no setor da tecnologia desencadeou uma grave recessão publicitária, essencialmente devido a uma migração dos anunciantes publicitários para as plataformas digitais, como o *Google*, *eBay*, *Craigslist* e *Facebook*, por serem mais baratas do que os meios de comunicação tradicionais. Os cortes nas redações foram uns dos primeiros sinais sentidos desta quebra de contratos publicitários. O declínio mais acentuado aconteceu em 2007, altura em que surgiu a crise do crédito hipotecário (Starkman, 2014, p. 258).

Starkman (2014) culpa os media por não cumprirem o seu papel como cães de guarda quando a crise económica de 2008 surgiu. A imprensa não investigou nem responsabilizou os bancos de *Wall Street*, nem os principais credores hipotecários nos anos que antecederam a crise económica de 2008: “O cão de guarda não ladrou” (Starkman, 2014, p. 15). E por isso, a crise foi um choque tão grande para o público e para a própria imprensa. Quando os jornalistas não desempenham o seu papel de vigilantes, “o público fica no escuro e impotente face a problemas complexos que assolam importantes instituições” (Starkman, 2014, p. 15).

Contrariamente à opinião de Starkman, a jornalista Beth Knobel (2018) afirma que apesar dos desafios financeiros enfrentados pelos jornais, sobretudo desde 2007, os jornalistas

não abandonaram o seu papel de vigilantes (p. 24). Com o objetivo de perceber a quantidade de reportagens de vigilância em nove jornais, como o *Wall Street Journal*, *Washington Journal* e o *New York Times*, Knobel (2018) chegou à conclusão que este tipo de reportagens estão longe de desaparecer. Os dados recolhidos entre 1991 e 2011, durante cinco meses, revelam aliás um crescimento claro e constante de reportagens de investigação profunda (Knobel, 2018, p. 24).

Coelho e Silva (2018) argumentam que a digitalização e os avanços tecnológicos não são os culpados desta crise no jornalismo. “Os avanços tecnológicos sempre condicionaram o jornalismo”, mas a tecnologia não é a culpada pelo estado em que o jornalismo se encontra (Coelho & Silva, 2018, p. 75). Aliás, a revolução tecnológica digital pode ter amplificado a crise no jornalismo. Porém, a raiz do problema está na insustentabilidade económica do jornalismo: “a necessidade de gerar receitas publicitárias, que alimentassem empresas em ascensão, determinou as primeiras cedências editoriais” (*ibidem*, pp. 75-76).

A desregulação dos media em Portugal, na Europa e nos EUA, provocou uma “submissão das notícias à lógica financeira que orienta o mercado”. O aumento da concorrência, o aparecimento de novas figuras no mercado, contribuíram para a degradação do jornalismo, em vez de aumentar a concorrência, a diversidade e a qualidade da informação. Em efeito de bola de neve, o foco excessivo na rentabilidade através de “fusões, aquisições, alianças estratégicas entre grupos”, limitaram o mercado global a um número restrito de figuras. Assim, a subsistência financeira das empresas deixou de ser a prioridade principal e passou a ser partilhada por mais dois objetivos económicos: a maximização do lucro e a rentabilidade máxima (Coelho & Silva, 2018, p. 76).

1.6.2. As Consequências da Crise Económica no Jornalismo de Investigação

Durante a crise, o jornalismo de investigação “provou ser um defensor confiável e eficaz do interesse público, um verdadeiro cão de guarda” (Starkman, 2014, p. 22). No entanto, durante a crise de 2007-2009, o jornalismo de investigação mostrava-se particularmente vulnerável, devido aos seus altos custos e ao risco de ações judiciais, pois perturbava políticos e anunciantes. Além disso, o financiamento desse tipo de jornalismo dependia de receitas provenientes de classificados e anúncios nos meios de comunicação (Birnbauer, 2019, p. 5).

A revolução digital e a crise do *subprime* piorou a crise de sustentabilidade no jornalismo, como teve também reflexos diretos no jornalismo de investigação (Coelho & Silva, 2018, p. 81). Este desinvestimento no jornalismo de investigação assume “contornos mais agudos”, em Portugal, sendo este um mercado frágil com menos disponibilidade para

investigações aprofundadas e demoradas, com escassos recursos humanos, e com dificuldade para resistir a pressões internas e externas (Coelho & Silva, 2021, p. 31).

Os cortes nas redações também afetaram as gerações mais velhas e experientes, sendo estes uns dos mais lesados. Os despedimentos tiveram um efeito direto no jornalismo de investigação, sofrendo pelo menos três consequências: as redações estão a desinvestir na formação interna, as gerações mais novas não têm oportunidade de fazer investigação, e por último, as investigações demoradas foram realizadas por conta e risco do jornalista (Coelho & Silva, 2021, p. 30; Starkman, 2014, p. 261).

A investigação de oito meses, do *Boston Globe*⁴ sobre os abusos sexuais no clero católico americano, custaram ao jornal um milhão de dólares, sem contar com várias dezenas de milhares de dólares em custos judiciais (Cagé, 2016, p. 46). Cagé (2016) explica que o custo de um jornalista de investigação pode ultrapassar mais de 250 000 dólares por ano, já incluindo o salário e as despesas. Além de que durante esse ano, o jornalista, aos olhos dos empresários de informação, não será rentável, pois produzirá poucos artigos (*idem, ibidem*).

James T. Hamilton (2016) mostra o potencial do lucro financeiro do jornalismo de investigação, através da premissa de que “cada dólar investido por um jornal numa reportagem de investigação pode gerar centenas de dólares em benefícios para a sociedade devido a mudanças nas políticas públicas” (p. 10). O desafio é traduzir este “lucro social” (Coelho & Silva, 2018, p. 78) em lucro financeiro para os media (Hamilton, 2016, p. 11). A solução encontrada pelo autor é haver “mais atenção ao financiamento e à facilitação de inovações no jornalismo de investigação”, porque o “papel dos repórteres como detetives continua a ser central para o funcionamento da democracia” (Hamilton, 2016, p. 11).

O mercado da informação abraçou o mercado financeiro, onde os interesses financeiros e comerciais ganharam uma maior importância em comparação com o valor-notícia de interesse público. Esta cultura empresarial “está na raiz do desinvestimento no jornalismo de investigação” (Coelho & Silva, 2021, p. 27). Os empresários dos media desinvestiram no que “ameaçasse expor as empresas a processos judiciais ou a quebras de contratos publicitários”

⁴ A equipa de investigação *Spotlight*, do *Boston Globe*, constituída por 5 jornalistas de investigação, descobriu casos de abuso sexual a mais de uma centena de menores, durante pelo menos 3 décadas, por parte do clero do distrito (Boston Globe, 2002). <https://www.bostonglobe.com/news/special-reports/2002/01/06/church-allowed-abuse-priest-for-years/cSHfGkTlrAT25qKGvBuDNM/story.html>

Em 2003, esta investigação recebeu um Pulitzer Prize (Pulitzer, 2003). <https://www.pulitzer.org/winners/boston-globe-1>

(Coelho & Silva, 2018, p. 81). Logo, os trabalhos dos jornalistas, seja notícias ou reportagens de investigação, são cada vez mais vistos e tratados como mercadorias e avaliados pelo seu potencial de gerar lucros (Burgh, 2000, p. 92).

1.6.3. A Ascensão das ONG's, do *Crowdfunding* e do Jornalismo Colaborativo

Segundo Houston (2010), existem três fenômenos que estão a desempenhar um papel notável na criação de um futuro para o jornalismo de investigação: a ascensão das organizações sem fins lucrativos (ONG's), a ascensão das máquinas (como os computadores e os seus softwares), e a ascensão das redes. Estes fenômenos traduzem-se num maior foco no jornalismo de investigação, num maior envolvimento dos cidadãos na elaboração das histórias e a uma maior colaboração em vez de competição (Houston, 2010, p. 48).

Na crise financeira de 2007-2009, as organizações sem fins lucrativos ganharam o seu protagonismo. Segundo Birnbauer (2019) esta situação deve-se à preocupação de que a crise financeira seria uma crise também para o jornalismo de investigação e para a democracia, devido ao seu impacto económico devastador sobre os negócios da grande media (Birnbauer, 2019, p. 5). O despedimento, e posteriormente, a transferência de jornalistas seniores dos meios de comunicação social para organizações sem fins lucrativos, permitiu que estes levassem consigo a sua experiência profissional. As doações por parte de financiadores individuais e institucionais para organizações sem fins lucrativos também incentivaram este crescimento (Birnbauer, 2019, pp. 5- 8).

A ascensão das organizações sem fins lucrativos levou a que os jornais abraçassem esta colaboração, como uma forma de contrariar o declínio de recursos humanos e custos (Houston, 2010, p. 48). Embora as reportagens de investigação possam ter elevados retornos cívicos, têm pouco apelo comercial, visto que a produção jornalística custa centenas de milhares de dólares. Por outras palavras, as ONG's dependem excessivamente do financiamento dos doadores, tornando-as vulneráveis a fundações e financiadores ricos e políticos poderosos (Birnbauer, 2019, p. 5).

A falta de interesse e espaço para o jornalismo de investigação dá oportunidade a que o *crowdfunding* ganhe espaço. O *crowdfunding* agrega o “poder da multidão para financiar pequenos empreendimentos, projetos com poucas possibilidades de serem apoiados pelos meios tradicionais”. A partir de donativos por parte dos utilizadores, o público pode financiar projetos

jornalísticos recorrendo às redes sociais, como é o caso da *spot.us*⁵. Os utilizadores podem sugerir temas sobre os quais gostariam de obter investigação e se os jornalistas forem bem-sucedidos, os meios de comunicação tradicionais podem comprar e publicar as suas histórias (Fonseca, et al., 2016, pp. 899-902).

A colaboração tornou-se uma necessidade económica para os meios de comunicação tradicionais. A partilha de recursos e competências pode permitir que os meios de comunicação apoiem investigações que não seriam capazes de se realizar sozinhas (Sambrook, 2017, p. 1). Quanto mais jornalistas trabalharem juntos, maiores são as oportunidades de encontrarem histórias interessantes e de uma forma eficaz podem agir como vigilantes (Lück e Schultz, 2019, p. 112).

Atualmente, o jornalismo de colaboração pode ser interpretado como um escudo de proteção para os jornalistas de investigação (Leigh, 2019, p.146). A colaboração é uma “forma de gerir a exposição e o risco” e “tem as armas para enfrentar o desafio da resistência” do jornalismo de investigação (Sambrook, 2017, p. 2; Coelho & Rodrigues, 2020, p. 155). Em países sem liberdade de expressão e sem proteção jurídica, a colaboração numa investigação à distância entre jornalistas pode servir de escudo. Aliás, a colaboração pode ser vista como um “catalisador moderno para o jornalismo de investigação global, coordenando e incentivando histórias complexas entre países e organizações” (Sambrook, 2017, p. 2).

1.6.4. As Propostas de Soluções do Resgate do Jornalismo de Investigação

No futuro, um dos desafios será o de resgatar o jornalismo de investigação quando o jornalismo ainda está preso numa crise de sustentabilidade (Coelho & Silva, 2018, p. 81). De forma a resolver este problema, os meios de comunicação devem superar a lei do mercado, “porque a corrida ao lucro leva-os a esquecerem o seu principal objetivo: o fornecimento de uma informação independente e de qualidade” (Cagé, 2016, p. 116).

Cagé (2016) defende o pluralismo da propriedade dos média através de um conjunto de acionistas múltiplo, diversificado, onde a maioria dos direitos de voto não fique nas mãos de uma minoria de indivíduos (p. 21). Sendo a informação um bem público, não pode ser produzido diretamente pelo Estado. Acrescenta ainda que deve ser no cruzamento do mercado

⁵ A plataforma *spot.us*, criada em 2007, por David Cohn, é a primeira plataforma internacional envolvida em projetos jornalísticos. Conta com uma comunidade que financia freelancers e jornalistas através de donativos dos utilizadores (Fonseca et, al., 2016, p. 899).

e do Estado, do setor público e do setor privado, que o modelo económico dos media deve ser repensado (Cagé, 2016, pp. 27-28).

Gearing (2021) argumenta que para o jornalismo de investigação renascer precisa de um “público bem informado e politicamente interessado” e que esteja disposto a “financiar um jornalismo de investigação ético e incisivo” (p. 13). Para isso acontecer, o jornalismo tem de deixar de ser um produto e passar a ser um serviço que pode responder às perguntas do público:

No futuro, a integridade da imprensa dependerá do tipo de conteúdo e da qualidade do seu compromisso, e não do seu papel exclusivo de único fornecedor de informações ou de intermediário entre os responsáveis pelas notícias e o público (Kovach & Rosenstiel, 2010, p. 199).

Segundo Traquina (2023), a solução não passa por controlos reguladores, mas sim investir tempo em procurar caminhos alternativos para “três públicos distintos: os proprietários dos meios de comunicação, os jornalistas e o público” (p. 7). A estratégia encontrada pelo autor passa por 5 pontos:

O primeiro ponto diz respeito a um maior foco nas responsabilidades sociais dos jornalistas e apoio financeiro aos proprietários dos media para que estas instituições se tornem num sistema mais desenvolvido de responsabilização dos media (Traquina, 2023, pp. 8-9).

A segunda estratégia deve focar-se na “reforma autorreguladora voluntária”, afastando-se da regulamentação estatutária. Deve adotar-se práticas de responsabilização nos média, como as identificadas por Claude Jean Bertrand, que incluem cartas ao editor, secções mediáticas, jornais académicos, conselhos de imprensa e a inclusão de cidadãos nos conselhos de redação (Traquina, 2023, p. 9).

No terceiro ponto, o autor diz que se deve reconhecer que a qualidade do jornalismo está diretamente ligada com a qualidade do jornalista. Isto é, deve haver uma aposta numa educação “mais completa, imaginativa e exigente” para estes profissionais. “(...) é tempo de tirar o jornalismo da “idade do feiticeiro” e requerer níveis educacionais – nomeadamente a Licenciatura – que sejam compatíveis com as terríveis responsabilidades sociais” (Traquina, 2023, p. 9).

No próximo ponto, o autor aconselha os jornalistas a reavaliar as suas práticas, rotinas e a cultura profissional. Para além disso, devem ouvir mais os cidadãos e “fazer a cobertura dos temas que são importantes para os cidadãos e não apenas para as fontes habituais” (*idem*,

ibidem). Por último, os cidadãos devem ter a capacidade de compreensão de assuntos cívicos e análise das notícias de forma crítica (Traquina, 2023, p.10).

Nos últimos anos, o jornalismo de colaboração e as organizações sem fins lucrativos têm vindo a aumentar a prática de jornalismo de investigação. Aliadas à tecnologia, estas iniciativas criam redes de redações para facilitar a comunicação entre jornalistas, partilhar informação e melhorar a qualidade das investigações (Houston, 2010, p. 48). A colaboração entre jornalistas e os órgãos de comunicação social pode prolongar a vida do jornalismo de investigação, uma vez que “agiganta a história, dá-lhe a escala que lhe permite resistir às inevitáveis pressões” (Coelho & Silva, 2021, p. 41).

Por outro lado, Coelho e Silva (2021) sugerem que uma “aliança estratégica” entre o jornalismo e a academia, através de um consórcio de jornalistas de investigação portugueses, pode proteger o futuro do jornalismo de investigação em Portugal, funcionando como um “elo de defesa” e resistência para esta prática (Coelho & Silva, 2021, p. 30; 49).

Hamilton (2016), deixa um aviso e um desejo, considerando que o jornalismo de investigação é insuficiente no mercado. Mas acredita que novas tecnologias, como dados e algoritmos, possam facilitar a descoberta e a divulgação de histórias que responsabilizam as instituições (p. 10). Os desenvolvimentos tecnológicos apoiam novas formas de jornalismo de investigação digital e permitem aos jornalistas processar enormes quantidades de dados (Lück & Schultz, 2019, p. 93).

Apesar das diferentes soluções propostas por vários autores, a preocupação central é a mesma: a sustentabilidade do jornalismo de investigação. É necessário que hajam “histórias que definam a agenda” e expliquem os problemas complexos à sociedade (Starkman, 2014, p. 323). Mas acima de tudo, chegou a hora de o público saber que as reportagens de investigação importam e estas são as “mais difíceis de fazer, as mais arriscadas, as que consomem mais tempo, as mais caras e, como tal, as mais vulneráveis” (Starkman, 2014, p. 327).

Capítulo II: Os Métodos no Jornalismo de Investigação

The subjects for investigations come to papers in all kinds of ways: tips from contacts; by accident; a seemingly routine story that subsequent information indicates is far bigger; a reporter's own observations; a run-of-the-mill story which escalates bit by bit, or one where every question you ask throws up other, increasingly important, questions.

David Randall (2016)

2.1. O Processo de Procura do Tema até à Decisão de Investigação

Uma vez que tem certeza do tema que vai investigar, o jornalista realiza um plano de trabalho que considera adequado para levar a investigação a bom porto. Nesta primeira etapa de investigação, o jornalista faz sempre uma avaliação inicial para determinar se o tema merece a pena ser investigado. Após esta primeira fase, apresentam-se as três seguintes fases: o estudo das possibilidades, o tempo previsível para alcançar a meta final e os recursos necessários (Marcet, 1997, p. 144).

O estudo das possibilidades consiste em avaliar as pistas e a sua consistência para estudar. Isto é, se se trata de um tema que merece a pena e que pode levar a algo concreto. Nesta fase também se analisam as possíveis dificuldades que o jornalista vai encontrar. O estudo das possibilidades é importante porque muitas vezes cruzam-se temas que o jornalista pensa que podem ser importantes, mas considera que momentaneamente é impossível chegar ao fim, devido ao tipo de provas que são precisas para exercer o contraditório (Marcet, 1997, p. 144). Em relação ao tempo previsível para alcançar a meta final, é importante situar cada tema no tempo que o jornalista pensa que vai precisar (*idem, ibidem*). Por último, antes de determinar o princípio de uma investigação é necessário analisar os recursos que o jornalista tem ao seu alcance e os recursos que vai precisar para concluir a sua investigação (*idem, ibidem*).

Ainda na fase inicial, o jornalista deve avaliar os possíveis métodos de trabalho, assim como distribuir as tarefas a realizar e marcar as prioridades de investigação (Marcet, 1997, pp. 146-147). É necessário estabelecer limites para definir o rumo que a investigação deve ter no início.

Para conduzir a investigação por um bom caminho, o jornalista deve concentrar as suas energias em três direções: um dos primeiros passos a tomar no início de uma investigação é a pesquisa de arquivos de documentos. Este trabalho de procura de arquivos pode ser realizado através da consulta de arquivos públicos e privados e consulta de registos comerciais (Marcet,

1997, pp. 146-147). O jornalista deve conhecer as leis sobre o acesso público à informação, na medida em que é necessário saber quais são os registos e documentos públicos que pode ter acesso (Randall, 2016, p. 132). Além disso, deve ter o conhecimento de fontes de referência, como, por exemplo, listas de publicações oficiais, relatórios de legislaturas, listas de organismos públicos, livros de referência de propriedade de empresas, entre outros (*idem, ibidem*).

A relação com fontes especializadas é o segundo passo que o jornalista deve seguir. Estas fontes são imprescindíveis para o jornalismo de investigação porque ajudam a conduzir os temas, a indicar-lhes a direção certa sobre a história, a interpretar situações complicadas e a ler corretamente as informações (Marcet, 1997, pp. 146-147; Randall, 2016, p. 133). Para além disso, estas fontes são necessárias para o estudo e análise de documentos e informações especialmente complicadas (Marcet, 1997, pp. 146-147). Seguindo esta lógica, o próximo passo são as primeiras entrevistas com as fontes. Não há *timing* certo para iniciar as entrevistas (Marcet, 1997, pp. 146-147).

A meio da investigação, na fase da análise dos dados obtidos, o jornalista avalia e decide se os resultados são suficientemente bons. Ainda nesta fase, o jornalista deve comprovar os factos, em especial os testemunhos das fontes, de forma a colmatar todas as possíveis fragilidades que possam existir, para que o público, no geral, não questione a credibilidade da investigação (Marcet, 1997, p. 148). No final da investigação, o jornalista deve realizar uma última avaliação da investigação antes de decidir se escreve e publica a reportagem (Marcet, 1997, p. 148).

2.2. A Denúncia do Caso e o Contacto com as Fontes

2.2.1. A Denúncia

Frequentemente, as redações recebem denúncias, sejam elas anónimas ou identificadas. O caso *Panama Papers* chegou às mãos do jornalista Bastian Obermayer através de um e-mail recebido de um “John Doe” (identidade fictícia). No e-mail, a fonte perguntou-lhe se estava interessado em dados e que tinha interesse em partilhar com ele (Obermayer & Obermaier, 2016, p. 9). Em troca da informação, a fonte anónima pediu que a identidade não fosse revelada, que a comunicação fosse por código e não se podiam encontrar (*ibidem*, p. 9). Para além disso,

a fonte não queria compensação financeira nem qualquer outra coisa em troca, a não ser algumas medidas de segurança⁶ (Süddeutsche Zeitung, 2016).

Bastian Obermayer trabalha no jornal diário mais lido e influente da Alemanha, o *SZ* (Süddeutsche Zeitung), e partilhou este e-mail com o seu colega Frederik Obermaier. O denunciante enviou documentos internos criptografados da Mossack Fonseca, um escritório de advogados com sede no Panamá, que vendia empresas offshores. Este negócio permitia que os clientes conseguissem esconder os seus negócios. No final da investigação, o *SZ* tinha na sua posse cerca de 2,6 *terabytes* de dados (Süddeutsche Zeitung, 2016).

Durante a investigação, os jornalistas ao analisarem os dados que a fonte lhes deu, colocaram questões em cima da mesa. Surgiam dúvidas e questões relacionadas com esta fonte. Quem poderia ter o interesse em manipular? Quem queria montar uma armadilha? E como? Como podem confiar na fonte? Obermayer e Obermaier (2016) chegaram à conclusão de que a fonte não é essencial, mas sim o material. “Confiamos nele, e esta confiança baseia-se nas muitas centenas de cruzamentos de dados que fomos fazendo” (Obermayer & Obermaier, 2016, p. 81).

2.2.2. As Fontes

Por vezes, o conteúdo ou o material sensível vem de fontes que devem manter o anonimato para se protegerem (Kovach & Rosenstiel, 2010, p. 101). Ao longo da investigação jornalística *Watergate*, os jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein utilizaram, frequentemente, o recurso a fontes não identificadas, também conhecido como “*off the record*”. Mas esse tipo de fonte só poderia ser usado se pelo menos duas pessoas confirmassem as informações (Woodward & Bernstein, 1975, p. 63).

Em 1970, o editor executivo do jornal *The Washington Post*, Benjamin C. Bradlee, aplicou a “regra das duas fontes”, utilizada no caso *Watergate*. A corroboração foi utilizada com o objetivo de que a reportagem não tivesse só uma fonte anónima, a não ser que fosse corroborada por uma segunda fonte (Kovach & Rosentiel, 2010, pp. 95-96). Porém, o conceito de corroboração pode ser complexo. As fontes têm de ser independentes umas das outras. Isto é, a fonte corroborante não pode repetir o mesmo relato que ouviu ou que a primeira fonte lhe disse (*ibidem*, p. 96). O jornalista deve estar atento a estas repetições de testemunhos não fidedignos.

⁶ Artigo do jornal Süddeutsche Zeitung a explicar como a investigação chegou às mãos dos jornalistas: <https://panamapapers.sueddeutsche.de/articles/56febff0a1bb8d3c3495adf4/>

De forma a obterem informações que por vezes eram difíceis de recolher, os jornalistas Woodward e Bernstein afirmavam que um amigo do entrevistado revelou que este estava preocupado com um acontecimento que presenciou e que talvez fosse a pessoa certa para falar sobre isso (Woodward e Bernstein, 1975, p. 63). Durante as entrevistas, que maioritariamente aconteciam nas casas dos entrevistados, Woodward e Bernstein (1975), identificavam-se sempre como repórteres do *Washington Post* (*ibidem*). Nesses encontros, nunca faziam anotações e asseguravam à pessoa que o seu nome não seria revelado, pois tratava-se de uma fonte confidencial (*idem, ibidem*).

O jornalista de investigação deve utilizar “*off the record*”, o mais moderadamente possível, de maneira que não acabe por ter muitas fontes de que não pode dizer o nome. Para além disso, deve certificar-se que quando a fonte quer falar em “*off the record*”, saiba o que significa (Randall, 2016, pp. 84-85). Na utilização de fontes anónimas, o jornalista corre o risco de ser enganado. O informador pode fazer alegações falsas e sem fundamentos, pois não há nenhum risco para a fonte (Burgh, 2000, p. 163). Mas como avaliamos se devemos utilizar uma fonte anónima?

Kovach e Rosenstiel (2010) explicam que se a resposta à pergunta “Quem é esta fonte?” for “Não lhe podemos dizer”, temos uma boa razão para que a fonte não possa ser revelada (p. 102). A seguir, devemos perguntar-nos porque é que devemos aceitar a informação da fonte como credível (*idem, ibidem*).

Há mais uma questão que surge em relação à fonte anónima e à posição desta saber ou não do que está a falar. Os autores esclarecem que as organizações de notícias devem disponibilizar informação credível de uma fonte sem a identificar. Para além disso, “já não é suficiente para uma organização de notícias dizer «A CBS soube»” (Kovach & Rosenstiel, 2010, p. 102). É necessário que o jornalista esclareça o público de que a fonte pediu anonimato, pois “se não forem dadas razões para citar fontes anónimas, será sensato reservar o seu julgamento até que mais provas detalhadas na história apoiem a informação” (*idem, ibidem*).

Quer seja uma fonte anónima ou não, os motivos da fonte podem estar ocultados ou não serem evidentes. O jornalista deve questionar-se sobre os motivos e as intenções da fonte ao fornecer a informação (*ibidem*, p. 106). “Não devemos esperar que as fontes citadas nas notícias, mesmo as fontes anónimas, sejam imparciais. Isso é impossível” (Kovach & Rosenstiel, 2010, p. 108). Em vez disso, o jornalista deve partilhar qualquer preconceito que a fonte possa ter e dê ao público motivos para que confiem que a informação continue a ser credível (*idem, ibidem*).

O método de investigação primordial no caso *Watergate* foi a fonte confidencial, “Garganta Funda”. Enquanto que as entrevistas com as testemunhas e informadores eram referenciadas em “*off the record*”, as entrevistas ao Garganta Funda eram realizadas “*on the deep background*” (Woodward & Bernstein, 1975, p. 171). Este termo jornalístico significa que a informação pode ser usada, mas sem identificação das fontes no jornal (Woodward, 2006, p. 9). Para além disso, este método tinha como principal objetivo manter os jornalistas no rumo certo da investigação (Woodward & Bernstein, 1975, p. 171).

Bob Woodward conheceu este indivíduo na Casa Branca, quando ainda estava na Marinha, tornando-se depois conhecidos. O Garganta Funda desempenhou um papel crucial nesta investigação jornalística, e foi a partir do conselho dado, indiretamente, a Woodward, “*Follow the Money*” (Segue o dinheiro, em português), que os jornalistas conseguiram descobrir e decifrar o caso *Watergate* (Woodward & Bernstein, 1975, p. 75).

Woodward e Bernstein (1975), contam que o Garganta Funda só podia ser contactado em ocasiões especiais e através de tentativas de contacto peculiares, como por exemplo, avisos na casa do Bob Woodward (p. 74). Quando o jornalista pretendia encontrar-se com a fonte, mudava o vaso com uma bandeira vermelha para o fundo da varanda. Se a fonte visse a mudança de lugar do vaso, os dois encontrar-se-iam nessa mesma noite, por volta das duas da manhã, num parque subterrâneo conhecido de ambos (*idem, ibidem*).

Para chegar até ao destino combinado, Woodward tinha de caminhar durante algum tempo e apanhar dois ou mais táxis, para que não fosse seguido. Se não conseguisse apanhar um táxi, o jornalista caminhava durante duas horas até ao local. A conversa entre os dois durava entre uma ou duas horas (*ibidem*, pp. 74-75).

Se fosse o Garganta Funda a querer marcar um encontro, o processo era diferente. Todas as manhãs, o jornalista recebia o *New York Times* e procurava a página vinte do jornal. O número da página tinha um círculo à volta e no canto inferior da mesma estavam desenhados os ponteiros de um relógio a indicar a hora do encontro (*ibidem*, p. 75).

A identidade do Garganta Funda era conhecida apenas por seis pessoas: Bob Woodward e a sua mulher, Elsa Walsh, o colega Carl Bernstein, o ex-diretor executivo do *Post*, Benjamin C. Bradlee, o seu sucessor, Leonard Downie Jr., e um advogado do Departamento de Justiça, que descobriu o segredo em 1976 (Woodward, 2006, p. 89). A sua identidade foi mantida em sigilo em maio de 2005, quando o próprio resolveu identificar-se como o diretor-assistente do FBI, W. Mark Felt (*idem, ibidem*).

Existem ainda as fontes não autorizadas. Estas fontes podem ser denunciadas com um bom estatuto numa organização, ou até alguém sem qualquer ligação oficial à informação. Partilham a informação com o jornalista através de documentos ou uma simples sugestão para investigar numa determinada área. Por vezes, as fontes não autorizadas também não querem ser citadas. Randall (2016) salienta que é “destas fontes que surgem algumas das melhores histórias – e os maiores problemas se estiverem erradas” (p. 82). E por isso, é necessário ter em conta alguns conselhos:

O jornalista deve perguntar a si próprio o que motiva esta fonte. Deve também perguntar a si próprio e à pessoa, qual é o outro lado da história ou se existe um outro lado da história. Mais uma vez, o jornalista deve questionar-se se a fonte em questão está em posição de saber aquilo que alega saber. E depois disso, deve perguntar sempre à fonte se há algum documento que comprove a informação. Se se recusar a entregar o documento, quer seja uma fotocópia ou ler o documento na presença da fonte, o jornalista deve desistir da história. Por último, “quanto mais apaixonada é a fonte, menos deve confiar nela” (Randall, 2016, p. 83). As fontes que têm sentimentos sobre um assunto, podem adaptar os factos às suas teorias, ignorando informações que podem ser importantes. Deste modo, o jornalista deve perguntar se alguém pode confirmar o que a fonte diz (Randall, 2016, pp. 82-83).

Na investigação jornalística *Watergate*, Woodward e Bernstein (1975) utilizaram como métodos: entrevistas a membros do governo, membros da Comissão Watergate, advogados, fontes da Comissão para a Reeleição do Presidente, Richard Nixon e da Casa Branca, funcionários do Departamento da Justiça e amigos dos suspeitos envolvidos (p. 72). O contacto com fontes da polícia e promotores, como a presença assídua nos tribunais no julgamento dos assaltantes, foram também métodos de investigação cruciais para trocar ideias e estabelecer contactos com possíveis fontes do Governo (*idem, ibidem*)

No entanto, é preciso ter cuidado com as fontes oficiais, especialmente com o departamento de relações públicas e de imprensa. Isto é, deve-se tentar cultivar fontes oficiais que nos dão informação direta, em vez de se ter informação filtrada pelos gabinetes de Relações Públicas, porque, apesar de autorizados a falar, nem sempre estão bem informados (Randall, 2016, p. 79).

David Randall (2016) elaborou algumas orientações essenciais para o jornalista saber lidar com qualquer fonte, nomeadamente: o jornalista deve deixar sempre claro a sua identidade, de modo a que as pessoas não exagerem e alterem os factos; deve também ser justo com as fontes. Por exemplo, se o entrevistado estiver a ser acusado de algum crime, deve

apresentar-lhe essas afirmações, mas também dar-lhe espaço para responder; o terceiro conselho do autor está relacionado com a fase final de escrita da reportagem. O jornalista pode disponibilizar o artigo final antes de publicar, de forma a que se houver algum erro factual, possa ser corrigido; no entanto, se a fonte pretender corrigir algum facto, pode informar o jornalista diretamente, sem que seja necessário compartilhar o documento (Randall, 2016, pp. 77-78).

Trinta e um anos depois da publicação do livro sobre o caso *Watergate*, Bob Woodward (2006) publica um livro sobre o Garganta Funda, onde levanta questões críticas relacionadas com a prática de investigação jornalística e as fontes (p. 89). O jornalista norte-americano questiona-se sobre “até que ponto um jornalista consegue aproximar-se e saber totalmente o que se passa?” (*idem, ibidem*).

Podemos concluir que haverá sempre dúvidas sobre os motivos e a veracidade da fonte, por mais que seja uma fonte próxima com uma longa relação, como a amizade entre Woodward e o Garganta Funda. “Não existe um soro da verdade. Os informadores jogam segundo as suas próprias regras, e os melhores informadores não dão a conhecer essas regras” (Woodward, 2006, p. 89). Mas as provas ou evidências que um informador oferece e a forma como o jornalista apresenta a reportagem analisando, comprovando e cruzando as informações podem ser cruciais para questões como a dúvida e a fragilidade do testemunho da fonte (Kovach & Rosenstiel, 2010, p. 108).

2.3. O Papel de Infiltrado ou a Infiltração de Terceiros

A infiltração do próprio jornalista é uma técnica eficaz, porém bastante arriscada. Rodríguez (1994) considera que esta técnica deve ser utilizada com moderação e apenas quando é estritamente necessário (p. 140). Infiltrar-se num determinado ambiente requer tempo de preparação e planeamento específico de acordo com a natureza do meio onde o jornalista se vai infiltrar (*idem, ibidem*).

Uma vez definido o planeamento, é necessário ter em conta três factores: a máxima informação que se pode obter sobre esta investigação, perceber que ajuda e meios vão ser necessários e os que se poderá ter na realidade - a segurança é um factor importante - , e por último, os aspetos necessários para encarnar a personagem de infiltrado (Rodríguez, 1994, p. 140).

O primeiro factor será necessário para poder perceber as necessidades dos outros dois factores. Quanto mais informação se conhecer da investigação, mais preparado vai estar para situações imprevisíveis (Rodríguez, 1994, p. 141).

Antes de começar esta aventura, o jornalista tem que ter soluções claras para questões como os meios para obter, manter e colocar a salvo as provas que pode alcançar durante a investigação. Mas também deve encontrar meios para comunicar com o exterior, meios ou elementos necessários em caso de emergência, meios para sair da infiltração da forma mais discreta possível e meios de segurança antes, durante e depois da experiência (Rodríguez, 1994, p. 141).

No terceiro passo, o jornalista deve desenhar uma personalidade adequada ao ambiente aonde se vai infiltrar e as necessidades previstas para este. Nesta etapa, é necessária a preparação de uma aparência física alterada de forma a não ser reconhecido, ter atenção aos dados pessoais e a criação de uma história de vida que seja sólida e coerente para que não se levantem suspeitas (Rodríguez, 1994, p. 142).

A infiltração de terceiros não precisa que seja o próprio jornalista a infiltrar-se no ambiente, mas exige que este tenha uma participação também ativa na obtenção das informações. Por outras palavras, esta estratégia consiste em infiltrar uma terceira pessoa, no meio a investigar, com a orientação do jornalista (Rodríguez, 1994, p. 142).

Antonio Salas (2003), jornalista de investigação, utiliza o método de infiltrado nas suas investigações (p. 15). Antes de criar a sua personagem, faz um estudo profundo sobre as problemáticas a serem investigadas. Na sua investigação sobre os *skinsheads* em Espanha, o jornalista teve uma preparação intensa para criar a personagem (Salas, 2003, p. 28).

A preparação preliminar desta investigação durou três meses. O jornalista fez assinaturas a *fanzines* e revistas dessa comunidade, comprou os discos de bandas associadas, como *Estirpe Imperial*, *Batallón de Castigo*, *División 250* e memorizou as letras das canções. Para além disso, todas as noites relia “*A minha luta*” de Adolf Hitler e decorou o seu apartamento com “bandeiras nazis, cruces gamadas, cartazes e fotografias de Hitler e todo o tipo de emblemas do *III Reich*” (Salas, 2003, p. 28). Ainda nesta fase de pesquisa sobre os *skinsheads*, Salas (2003) vasculhou arquivos, hemerotecas, procurou bibliografia especializada, cruzou dados provenientes de grupos antifascistas, serviços de informação, agências de imprensa, entre outros (p. 91).

Na fase de construção da personagem, começou a vestir roupa parecida e associada a estas comunidades, como por exemplo, o blusão de couro e botas militares (Salas, 2003, p. 16). A decisão de rapar a cabeça veio um pouco depois de estar integrado nestes grupos, num momento em que quase que descobriam que ele não tinha a cabeça rapada (*ibidem*, p. 41). Até a essa altura, o jornalista utilizou sempre um gorro (*idem, ibidem*).

Sobre os constrangimentos que se pode ter no processo de criação de uma personagem, o autor aponta que é um processo “verdadeiramente complexo, angustiante e psicologicamente esgotante, é assumir uma personalidade tão diferente da nossa durante um longo período de tempo” (Salas, 2003, p. 15). Antonio Salas esteve quase um ano infiltrado dentro da comunidade neonazi.

Com mais de três décadas no jornalismo, o jornalista Aurélio Cunha (2015) também chegou a infiltrar-se para as suas investigações e chegou até a fazer-se de morto (p. 113). O objetivo do jornalista era perceber como era feita a angariação de funerais entre os funcionários do hospital e as agências funerárias. Deu entrada no Hospital São João, no dia 7 de dezembro de 1987, com um nome falso e, com a ajuda de um funcionário hospitalar que lhe indicou quais seriam os passos a dar, conseguiu fingir a sua morte. Após o preenchimento da ficha de inscrição com dados falsos, o jornalista tentou passar despercebido evitando médicos e enfermeiros que o pudessem conhecer. Com o objetivo de não ser visto, vestiu uma bata branca de médico, entregue pelo seu cúmplice, que o ajudou a chegar mais próximo dos “ninhos dos abutres que enxameavam o hospital” (Cunha, 2015, p. 113).

Passaram algumas horas quando finalmente encontrou o momento certo para declarar a sua morte. E para isso, tinha a sua ficha de inscrição no bolso onde escreveu que o doente tinha entrado em paragem respiratória. Depois declarou o seu óbito, assinando com um nome fictício de um médico. O próximo passo foi entrar no papel de observador. Já fora do hospital, o jornalista misturou-se com os indivíduos que por ali permaneciam, nomeadamente os cangalheiros, estando atento aos seus procedimentos, para melhor poder representar o seu papel. Viu o pessoal do hospital à procura do corpo do suposto morto, passando pelas urgências, como pela casa mortuária e até pelas casas de banho (Cunha, 2015, p. 113).

Enquanto decorria a procura pelo morto, o Aurélio Cunha permanecia ao lado dos funcionários das empresas funerárias, que esperavam “futuros clientes”. Cada um dos funcionários trabalhava para diferentes armadores e tinham, dentro do hospital os seus informadores, que recebiam em função do negócio proporcionado. O jornalista concluiu que existia um número inimaginável de pessoas envolvidas no negócio dos funerais, como por exemplo, porteiros, maqueiros, ascensoristas, copeiras, enfermeiros, bombeiros, um guarda da PSP, pessoal de controlo e administrativo (Cunha, 2015, p. 113).

2.4. O Jornalista como Protagonista da Investigação

2.4.1. Participação nos Factos Investigados

A participação nos factos investigados é uma das estratégias clássicas no jornalismo. O jornalista tem um papel ativo nos acontecimentos que investiga tornando-se um coprotagonista dos factos. A sua ação desencadeia o acontecimento noticioso com o objetivo de poder comprová-lo através do depoimento direto do próprio jornalista (Rodríguez, 1994, p. 130).

2.4.2. O Jornalista Ingénuo

A estratégia do jornalista ingénuo é uma estratégia que o jornalista Rodríguez confessa que pratica desde que começou a trabalhar nesta profissão e que traz resultados impressionantes. O segredo desta técnica é saber apresentar-se ao entrevistado como um jornalista ingénuo. Esta estratégia permite realizar um interrogatório subtil em que as perguntas mais fortes perdem a sua carga de acusação para converter-se em meras suspeitas opinativas (Rodríguez, 1994, p. 158).

2.4.3. “A Raposa no Galinheiro”

A raposa no galinheiro, termo criado por Rodríguez (1994) e definido como uma estratégia pessoal de investigação, requer um uso extremamente seletivo, cauteloso e moderado devido ao risco associado. Esta estratégia consiste em fazer circular uma determinada informação (a raposa) dentro de um grupo ou âmbito que se está a investigar (o galinheiro). O objetivo é “provocar uma série de reações e movimentos detetáveis desde definir pontos de controlo previamente e colocar o jornalista na mira de possíveis amigos e/ ou inimigos até então desconhecidos” (Rodríguez, 1994, p. 135).

O autor alerta que esta estratégia deve ser utilizada quando uma investigação fica estagnada ou quando não se tem nenhum meio ou conhecimento apropriado para iniciar a investigação. Pepe Rodríguez (1994) realça que utiliza esta estratégia também como modo de saber a relação que tem alguma pessoa com determinada informação (Rodríguez, 1994, p. 136).

2.5. A Utilização de Meios Visuais

2.5.1. A Câmara Oculta

Se o jornalista pretende captar acontecimentos sem os adulterar, as câmaras ocultas são o equipamento adequado. Conhecido pelo seu trabalho como jornalista de investigação infiltrado, António Salas (2003) usa sempre uma câmara oculta e um gravador (Salas, 2003, p. 18). Porém, o jornalista explica que este tipo de material pode ter uma autonomia limitada. Numa situação de infiltrado, a hora de mudar de baterias pode ser uma tarefa difícil. É

necessário encontrar um local discreto e nem sempre é possível. Em certas situações, é difícil conseguir que não descubram a falsa identidade e ainda ter que mudar as baterias da câmara oculta (*idem, ibidem*).

Atualmente, existe uma variedade de modelos de câmaras ocultas, com diferentes tamanhos e diferentes preços. Há, também, cada vez mais lugares para esconder este equipamento, como num botão de uma camisa, em chaves de carro, óculos, canetas, braceletes de relógio, lâmpadas, ursos de peluche, etc. (Apostolou & Philp, 2022, par. 38)⁷.

As câmaras ocultas são frequentemente utilizadas com o objetivo de obter provas de irregularidades, abusos e fraudes (Ching, 2007, par. 3)⁸. Mas também podem ser um instrumento perigoso se usado pelos motivos errados. Os lesados podem apresentar queixa contra as organizações de notícias, acusando-os de invasão de privacidade, invasão de propriedade e fraude por uso indevido de câmaras ocultas (Ching, 2007, par. 3). O *Primetime Live* da ABC é um dos exemplos. O programa usou câmaras ocultas para descobrir carne estragada em supermercados. A *Food Lion*, fornecedora de carne, processou o canal. No final, o júri decidiu a favor da empresa de carne e condenou o *Primetime Live* pelo uso fraudulento de jornalistas disfarçados e câmaras ocultas. O canal ABC teve que pagar 5,5 milhões de dólares à empresa lesada (*idem, ibidem*)

Um jornalista de investigação que trabalhe com uma câmara oculta leva colada a esta uma “sentença de morte” (Salas, 2003, p. 17). Estando ou não no papel de infiltrado, o jornalista corre o risco de ser descoberto e não ter condições de segurança para se defender, como um agente da polícia, que pode andar armado. “Dar uma sova a um jornalista, ou mesmo assassina-lo, não terá a mesma repercussão no âmbito policial que a agressão a um companheiro” da polícia (*ibidem*, p. 17).

O jornalista deve refletir sobre os perigos das câmaras ocultas e perguntar-se se a utilização deste equipamento é a única forma de descobrir a informação (Apostolou & Philp, 2022, par. 44). O uso de câmaras ocultas deve ser o último recurso. O jornalista deve utilizar este equipamento depois de tentar todas as outras abordagens. Para além disso, a utilização

⁷Guia da Global Investigative Journalism Network (GIJN) para reportagens secretas: <https://gijn.org/resource/gijns-guide-to-undercover-reporting/>

⁸ As armadilhas escondidas do uso de câmaras ocultas: <https://revealnews.org/article/the-hidden-pitfalls-of-using-hidden-cameras/>

deste equipamento levanta questões de honestidade e transparência como o método de infiltrado (Khalil, 2023, par. 11).

2.5.2. A Reconstituição

A reconstituição televisiva não é propriamente um método de investigação, mas sim uma técnica usada principalmente na televisão para recriar acontecimentos e ilustrar ao telespectador como os acontecimentos podem ter ocorrido.

A televisão é uma “construção e reconstrução da realidade” (Mevrowir, 1990, p. 46), que utiliza imagens visuais para decodificar mensagens difíceis de compreender (Rnayak, 2017, p. 45). A reconstituição ajuda a decodificar estas mensagens, mas também ajuda o telespectador a visualizar toda a situação como se estivesse fisicamente presente no local do acontecimento (Rnayak, 2017, p. 45).

Na investigação jornalística televisiva, a reconstituição é muitas vezes utilizada quando não é possível captar os acontecimentos no momento que aconteceram (Burgh, 2000, p. 165). O objetivo da reconstituição é mostrar ao espectador a natureza dos acontecimentos, como aconteceram e porque aconteceram. Para além disso, pretende “apresentar um caso ao público, tornando claro que razões existem para que o público concorde com as conclusões do programa, ao mesmo tempo que assinala as razões que subsistem para duvidar delas” (Burgh, 2000, p. 165).

A utilização da reconstituição é uma prática comum para preservar o anonimato das fontes ou quando detalhes importantes são difíceis de descrever ou mostrar. A reconstituição ajuda a transmitir melhor os acontecimentos e torna a reportagem mais cativante e apelativa. Além disso, este método é usado quando as imagens ou gravações originais são de baixa qualidade ou difíceis de entender, justificando o seu uso em programas de investigação televisivos. A utilização desta prática deve ser identificada como tal no ecrã para que não haja confusão por parte do público (Burgh, 2000, p. 165).

Existem preocupações na utilização da reconstituição, nomeadamente sobre os limites aceitáveis desta prática. Podemos considerar que é importante diferenciar entre “dramatizar” acontecimentos que sabemos que aconteceram, daqueles que acreditamos que ocorreram, os que poderiam ter acontecido e “representar dramaticamente acontecimentos como se tivessem acontecido quando, de facto, não aconteceram” (Burgh, 2000, p. 166).

2.6. Os Recursos Digitais como uma Nova Aliança nas Investigações Jornalísticas

Os avanços tecnológicos possibilitam novas formas de jornalismo de investigação digital, permitindo que os jornalistas analisem enormes quantidades de dados (Felle, 2015, citado por Lück & Schultz, 2019, p. 93). Dois dos exemplos mais famosos e recentes deste tipo de investigação com recurso a métodos tecnológicos são os *Panama Papers* e os *Paradise Papers* do ICIJ (International Consortium of Investigative Journalists) (*idem, ibidem*).

De acordo com Philip (2024), as ferramentas de Inteligência Artificial têm sido vistas como um cálice envenenado para os jornalistas (2024, par. 1). As respostas de grandes modelos de linguagem (LLMs - Large Language Models), como o *ChatGPT*, podem ser “tendenciosas e não confiáveis”. A criação de imagens artificiais expõe problemas de ética e de direitos de autor. Estes factores aumentam esta reticência por parte dos jornalistas (*idem, ibidem*).

Por outro lado, os especialistas em jornalismo de dados argumentam que o uso de ferramentas de inteligência artificial pode ser uma “ajuda drástica para o *front-end* de projetos de investigação”, como também facilita a leitura e análise dos dados, poupança de custos e solicitações de documentos públicos (Philip, 2024, par. 2). As ferramentas de inteligência artificial que produzem códigos de dados e fórmulas de folhas de cálculo permitem que os jornalistas gastem mais tempo nos seus trabalhos e menos tempo à procura de soluções para problemas de tecnologia e trabalho de codificação (Philip, 2024, par. 2).

A pesquisa de código aberto, também conhecida por *OSINT*⁹ é uma das funcionalidades que permite aos jornalistas chegarem a pistas que de outra forma não conseguiriam (Postma, 2022, par. 3). Atualmente, existem ferramentas que permitem o reconhecimento de locais através de fotografias. Plataformas como o *Google Lens*, *Yandex*, *Bing*, *Peakvisor* e *GraphicsAtlas.org*, podem ajudar os jornalistas a encontrar o local exato e a estabelecer um período temporal da imagem (Postma, 2022, par. 3).

Em 2020, o *New York Times*¹⁰ conseguiu investigar o assassinato de uma jovem, dentro da sua casa, cometido pela polícia. Os setes polícias envolvidos no assassinato não utilizavam *body cameras* (câmaras corporais, em português) dificultando a investigação. Para além disso, os jornalistas não podiam entrar no apartamento. Estes constrangimentos não impediram que a equipa do jornal conseguisse descobrir a história de cada uma das 32 balas disparadas pelos

⁹ Open Source Intelligence (Inteligência de Código Aberto, em português).

¹⁰Reportagem explicativa sobre o assassinato a Breonna Taylor: <https://www.nytimes.com/video/us/100000007348445/breonna-taylor-death-cops.html>

polícias. Para isso, utilizaram reconstruções 3D detalhadas e construíram uma cronologia que explica o assassinato, passo a passo (Philip, 2020, par. 2)¹¹.

A equipa do *New York Times* utilizou ferramentas de análise de vídeo de código aberto e aplicações de pesquisas automatizadas. A ferramenta *VideoIndexer.Ai* foi utilizada para analisar o arquivo de documentos (Philip, 2020, par. 4). Nesta investigação, consultaram os documentos da polícia, como relatórios, plantas do apartamento da vítima, perícias forenses às armas disparadas e aos locais atingidos pelas armas, assistiram às entrevistas gravadas pela polícia aos inquiridos, analisaram as chamadas 911 dos vizinhos antes e depois do assassinato, e ainda analisaram as imagens das *body cameras* da equipa SWAT quando chegaram ao local e entraram no apartamento da vítima (NYT, 2020).

Na *12ª Conferência Global de Jornalismo de Investigação*, três membros da equipa destacaram que “agora é possível mostrar exatamente quem fez o quê e quando em incidentes violentos — e que as redações não precisam de recursos ou habilidades avançadas para fazer isso” (Philip, 2020, par. 4). Malachy Browne, produtor sénior desta equipa, salienta ainda que os métodos tradicionais de investigação continuam a ser utilizados:

Trata-se de recolher todo o tipo de provas digitais — um registo de data e hora, um clipe de vídeo, uma imagem de satélite, uma fotografia — e depois organizá-las, extrair todas as pistas e factos e combiná-las com reportagens tradicionais para descobrir a verdade sobre um acontecimento (Browne, 2020, citado por Philip, 2020, par. 7).

2.6.1. OSINT, SOCMINT e a Quantidade Ilimitada de Dados

Os jornalistas dependem cada vez mais de informações de código aberto - *OSINT* -, que estão disponíveis na internet, mas também em imagens de satélite, bancos de dados de empresas, etc. (Rees, 2023, par. 1). A tecnologia alterou o jornalismo, tanto a sua prática como o seu consumo.

Se na década de 1970, os jornalistas do caso Watergate precisavam de desenvolver fontes humanas – *HUMINT*¹² - para descobrirem informações, atualmente os jornalistas precisam também de desenvolver competências de código aberto (*ibidem*, par. 6). Podemos dizer que a *OSINT* é um complemento para a *HUMINT*, uma vez que na maioria das

¹¹Exemplos de investigações quase impossíveis que usaram métodos de investigação digitais: <https://gijn.org/stories/visual-investigations/>

¹² Human Intelligence (Inteligência Humana, em português).

investigações, os jornalistas tanto precisam de usar fontes humanas, como dados (*ibidem*, par. 16).

A origem do *OSINT* está na *CAR*¹³, que explorava e analisava bancos de dados (Rees, 2023, par. 7). Deste modo, podemos dizer que a “inteligência de código aberto é a aplicação de técnicas e recolha de informações para investigações que fazem uso de dados de código aberto” (Creta, 2023, p. 10). Através da análise de dados podemos identificar padrões, tendências e anomalias que podem ser úteis na criação de novos dados (Rees, 2023, par. 7).

A quantidade de dados disponíveis na Internet é interminável e ilimitada. A cada minuto no *Facebook*, são publicados cerca de meio milhão de comentários (Rees, 2023, par. 11). Por dia, no *Youtube* são publicados mais de quatro milhões de horas de conteúdo. Na rede social X, são publicados 700 milhões de tweets por dia. O jornalismo de investigação depende cada vez mais da exploração deste tipo informações de código aberto (*idem, ibidem*).

As técnicas de código aberto incluem pesquisar, selecionar, arquivar e analisar informações disponíveis online. Segundo Creta (2023), uma investigação que utilize o método de código aberto, centra-se em três questões: o que precisam de saber, porque precisam de saber e quem pode ter as informações que precisam (p. 10). A metodologia *OSINT* pode ser utilizada em diferentes plataformas, como redes sociais, bases de dados governamentais, portais de dados, entre outros (Singh & Sinha, 2024, p. 2457).

Se a inteligência de código aberto se resume a recolher e analisar dados digitalmente, a inteligência de social media– *SOCMINT*¹⁴– permite a recolha e análise de plataformas de redes sociais (Linares, 2024, par. 1). Hoje em dia é mais fácil localizar uma fonte a partir da Internet. O jornalista pode pesquisar pelo nome da pessoa no motor de busca, como o Google, e encontrar o e-mail profissional ou pessoal, ou outras informações de contacto (Houston, Horvit & IRE, 2021, pp. 173-174). As redes sociais, como o *Facebook* e o *LinkedIn* também são cada vez mais um recurso utilizado pelos jornalistas de investigação. O aumento no uso de técnicas *OSINT* e *SOCMINT* no jornalismo deve-se em parte ao aumento significativo de conteúdo criado pelos usuários (Linares, 2024, par. 1).

Na era digital, onde os dados disponíveis podem não ser privados, os jornalistas devem avaliar “a pertinência e a indispensabilidade dos dados pessoais” nas suas investigações, “garantindo que qualquer violação da privacidade é justificada por um interesse público

¹³ Computer-Assisted Research (Pesquisa Assistida por Computador, em português).

¹⁴ Social Media Intelligence (Inteligência em Redes Sociais, em português).

substancial” (Singh & Sinha, 2024, p. 2458). Deste modo, a utilização da inteligência de fonte aberta exige uma avaliação minuciosa dos factos analisados. Deve ser usada com cuidado de forma a evitar a divulgação acidental de material sensível (*idem, ibidem*).

Nos últimos anos, as investigações de código aberto tornaram-se numa das ferramentas mais valiosas do jornalismo (Creta, 2023, p. 5). A disponibilização de enormes quantidades de dados públicos disponíveis alterou também o domínio do jornalismo de investigação (Singh & Sinha, 2024, p. 2462). As ferramentas *OSINT* permitem explorar dados de informações públicas online, descobrir “narrativas ocultas na vasta paisagem digital” oferecendo “oportunidades para explorar situações complexas que teriam permanecido ocultas” (Singh & Sinha, 2024, p. 2462) ou até revelar histórias que de outra forma não seriam contadas (Creta, 2023, p. 6). A capacidade da *OSINT* para “transformar uma variedade de elementos de dados em narrativas coesas é o seu maior trunfo” (Singh & Sinha, 2024, p. 2462).

Em 2010, o *The Guardian*¹⁵, o *New York Times* e o semanário alemão *Der Spiegel*, tiveram acesso a registos de incidentes e relatórios sobre a guerra do Afeganistão disponibilizados pelo *WikiLeaks* (The Guardian, 2010, par. 2). As reportagens revelaram “factos desconhecidos escondidos em números” (Hahn & Stalph, 2018, p. 3). Até à publicação destas reportagens, o jornalismo de dados era um fenómeno difícil de se observar nos meios de comunicação social. No entanto, o desenvolvimento tecnológico levou ao aparecimento de novas ferramentas fáceis de utilizar, muitas delas gratuitas, com o objetivo de analisar dados (Hahn & Stalph, 2018, p. 3).

Podemos considerar que “o jornalismo de dados é sintomático da era dos dados” (Hahn & Stalph, 2018, p. 4). Os jornalistas precisam deste tipo de ferramentas para reportar informação que é agora guardada digitalmente. O jornalismo de dados e as suas técnicas de análise e visualização de grandes volumes de dados estatísticos e novas ferramentas analíticas visuais são utilizadas para “descobrir a verdade e contar a história por detrás da história” (*ibidem*, p. 4). As novas tecnologias e a utilização de métodos digitais não substituem os métodos tradicionais. Mas melhoram “o acesso a uma variedade de fontes e vozes únicas” (*idem, ibidem*).

Há quem vá mais longe e diga que os jornalistas de investigação não precisam apenas de aprender a escrever e a utilizar um gravador ou uma câmara (Creta, 2023, p. 8). É cada vez mais necessário aprenderem a utilizar as infinitas ferramentas disponíveis na Internet (*idem*,

¹⁵ Investigação sobre o WikiLeaks: <https://www.theguardian.com/world/2010/jul/25/afghanistan-war-logs-military-leaks>

ibidem). Podemos considerar que nos dias de hoje, “aprender sobre bases de dados online é vital” (Houston, Horvit e IRE, 2021, p. 100). A análise de bases de dados “é parte integrante da reportagem de investigação e melhorou a precisão, a credibilidade e a amplitude do jornalismo” (*ibidem*, p. 136). Para além disso, leva a reportagem a um nível mais elevado. Contudo, os jornalistas de investigação devem continuar a utilizar os métodos tradicionais, como as entrevistas e a investigação no terreno, para avaliar a precisão dos factos encontrados e “para incorporar as histórias humanas nas suas reportagens” (*idem, ibidem*).

2.6.2. O Fenómeno das Leaks: Os Panama Papers e Paradise Papers

Os *Panama Papers* e os *Paradise Papers* são dois dos mais recentes exemplos de investigações jornalísticas internacionais que utilizaram as novas tecnologias como métodos de investigação. A escolha destes dois casos, como exemplos de investigações jornalísticas que utilizam as novas tecnologias, justifica-se por serem as maiores fugas de informação que alguma vez foram parar às mãos de jornalistas (Obermayer & Obermaier, 2016, p.88).

Os *Panama Papers* incluíam dados não estruturados, como por exemplo, e-mails, arquivos de banco de dados e imagens, em diversos formatos (Berglez & Gearing, 2018, p. 4580). Foram também encontrados e analisados, certificados, cópias de passaportes, listas dos acionistas e dos diretores, e por fim, contas (Obermayer & Obermaier, 2016, p 20).

Em abril de 2016, mais de 100 organizações de notícias e 370 jornalistas do ICIJ, focaram-se em investigar as atividades do escritório de advocacia Mossack Fonseca, com sede no Panamá (Berglez & Gearing, 2018, p. 4579). Esta investigação jornalística foi possível a partir da colaboração entre jornalistas e o ICIJ, que permitiu a publicação das investigações, apesar das ameaças e retaliações contra jornalistas e meios de comunicação (Berglez & Gearing, 2018, p. 4580).

A fuga de 11,5 milhões de documentos, conhecidos como *Panama Papers*, que chegou por e-mail ao jornalista Bastian Obermayer, revelou que vários figuras - políticos, indivíduos ricos e empresas - criaram 214 mil empresas fictícias para ocultar ativos em *offshores*, lavar dinheiro e evitar o pagamento de impostos (ICIJ, 2016, par. 3). Foram analisados 2,6 *terabytes* de ficheiros que estavam relacionados com pessoas e empresas em mais de 200 países e territórios e incluíam quase 40 anos, mais precisamente desde o final da década de 1970 até ao final de 2015 (*idem, ibidem*).

Conscientes de que esta investigação podia não agradar a muitas pessoas envolvidas em negócios com a Mossack Fonseca, tornando-os potenciais alvos de vigilância, os jornalistas alemães discutiram ainda questões relacionadas com o método de investigação: Quais são os

programas de comunicação mais seguros? Como transferir os primeiros documentos? Em que programas podem confiar? (Obermayer & Obermaier, 2016, p. 84).

O problema principal da investigação foi a quantidade ilimitada de dados. De forma a resolver esta questão, os jornalistas alemães compraram discos externos de 500 *gigabytes*, mudaram a localização dos dados, fizeram cópias de segurança e encriptaram equipamentos. Tiveram ainda de comprar um computador novo. O computador tinha a particularidade de nunca ter sido ligado à internet, e por isso, o acesso de rede *WiFi* estava desativado e nunca teria cabo de rede — “*air gap*” (Obermayer & Obermaier, 2016, p. 82-83).

Obermayer e Obermaier (2016), explicam que:

Uma das muitas lições do caso *Snowden Leaks* é que um computador só é razoavelmente à prova de escutas se nunca tiver estado ligado à net. Ou seja, se um *air gap* - um espaço de ar, um vazio - o separar de outros sistemas (p. 83).

O diretor do ICIJ, Gerard Ryle, enviou dois especialistas em dados para Munique: a jornalista espanhola Mar Cabra, diretora da equipa de dados do ICIJ, e Rigoberto Carvajal, da Costa Rica, o programador-chefe. O objetivo era ensinar a utilizar um programa que facilitava a pesquisa aos jornalistas (Obermayer & Obermaier, 2016, p. 89).

Utilizaram programas de encriptação como *TrueCrypt* ou *VeraCrypt*. Obermayer & Obermaier (2016), explicam que:

Se o FBI, os serviços alfandegários ou qualquer outra entidade obrigarem o Rigoberto ou a Mar a ligar o disco externo e a desencriptar a unidade, quando lhes for pedido o utilizador e a palavra-passe, inserem a palavra-passe correspondente à unidade visível (...). Fica apenas visível algumas pastas que gravamos com uns quantos documentos que parecem secretos e importantes, mas que não o são (p. 90).

O *SZ* utilizou também o programa *Nuix*, para indexar e organizar todos os dados (Süddeutsche Zeitung, 2016, par. 3). De forma a apresentar os dados graficamente aos leitores, os jornalistas utilizaram os softwares *Linkurious* e *Neo4j* para criar visualizações dos dados e das redes de pessoas e empresas na base de dados (Cabra & Kissane, 2016, par. 14).

A equipa informática do ICIJ criou um fórum encriptado, o *iHub*, para ser utilizado por todos os jornalistas que trabalhavam nesta investigação. Neste fórum, os participantes

partilharam resultados das suas pesquisas e discutiram os procedimentos a seguir. Por outras palavras, os jornalistas alemães explicam que este fórum é uma “espécie de *Facebook* para jornalistas de investigação, com grupos de discussão para diversos temas, até é possível pôr um “gosto” nas publicações dos outros” (Obermayer & Obermaier, 2016, p. 108).

Ainda em 2016, um conjunto menor de dados chegou até ao jornal alemão SZ (Berglez & Gearing, 2018, p. 4580). Esta fuga de 14,3 milhões de documentos, que ficou conhecida como *Paradise Papers*, levou a uma investigação contando com a colaboração de 381 jornalistas de 67 países, que produziram uma cobertura mundial em 95 meios de comunicação parceiros do ICIJ (Hopkins & Bengtsson, 2017, par. 4).

O nome da investigação, *Paradise Papers*, refere-se a “paraísos fiscais” onde indivíduos e empresas criavam entidades, com o objetivo de minimizar as suas responsabilidades fiscais (Berglez & Gearing, 2018, p. 4581). Os *Paradise Papers* detalhavam atividades de investimentos individuais e empresariais de 1950 a 2016, “expondo esquemas de minimização de impostos por celebridades, royalties e empresas globais como *Facebook*, *Apple*, *Disney*, *Uber*, *Nike*, *Walmart*, *Allianz*, *Siemens*, *McDonald’s* e *Yahoo*” (Berglez & Gearing, 2018, p. 4581).

Capítulo III: A Experiência de Estágio e o Jornalismo de Investigação na SIC

If liberty means anything at all, it means the right to tell people what they do not want to hear.

George Orwell (1936)

3.1. Objetivos, Descrição, Escolha e Pertinência do Estudo

O estudo de caso escolhido tem como principal objetivo analisar e debater quais são os métodos de investigação utilizados em reportagens de investigação. A área de investigação é o jornalismo de investigação e o objeto de estudo é a metodologia de investigação utilizada pelos jornalistas de investigação da SIC, nomeadamente na GR.

A GR não tem periodicidade, na medida em que depende da estratégia da grelha e de programas decididos pela Direção de Informação. Normalmente é transmitido quinzenalmente, às quintas-feiras, na segunda parte do Jornal da Noite da SIC, com uma duração de cerca de 30 minutos. As reportagens também estão disponíveis digitalmente, no site da SIC Notícias¹⁶ e na plataforma OPTO¹⁷.

¹⁶ <https://sicnoticias.pt/programas/reportagem/sic>

¹⁷ <https://opto.sic.pt/content/b1b424b6-31ad-4f6e-9016-8ff7d04159bf>

A escolha do estudo dos métodos de investigação foi decidida meses antes do estágio, graças ao interesse por jornalismo de investigação e à falta de estudos sobre o processo e as metodologias utilizadas numa investigação. O programa de investigação televisivo da SIC, com quase três décadas de existência, é o espaço ideal de aprendizagem para um estagiário.

Durante quatro meses, estagiei na GR, onde acompanhei de perto a equipa com o objetivo de perceber a metodologia utilizada numa investigação, em específico. A decisão para a escolha da GR como objeto de estudo também recai sobretudo por ser o único programa de informação focado em jornalismo de investigação.

3.2. Estratégia Metodológica

Partindo desta breve contextualização do tema escolhido, a minha questão de partida será: “Quais são os métodos de investigação utilizados na Grande Reportagem da SIC?”. De forma a desenvolver esta questão de partida, tracei como objetivos gerais:

- 1 – O que significa jornalismo de investigação e o que o distingue de outros géneros jornalísticos?
- 2 – O que se entende por jornalismo de investigação? E quais são as diferentes definições?
- 3 – No mundo académico, o que se discute sobre o jornalismo de investigação?
- 4 – Quais são os métodos de investigação utilizados? De que forma se utiliza os métodos digitais em investigações? Existem perigos na utilização de alguns métodos?
- 5 – De que forma é realizada uma investigação jornalística televisiva? Quais são os métodos utilizados? Quais são os perigos e constrangimentos encontrados numa investigação audiovisual?

Para encontrar respostas às questões colocadas, foi necessário realizar um estudo profundo através de uma pesquisa bibliográfica, com recurso a leituras e uma análise crítica da literatura sobre o tema em questão; e de uma pesquisa não documental.

3.2.1. Pesquisa Bibliográfica

A revisão da literatura, através da leitura e análise crítica da literatura e de documentação sobre o jornalismo de investigação e as metodologias de investigação utilizadas pelos jornalistas, foi a primeira fase da investigação deste estudo de caso. A leitura e análise da literatura sobre a problemática em questão, originou dois capítulos, inseridos no enquadramento teórico.

Antes de avançar para a parte prática, foi necessário enquadrar o tema, a nível nacional e internacional, assim como perceber de que forma é que se pratica jornalismo de investigação televisivo na SIC. Esta fase é essencial para me preparar para a próxima etapa e traçar objetivos concretos e concretizáveis.

3.2.2. Pesquisa Não Documental

A pesquisa não documental compreendeu a observação participante durante quatro meses na Grande Reportagem e as entrevistas exploratórias à equipa responsável pela investigação.

Durante o estágio de seis meses escrevi um diário de bordo detalhado e descritivo sobre o dia-a-dia, desde a minha passagem na SIC Notícias, às escalas no Fim-de-Semana e Feriados no PJ e JN, até à Grande Reportagem. Este estudo de caso exigiu que eu escrevesse todos os pormenores, todos os passos dados na investigação, desde o início até ao fim, visto que a maior parte dos dados obtidos estão no diário de bordo.

Em julho de 2024, depois de ter analisado todo o conteúdo escrito no diário de estágio relativamente ao acompanhamento da investigação e aos métodos de investigação utilizados, realizei três entrevistas exploratórias aos profissionais responsáveis por esta:

- 1) Pedro Coelho - Jornalista de Investigação da Grande Reportagem
- 2) Filipe Teles - Jornalista de Investigação;
- 3) Diana Matias – Produtora Editorial da Grande Reportagem;

Este estudo de caso tem a particularidade de ser analisado a partir de uma observação participante ativa que me deu a possibilidade de participar e acompanhar de perto a investigação. Deste modo, a realização das entrevistas exploratórias tem como objetivo perceber, questionar e recolher as opiniões dos três entrevistados, tornando-se assim uma espécie de confirmação e validação aos primeiros dados recolhidos na observação participante. As entrevistas estão transcritas em anexo.

A entrevista a Pedro Coelho tem como objetivo realizar uma reflexão de toda a investigação jornalística e questionar sobre os passos dados e os métodos utilizados. O jornalista Pedro Coelho teve um papel ativo na investigação. A denúncia chegou às suas mãos. E, por isso, é necessário perceber de que forma é que chegou a denúncia, mas também perceber de que forma é que se estabeleceu o contacto com a fonte ao longo da investigação e quais são os perigos de depender só de uma fonte. Esta entrevista também teve como objetivo fazer uma análise profunda de todos os métodos utilizados. As especificidades de uma investigação

jornalística televisiva também foram discutidas nesta entrevista, nomeadamente a construção da narrativa visual, através de metáforas visuais, com o auxílio de reconstituições televisivas. Para além disso, foram discutidos os constrangimentos impostos numa investigação visual e as soluções encontradas.

A entrevista ao Filipe Teles pretende focar-se na utilização de recursos digitais na investigação, como o acesso aos grupos privado de *Facebook* das antigas alunas da Casa de Infância. O Filipe teve um papel fundamental nesta primeira fase de investigação. Durante cerca de um mês, esteve a investigar, através de uma pesquisa documental e não documental, os principais protagonistas desta história. A recolha e análise dos dados realizada pelo jornalista foram essenciais para o desenvolvimento da investigação.

A entrevista a Diana Matias explora o lado de uma produtora editorial numa investigação, nomeadamente a procura de cenários para filmar, como as autorizações de gravações. Para além disso, pretende-se perceber como se faz a gestão da equipa e dos recursos financeiros da investigação, assim como o processo de contacto e de aproximação às fontes.

3.3. A História do Canal

Há 32 anos nasceu o primeiro canal privado em Portugal. A 6 de outubro de 1992, o Grupo Impresa, lançou a SIC, que quebrou o monopólio da RTP (Rádio e Televisão de Portugal) na televisão. Até então, o universo do Grupo Impresa estava presente apenas no setor da imprensa escrita. Em 1973, foi fundado o jornal Expresso, sob a direção de Francisco Pinto Balsemão. Onze anos depois, surgiu o jornal Blitz, focado em notícias sobre música.

Atualmente, o Grupo Impresa conta com oito canais transmitidos em Portugal. Após o lançamento do primeiro canal surgiu em 1997, a SIC Internacional. O ano de 2001 foi marcado por três novos lançamentos: a 8 de janeiro, foi inaugurada a SIC Notícias, o primeiro canal de notícias 24 horas em português. Nos meses a seguir, foi a vez da SIC Radical. Ainda em 2001, foi criado o primeiro site da SIC, com conteúdos de informação e entretenimento.

Anos mais tarde chegam até ao público os canais como a SIC Mulher, SIC Caras e o canal infantil SIC K. Mas, o universo do Grupo Impresa não ficou por aqui. Em 2020, lançaram a plataforma de *streaming*, a *OPTO*, com o objetivo de competir com outras plataformas deste género, oferecendo conteúdos exclusivos aos utilizadores.

Quatro anos depois da criação da SIC nasceu o formato da GR (Grande Reportagem). A 16 de maio de 1996 estreou a primeira reportagem da autoria da jornalista Cândida Pinto,

com imagem do repórter de imagem (RI) Vítor Caldas. Nesse ano, a reportagem “Meninos de Angola” ganhou o prémio “Valores Humanitários e Direitos Humanos” no Festival Internacional de Grande Reportagem, em França. Cândida Pinto foi uma das jornalistas principais da GR, chegando a desempenhar funções como coordenadora do formato durante vários anos.

Ao longo dos 28 anos de existência, a GR tem sido premiada diversas vezes, como por exemplo, o Prémio AMI – Jornalismo Contra a Indiferença (2004, 2005, 2019, 2020, 2021, 2024); a GR “O Mal Entendido: as doenças a que chamamos cancro” recebeu cinco prémios – Prémio de Jornalismo na área da Dor, atribuído pela Fundação Grünenthal e pela Associação Portuguesa para o Estudo da Dor (2018), prémio de Melhor Programa de Informação na Gala dos Prémios Autores (2019), a Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica e o Clube de Jornalistas atribuiu 1º lugar na categoria de Televisão (2019), prémio de jornalismo da Liga Portuguesa Contra o Cancro (2019), e por fim, distinguida com o Prémio AMI – Jornalismo Contra a Indiferença (2019).

Em 2020, a GR “Visíveis” recebeu o primeiro prémio de jornalismo de Direitos Humanos e Integração e uma medalha de bronze nos Prémios M&P Criatividade em Autopromoção & Inovação em Media; duas reportagens receberam menções honrosas nos prémios de jornalismo de Direitos Humanos e Integração; ainda em 2020, a GR “Ensaio sobre a Saúde na Guiné-Bissau” foi distinguida com o 1º prémio de jornalismo de Direitos Humanos e Integração; as Grande Reportagens “O Espaço entre Nós” e “Mães sem Teto, Filhos sem Chão” receberam o 1º lugar nos prémios de jornalismo - Os Direitos da Criança em Notícia em 2021; “Guiné-Bissau: Quando é que esta terra arranca?” recebe uma menção honrosa da Associação Corações com Coroa em 2021; a GR “Alentejo, Azeite e Água” recebeu o 1º prémio de Jornalismo em Inovação e Sustentabilidade Agroalimentar pelo Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia; em 2023, duas reportagens foram distinguidas pela Associação Corações com Coroa; a reportagem “O Mínimo Garantido” foi distinguida com uma menção honrosa nos Prémios de Jornalismo Os Direitos da Criança em Notícia”.

3.4. Diário de Estágio

Entrei pela primeira vez no edifício do Grupo Impresa a 19 de janeiro de 2023, numa visita de turma, organizada pelo professor Bruno Proença e guiada pelo diretor-adjunto do Expresso, David Dinis. Nesta altura não tinha perspetivas em candidatar-me a um estágio na SIC. O Expresso era uma das hipóteses. Foi uma visita que não me marcou, não me despertou.

Talvez porque o meio televisivo nunca me fascinou. E creio que numa visita curta é impossível conseguirmos ver o processo da máquina a funcionar.

Meio ano mais tarde, na altura de escolher onde queria estagiar, o Expresso e a SIC estavam na lista ao lado de outros meios de comunicação. Nesta altura percebi que se queria desenvolver um estudo sobre o jornalismo de investigação, teria que colocar a SIC na equação. Entre estagiar no Expresso e na SIC, escolhi a última opção porque pensei que teria mais hipóteses de contacto direto com o jornalismo de investigação.

A 18 de outubro de 2023, entrei pela segunda vez no Grupo Impresa. Desta vez, estava nervosa. Na entrevista com a gestora da redação da SIC e dois responsáveis dos Recursos Humanos, falamos do dia-a-dia numa redação, do estado atual do jornalismo e das funções de um estagiário. Ainda falamos do tema do meu relatório de estágio e disseram-me que era possível passar pela Grande Reportagem. Saí da entrevista com expectativas de que isso acontecesse. Depois da entrevista não fiquei mais nervosa. Algo me dizia que tinha ficado.

O meu primeiro dia começou a 15 de janeiro de 2024. No mesmo dia entraram mais quatro estagiários, três deles eram meus colegas de turma. Apresentaram-nos os cantos da casa e definiram-nos os horários e as equipas. Fiquei na equipa da SIC Notícias, no horário das 8 às 16 horas.

3.4.1. As Manhãs na SIC Notícias

Durante um mês e meio passei a acordar às seis da manhã. Nas oito horas diárias, passava por três noticiários: SIC Notícias da Manhã das 9:55 às 12:55, Jornal SIC Notícias das 12:55 até às 14:55, e SIC Notícias Direto das 14:55 às 16:50. Os noticiários são realizados pelos coordenadores e pela equipa de jornalistas.

As equipas estão responsáveis pela recolha, escolha e escrita de notícias, consultadas em agências de notícias, como a *Lusa*, a *Reuters*, a *ENEX* e a *Associated Press*. Os jornalistas escrevem os Destaques e/ou Títulos e/ou Promos, lidos pelo pivot na abertura dos noticiários, com cerca de 25 segundos, e os OFF's, com cerca de 30 segundos a 1 minuto. A equipa também corta Falsos Diretos enviados pelos repórteres que estão no local e que gravam um falso direto com as informações mais importantes sobre o assunto. A produção noticiosa passa também pela montagem de blocos de imagens e corte de TH's (*talking heads*), curtas declarações de figuras relevantes, com cerca de 45 segundos. Os coordenadores estão responsáveis pelo alinhamento dos programas, a gestão de diretos, as entrevistas com comentadores e os temas a debater durante os noticiários.

Normalmente, num estágio de seis meses, o estagiário passa primeiro pela SIC Notícias, onde aprende a linguagem televisiva, a saber comunicar e a explorar o mundo da informação televisiva.

“Sejam chatos”, foi uma das frases que mais ouvi no início do estágio. Os estagiários caem na redação sem paraquedas. No meu caso, sabia o que ia encontrar. Mas mesmo assim, não deixou de me surpreender. Encontrei uma redação com jornalistas desanimados e sobrecarregados de trabalho. Na redação, o estagiário é invisível.

Não existe um protocolo de acolhimento para os estagiários, nem um acompanhamento direto ao longo da curta estadia. O estagiário deve ser chato, insistente e propor tarefas. Tem de se tornar resiliente e adaptar-se a um ambiente de redação que vive de notícias durante 24 horas e de Últimas Horas. Caso contrário, fica o dia todo sentado na secretária sem fazer nada.

Muitas das vezes, a formação acontece de forma autodidata e autónoma. No início do estágio, pedia aos colegas jornalistas se podia estar ao lado deles e observá-los a escrever OFF's, a cortar TH's, a montar blocos de imagem, a trabalhar nos programas *ENPS*, edição de vídeo *Media Backbone Hive* e no arquivo *Invenio*. Esta foi a solução que encontrei para poder aprender, observando-os, e no pouco tempo que tinham disponível tentavam esclarecer-me possíveis dúvidas. Ao longo do estágio na SIC Notícias realizei 38 OFF's, 2 Promos, 7 Destaques, 4 TH's e 24 blocos de imagem. O estágio na SIC Notícias terminou a 1 de março.

3.4.2. A Grande Reportagem

Embora o tema do meu relatório de estágio estivesse ligado ao jornalismo de investigação e me tivessem informado durante as entrevistas que seria possível acompanhar uma investigação, a minha transição para a Grande Reportagem não foi fácil. Após terminar a minha experiência na SIC Notícias, iria estagiar numa editoria.

Revelei essa dificuldade em estagiar na GR com o meu orientador e professor Paulo Moura, que me alertou sobre a necessidade de mudar o tema do relatório de estágio, caso eu não conseguisse estagiar na GR. Sugeriu-me ainda conversar diretamente com um dos jornalistas de investigação da SIC. Após essa conversa, decidi contactar o jornalista da Grande Reportagem, Pedro Coelho, que aceitou que eu acompanhasse a sua próxima investigação. Em seguida, conversei com a Coordenadora da GR, Miriam Alves, que também autorizou o acompanhamento de uma investigação. Por fim, falei com a Direção de Informação, que não apresentou objeções, e com a gestora da redação.

A 4 de março começava a derradeira experiência que marcou de forma positiva o meu estágio na SIC. No primeiro dia reuni com o Pedro Coelho e com o Filipe Teles, que me contaram sobre a investigação que estavam a começar a trabalhar. Nesta reunião, propuseram-me trabalhar com eles em vez de só observar, como tínhamos falado inicialmente.

Ao contrário da redação movimentada e barulhenta, o silêncio reina no piso 1. O jornalista de investigação precisa de silêncio para se concentrar e mergulhar nas suas investigações. A Grande Reportagem conta com a colaboração dos jornalistas Pedro Coelho, Amélia Moura Ramos e Carlos Rico, com produção editorial de Diana Matias, coordenação de Miriam Alves, direção de Ricardo Costa, e subdireção de Marta Brito dos Reis. A cada reportagem juntam-se repórteres de imagem, editores de imagem e a equipa de grafismo. Esporadicamente, jornalistas de diferentes editorias também participam neste formato.

Os jornalistas Pedro Coelho, Filipe Teles, a Produtora Editorial, Diana Matias, e o Repórter de Imagem, Vítor Caldas, marcaram o meu estágio na SIC, graças à disponibilidade, proximidade, entreatajuda e generosidade em partilharem os seus conhecimentos e as suas experiências. Ainda que a equipa seja pequena, encontrei nesta equipa algo que não encontrei na redação. Camaradagem. Espírito de ajuda. Vontade de ensinar. Aprende-se muito ao ouvir as histórias de jornalistas seniores com vontade de as partilhar e de ensinar. Na Grande Reportagem tive um acompanhamento permanente que foi crucial. Destaco o trabalho em equipa e a entreatajuda. Estávamos todos em sintonia.

Ao longo do estágio, perguntaram-me várias vezes, inclusive jornalistas da GR, se já me tinha arrependido de subir para o piso 1. Subir fechou-me portas no rés-do-chão, algo que eu sabia que ia acontecer desde o momento em que tomei esta decisão. Mas subir abriu-me os horizontes. Ajudou-me a perceber que, no futuro, quero fazer jornalismo de investigação. Não me fascino com as notícias Últimas Horas. Quero ir atrás da informação e escavar até a encontrar. É este trabalho que me fascina, que me faz sentir concretizada. Posso não ter tido a experiência que os restantes estagiários tiveram de escrever e dar voz a peças e de sair para o terreno sozinho. Mas aprendi ao lado dos melhores, dos jornalistas com décadas de experiência em investigação. Aprendi, observando-os de perto. Estagiar na Grande Reportagem foi a experiência mais enriquecedora destes seis meses de estágio.

O meu último dia na Grande Reportagem chegou a 12 de julho. Um dia marcado pela melancolia e a vontade de no futuro poder trabalhar novamente e aprender mais com esta equipa. Entrei no elevador e despedi-me do piso 1, com esperança de um novo começo.

3.4.3. Os Fins-de-Semana de Escala

Ao longo de quatro meses, desde 16 de março a 14 de julho, estive escalada dois fins-de-semana por mês, nas equipas do PJ e no JN. No meu primeiro fim-de-semana, sob coordenação de Graça Costa Pereira, fiz uma peça sobre a peculiar sesta coletiva mexicana no Dia Mundial do Sono¹⁸; o dia seguinte foi marcado pelas eleições na Rússia. Estava a escrever uma peça sobre uns protestos em Israel, quando a coordenadora me pediu para ir até à Embaixada da Rússia acompanhar as eleições, que tinham longas filas de espera e estavam a ser marcadas por protestos. Este foi o meu primeiro serviço sozinha. Até à data, tinha saído para o terreno apenas uma vez para acompanhar uma jornalista. Devido à magnitude não esperada das eleições russas, ao meio dia enviaram uma jornalista para fazer diretos no PJ e nos noticiários da tarde da SIC Notícias. Este fim-de-semana marcou-me não só por ser o primeiro, mas também porque coloquei à prova as minhas capacidades de lidar com situações imprevisíveis e de pressão.

O próximo fim-de-semana de escala calhou na Páscoa. Na sexta-feira Santa fiz uma peça sobre um estudo realizado pela consultora Deloitte sobre o stress no trabalho¹⁹ para o PJ. No dia a seguir fiz uma peça também para o PJ sobre a mudança da hora²⁰. No domingo de Páscoa tive um serviço sobre a Missa Pontifical na Sé de Lisboa. O objetivo era entrevistar o Patriarca de Lisboa, D. Rui Valério, no final das celebrações e questioná-lo em relação às declarações do bispo da Diocese do Porto, Manuel Linda, publicadas nesse mesmo dia. Na entrevista exclusiva ao Jornal de Notícias, o bispo do Porto falou sobre as indemnizações às vítimas de abusos sexuais. No final da Missa Pontifical, D. Rui Valério recusou prestar declarações sobre essa entrevista. De regresso à redação, conversei com o coordenador Joel Soares sobre o serviço, que me propôs fazer uma peça para o JN sobre a entrevista do Bispo do Porto e a homília na Missa Pontifical celebrada pelo Patriarca de Lisboa. A peça não foi para o ar.

A escrita de uma peça exige alguma experiência de escrita televisiva, que um estagiário não tem. Requer também uma abordagem aprofundada sobre um tema. Nos fins-de-semana em que estava de escala, escrevi peças sobre vários temas, como por exemplo, política

¹⁸ <https://sicnoticias.pt/mundo/2024-03-16-Mexicanos-fizeram-sesta-coletiva-na-rua-para-celebrar-Dia-Mundial-do-Sono-f442b4ea>

¹⁹ <https://sicnoticias.pt/video/2024-03-29-Stress-no-trabalho-afeta-cada-vez-mais-pessoas-5f437ddb>

²⁰ <https://sicnoticias.pt/video/2024-03-30-Mudanca-de-hora-e-uma-tema-controverso-ada42e1e>

internacional²¹. Algumas das peças exigiam um conhecimento aprofundado que eu não tinha e tive que pedir várias vezes ajuda a um jornalista mais experiente. Pediram-me para fazer uma peça sobre um estudo recolhido pelo *Diário de Notícias e Dinheiro Vivo*, relacionado com o aumento do salário médio²², a partir da base de dados do *Instituto Nacional de Estatística* (INE). Para além de não estar confortável com o tema, esta peça requeria um certo conhecimento sobre alguns termos e fenómenos económicos. Para escrever esta peça precisei da ajuda do jornalista Pedro Anderson que me corrigiu várias vezes até a peça estar em condições para ir para o ar.

Alguns dos fins-de-semana em que estava de escala não fiz peças nem saí para o terreno. Houve alguns destes em que apenas fui para o terreno para gravar imagens, como foi o caso de um evento para jovens do PCP onde o Secretário Geral, Paulo Raimundo, discursou sobre o programa do Governo. Existe uma certa reticência por parte de alguns coordenadores em dar peças a estagiários. No meu caso, como estagiei na Grande Reportagem, e não fazia peças todos os dias, sinto que muitas vezes fui prejudicada, uma vez que só fazia peças quando estava de escala. Uma das fragilidades que senti, comparando com os restantes estagiários, centra-se no processo de escrita de uma peça e até na preparação de um serviço. Durante o estágio, saí sozinha para terreno apenas seis vezes. De certa forma, faltou-me a experiência de acompanhar jornalistas nas saídas para o terreno.

Um dos serviços que mais me marcaram foi sobre um projeto inovador de Guarda-Rios²³ na Lourinhã. Esta iniciativa foi criada por uma associação local, a Lourambi, com o objetivo de realizar monitorizações fluviais do Concelho e aproximar a comunidade da Lourinhã aos rios locais. Durante esta visita à cidade, eu e o repórter de imagem, tivemos a oportunidade de observar de perto as rotinas deste grupo de voluntários, desde a recolha de amostras de água nos rios locais até ao exame de controlo dessa recolha. O contacto com a comunidade local, a possibilidade de apresentar um projeto ambiental novo e a responsabilidade de escrever esta peça, marcaram a minha breve passagem nos fins-de-semana de escala.

²¹ <https://sicnoticias.pt/mundo/2024-06-16-video-milhares-de-pessoas-sairam-as-ruas-em-franca-contra-extrema-direita-e545fe98>

²² <https://sicnoticias.pt/economia/2024-05-12-video-salario-medio-continua-a-ser-insuficiente-para-fazer-face-as-despesas-mensais-50af0312>

²³ <https://sicnoticias.pt/pais/2024-05-27-video-estiveram-desaparecidos-durante-anos-mas-os-guarda-rios-estao-de-volta-a-lourinha-b45330ab>

3.5. Estudo de Caso: Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

A Investigação

A história de um caso de abuso sexual, nas décadas de 60, 70, e 80 do século passado, chegou até ao jornalista Pedro Coelho. Havia a possibilidade de estes abusos terem acontecido a mais que uma vítima. Inicialmente também existiam suspeitas de uma rede de prostituição.

Os alegados abusos foram cometidos por um padre num Lar de Infância em Coimbra, que abrigava crianças carenciadas. O Lar, que tinha como objetivo recolher, alimentar, vestir, instruir e educar, segundo os princípios da Moral Católica, acolhia crianças do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 3 e os 18 anos. A educação das crianças estava, desde 1938, a cargo das irmãs da Congregação das Religiosas do Amor de Deus. Fundada a 10 de abril de 1836, a CIDEM (Casa da Infância Doutor Elysio de Moura), antigo Asilo da Infância Desvalida, encontra-se situado no centro da cidade de Coimbra.

A Casa de Infância tem fortes ligações à UC (Universidade de Coimbra). Em 1935, a Reitoria da UC fundou a Sociedade de Beneficência Protetora da Infância Desvalida, com a participação de docentes influentes da Universidade. A Sociedade contava ainda com a ajuda de alguns “homens de bem” da cidade de Coimbra, desde médicos, engenheiros, comerciantes, etc. Tinham uma ideia em comum: “não podemos realizar humanamente bem, se, além da nossa atividade profissional, não colaborarmos também na realização de uma obra de filantropia”²⁴.

Depois de fundada a Sociedade, foi criado o primeiro Asilo a 10 de abril de 1836, no antigo Colégio da Estrela. Em 1840, o Asilo mudou de local para o antigo Colégio de Santo António da Pedreira. Dez anos mais tarde, foi doado definitivamente pela Rainha D. Maria II. A ligação com a UC, mantém-se até aos dias de hoje. Nos Estatutos da CIDEM, publicados em 1980, podemos ler que o Presidente da Casa de Infância deve ser um professor da Universidade.

De forma a explicar o contexto da investigação, temos que recuar no tempo, precisamente, 102 anos. Em 1922, o Professor Doutor Elysio de Moura torna-se o 5º Presidente da Casa de Infância, desde a sua fundação. Nascido em Braga, em 1877, Elysio de Moura tornou-se médico e professor na área da Psiquiatria, na UC, e foi o primeiro bastonário da Ordem dos Médicos. Mas o seu currículo vai além das suas conquistas profissionais.

Elysio de Moura foi o restaurador da Obra do antigo Asilo da Infância Desvalida. Em 1922, a Casa abrigava apenas 11 crianças. O psiquiatra e professor catedrático decidiu investir e reformular o Asilo, com o objetivo de albergar mais meninas. O objetivo foi cumprido e a

²⁴ Estatutos da CIDEM, publicados no Diário da República nº49, III Série, de 28-2-1980.

Casa de Infância passou a albergar cerca de 200 crianças. Os esforços foram recompensados e, em 1967, o antigo Asilo da Infância Desvalida, passou a denominar-se Casa da Infância Doutor Elysio de Moura.

O Professor Elysio de Moura partiu aos 99 anos e deixou todos os seus bens a esta instituição a que tanto carinho tinha. Segundo o seu testamento, um dos seus desejos era que a Casa de Infância coimbrã, “continue a ser (...) uma Instituição de natureza particular, e que as meninas nela recolhidas sejam educadas e assistidas catolicamente, amparadas, protegidas, tratadas e orientadas com todo o carinho, desvelo e cuidado”²⁵. Porém, o seu desejo parece não ter sido ouvido.

Em 1977, o padre e professor de Direito Sebastião Costa Cruz torna-se o Presidente da CIDEM. Durante a investigação, conseguimos apurar que a sua entrada na Casa e o contacto próximo com as menores aconteceu antes da morte de Elysio de Moura. Embora os alegados abusos cometidos pelo Padre não fossem do conhecimento do médico psiquiatra.

A investigação aconteceu de março a julho de 2024, e contou com a participação dos jornalistas Pedro Coelho e Filipe Teles, com produção editorial de Diana Matias e da minha colaboração enquanto estagiária. O primeiro episódio²⁶ da GR “*As Pupilas*” estreou no dia 26 de setembro de 2024, no Jornal da Noite. Uma semana depois, no dia 3 de outubro de 2024 estreou o segundo episódio²⁷.

A Denúncia do Caso e o Contacto com as Denunciantes

A denúncia de um abuso sexual por um padre dentro de um lar de infância, gerido por uma Congregação de Religiosas, chegou pelas mãos de uma vítima. A vítima e denunciante entrou em contacto com o jornalista Pedro Coelho, em novembro do ano passado. O jornalista encontrava-se nessa altura a trabalhar numa outra GR, sendo só possível focar-se nesta história no início deste ano. O entusiasmo por esta história foi sentido desde o início.

A denunciante já tinha falado sobre o abuso sexual, em 2022, numa reportagem da RTP. Em maio de 2023, participou no programa Essencial da SIC, e voltou a dar o seu testemunho

²⁵ Informação disponível nos Estatutos da CIDEM, publicados no Diário da República nº49, III Série, de 28-2-1980.

²⁶ Disponível em: <https://sicnoticias.pt/programas/reportagem/sic/2024-09-26-video-as-pupilas-olinda-soares-a-vitima-sebastiao-cruz-o-padre-e-alegado-abusador-932db2d7>

²⁷ Disponível em: <https://sicnoticias.pt/programas/reportagem/sic/2024-10-03-video-as-pupilas-sonia-escapou-dos-abusos-do-padrasto-mas-passou-a-ser-um-alvo-das-freiras-3a3bd84a>

este ano no mesmo formato. A alegada vítima é uma das fundadoras da Associação Coração Silenciado, uma associação de apoio às vítimas de abusos sexuais na Igreja. Além destas aparições públicas nos meios de comunicação, nas Jornadas Mundiais da Juventude, do ano passado, esteve com o Papa Francisco, num encontro realizado para vítimas de abusos da Igreja.

Em janeiro, restabeleceram o contacto e encontraram-se no Porto com a vítima. Numa primeira conversa, Pedro Coelho, Filipe Teles e Diana Matias perceberam que a história não era exatamente como ela tinha contado. De acordo com o relato de Pedro Coelho, a vítima não tinha informação nenhuma, visto que não estava nos dois grupos de *Facebook* das antigas alunas da CIDEM. É nesta altura que Cristina Amaral apresenta à equipa uma outra vítima de abuso sexual por parte do padre e diz-lhes ainda que esta é a pessoa certa para falar, porque é uma das colegas dinamizadoras dos grupos de *Facebook*. A denunciante do caso tinha convidado a segunda vítima para esta reunião, mas esta não quis estar presente.

No mesmo dia, o jornalista Pedro Coelho liga à segunda vítima, que se mostra disponível para falar. A equipa desloca-se até ao Norte para conversar com esta vítima. Durante a conversa, a mulher conta que foi vítima do padre Sebastião Cruz. Ao contrário da denunciante, esta é a primeira vez que a vítima fala publicamente deste abuso. Nessa mesma reunião, a vítima dá os acessos à equipa dos grupos privados de *Facebook* das antigas alunas da Casa de Infância.

Pedro, Filipe e Diana saíram deste encontro com quase a certeza de que o testemunho não podia ser falso. Para além disso, tinham a ideia de que a partir desta vítima, podiam chegar a outras pessoas. Em fevereiro deste ano, na ausência de Pedro Coelho, o jornalista Filipe Teles começa a fazer uma investigação preliminar e aprofundada sobre o assunto.

A Pesquisa Preliminar

Numa investigação, um dos primeiros passos que o jornalista deve seguir é pesquisar e consultar documentação, como notícias, relatórios, publicações especializadas, etc. (Marcet, 1997, p. 146). Durante um mês, Filipe Teles investigou informação de forma detalhada sobre o assunto num panorama geral, através de fontes secundárias. Numa primeira fase, pesquisou nos jornais, artigos sobre a Igreja Católica, nacional e internacional, mas também sobre casos de pedofilia. Um dos objetivos era escrutinar e tentar perceber o papel da Igreja e a sua reação quando descobriram diversos casos de abusos sexuais praticados por figuras ligadas à Igreja Católica. Contudo, Filipe Teles percebeu que não era possível fazer uma investigação sobre os diversos casos de abusos sexuais, devido a constrangimentos de tempo. A solução encontrada foi investigar apenas a CIDEM.

Foram analisadas publicações especializadas, desde relatórios da CI (Comissão Independente), do Grupo Vita, e até teses e relatórios de estágio sobre a CIDEM e sobre o Dr. Elysio de Moura. Um dos relatórios da CI estava dividido em ordens femininas e masculinas, mas também IPSS's (Instituição Particular de Solidariedade Social) geridas pela Igreja Católica. Através do relatório foi possível perceber que tanto a CIDEM, como a Congregação das Religiosas do Amor de Deus, eram as principais instituições com mais relatos de abusos, sejam físicos, morais ou sexuais.

Os meus primeiros dias na Grande Reportagem foram passados a analisar toda a informação encontrada sobre esta Congregação e também já recolhida pelo colega Filipe Teles. Numa primeira fase, analisei a cronologia de notícias relacionadas com abusos sexuais na igreja portuguesa. Nesta fase foi importante perceber quem eram as figuras e entidades principais: o Padre Sebastião Cruz, o Dr. Elysio de Moura, a CI, o Grupo VITA, a Associação Coração Silenciado, a CEP (Conferência Episcopal Portuguesa) e também os bispos portugueses. Depois analisei a história da CIDEM e o percurso pessoal, profissional e académico do Dr. Elysio de Moura. Analisei também um *Excel* com informação sobre o padre abusador, nomeadamente o local de nascimento, o percurso teológico e académico, e também, a época em que esteve na instituição. Por último, também foi necessário consultar o Código do Direito Canónico, para entender as leis da Igreja Católica.

O jornalista Pedro Coelho destaca a importância do contexto numa investigação. Neste caso em específico, a própria história geriu o contexto. Isto significa que no momento em que se entra nos grupos de *Facebook* das antigas alunas da CIDEM e este local é o alvo, constrói-se o contexto. Pedro Coelho explica que existem diferentes contextos necessários a explorar nesta investigação: o contexto de Portugal nos anos 60, 70 e 80 do séc. XX, desde logo para perceber a época histórica e o contexto do grupo, mas ao mesmo tempo trabalhar com o contexto da época para a construção da narrativa visual, que vamos examinar mais à frente; Além destes contextos, ainda há o contexto dos abusos sexuais da Igreja e é aí que se começa a construir uma linha do tempo com os acontecimentos associados a este tema.

Ainda na pesquisa visual, encontramos um documentário da RTP ²⁸ dedicado ao Dr. Elysio de Moura, um pouco depois da sua morte em 1977. A nossa intenção passou por comprar algumas das imagens, mas cada minuto deste documentário tem um custo de 500€, tornando-se assim um constrangimento financeiro difícil de resolver. Uma das soluções que tentamos encontrar foi chegar ao contacto com o realizador do documentário, António Faria, para

²⁸ Documentário da RTP: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/elysio-de-moura/>

perceber se teria as imagens na sua posse. Conseguimos entrar em contacto com o realizador que nos informou que as imagens estão na posse da RTP.

Ao mesmo tempo que Filipe Teles estava a investigar os grupos de *Facebook*, também estava a fazer o contexto dos abusos sexuais. A equipa acompanhou os 13 meses da CI, como o aparecimento do Grupo Vita depois do terminar o estudo da CI pedido pela Igreja. Mas também as declarações de figuras importantes da Igreja Católica. A recolha e análise de notícias internacionais também foi realizada com o objetivo de conhecer as realidades de outros países. Pedro Coelho explica que para as entrevistas à Dra. Ana Nunes de Almeida da CI e à Dra. Rute Agulhas do Grupo VITA, foi necessário perceber o contexto francês e espanhol em relação às indemnizações, por exemplo.

Na fase de pesquisa, também procuraram notícias relacionadas com redes de abusos sexuais ligadas à Igreja Católica. Logo no início da investigação, a denunciante contou à equipa que poderia ter existido uma rede de tráfico sexual na CIDEM, com ligações também à UC. Depois de fazerem uma recolha e análise de informações perceberam que podia não haver uma rede, apesar de existirem alguns testemunhos de meninas que foram servir para casas de pessoas importantes de Coimbra. Numa das entrevistas com uma das vítimas tivemos a confirmação que não havia uma rede de prostituição. Ainda assim, algumas meninas foram servir, involuntariamente, para casa de pessoas poderosas e uma delas diz ter sido violada.

A equipa também procurou reportagens jornalísticas relacionadas com os abusos sexuais na igreja. Encontraram pelo menos duas reportagens da RTP sobre abusos sexuais, em que duas vítimas deram a cara. A nível interno, também se encontraram duas reportagens da SIC no programa Essencial, onde as mesmas vítimas falaram sobre o tema.

Em relação à CIDEM, faltava-nos perceber o histórico de diretores desta casa. Foi difícil encontrar informação sobre a gestão da instituição na internet. O próximo passo foi ligar para o Arquivo da UC e pedir a consulta de documentos como Atas da Casa. Posteriormente contactou-se também o Arquivo Municipal de Coimbra com o objetivo de perceber se existia algum tipo de documento, como “Anais do Município”, que pudessem incluir informação interessante. Apesar da tentativa de consultar estes documentos, não foi possível consultá-los.

Ao mesmo tempo, também tentávamos encontrar informação sobre o padre Sebastião Cruz, contactando o Município da Trofa, a sua terra natal. O contacto com a autarquia foi também crucial, visto que uns dias mais tarde, enviaram-nos por e-mail recortes de notícias de jornais locais da época sobre o padre.

O próximo passo foi tentarmos encontrar documentação importante, como os Anais do Município, na Biblioteca Nacional de Portugal. Durante alguns dias, essa foi a minha tarefa. O objetivo era encontrar também documentos sobre a Congregação das Religiosas do Amor de Deus e o seu fundador, Padre Jerónimo Usera. Era também necessário encontrar livros biográficos de homenagens sobre o Dr. Elysio de Moura, livros sobre a história, os estatutos e os regulamentos internos da CIDEM. Em relação à documentação sobre o padre, precisávamos de ver documentos, como por exemplo, o seu doutoramento, o *curriculum vitae* redigido por ele, livros escritos por ele sobre o direito canónico e romano, mas também congressos internacionais de direito romano.

Para além da recolha deste tipo de documentação, foi necessário pesquisar jornais da época, nomeadamente das décadas de 70 e 80. Foram consultados jornais como o *Despertar*, *Diário de Coimbra*, *Diário de Lisboa*, *Diário do Minho*, *Correio do Minho*, *Voz da Trofa* e *A Capital: Diário Republicano da Noite*.

O Acesso aos Grupos de *Facebook* e o Recurso a Diferentes Meios Digitais

A investigação propriamente dita estava guardada numa *Drive*, a que todos os membros da equipa podiam aceder. Nesta *Drive* encontram-se documentos como relatórios a notícias de jornais da época, imagens das personagens principais, *Excels* com cronologias de notícias nacionais e internacionais, listas de *Excel* com possíveis vítimas, listas de *Excel* das figuras e entidades principais, o perfil detalhado do alegado padre abusador, assim como o perfil do Dr. Elysio de Moura, reportagens realizadas sobre este tema, as entrevistas transcritas, entre outros documentos.

A vítima principal disponibilizou as suas credenciais no *Facebook* e conseguimos ter acesso a pelo menos dois grupos fechados de mulheres que viveram nesta casa. Neste grupo, partilhavam fotografias e memórias vividas dentro do asilo. A partir destes grupos, foi possível observar e analisar estas publicações de forma a encontrar comentários que denunciassem abusos. A lista de *Excel* com possíveis vítimas de abusos e maus-tratos estava organizada com os comentários ou troca de gostos por estas mulheres. A filtragem e categorização das potenciais vítimas foi essencial para podermos falar com a vítima principal sobre estas pessoas, com o objetivo de que esta pudesse chegar até elas.

Ao longo do primeiro mês de investigação, Filipe Teles concentrou também as suas atenções nestes grupos privados de *Facebook* das antigas alunas. Pedro Coelho acompanhava o trabalho à distância. O acesso aos grupos de *Facebook* foi o método mais importante desta

investigação. Filipe Teles salienta que sem o acesso a estes grupos, teria sido muito difícil de contactar as vítimas. Nestes grupos, através de palavras-chave como «Padre Sebastião Cruz», «violência», «maus-tratos», «freiras», entre outras, investigaram comentários, publicações, gostos e outros tipos de interações. A análise dos dois grupos permitiu identificar cerca de 40 possíveis vítimas de abuso sexual e vítimas de agressões físicas e psicológicas, por parte das freiras.

A utilização das metodologias *OSINT* e *SOCMINT*, através da recolha e análise de dados de redes sociais (Linares, 2024, par.1), permitiu rastrear as possíveis vítimas num curto espaço de tempo. Uma das vantagens dessas novas funcionalidades é que facilitam o trabalho do jornalista e ajudam a identificar pistas que, de outra forma, seriam impossíveis de obter (Postam, 2022, par. 3). Sem o acesso a estes grupos, a investigação teria demorado cerca de um ano. Filipe Teles explica que este método permite ampliar a área de investigação, aprofundar o tema e chegar de forma mais rápida à informação necessária. Para além disso, os novos métodos digitais não substituem os métodos tradicionais, como as entrevistas e a pesquisa documental. Mas alargam as possibilidades de investigação e facilitam o trabalho aos jornalistas de investigação. Os métodos *OSINT* também foram utilizados num momento mais à frente da investigação, quando tentávamos identificar a imagem de um barco, publicada no *Facebook*, por uma das possíveis vítimas. Através de uma funcionalidade do *Google*, o *Google Lens*, conseguimos identificar o local da imagem.

A produtora editorial, Diana Matias, salienta que as redes sociais como o *Facebook*, são uma grande vantagem e uma importante ferramenta para localizar pessoas anónimas, quando não é possível encontra-las a partir de métodos tradicionais, como por exemplo, o contacto com juntas de freguesia ou câmaras municipais. O jornalista Pedro Coelho admite que o acesso aos grupos os aproximou mais da verdade, sendo que esta entrada nos grupos pode ser considerada uma “grande mais valia” para a reportagem, como também “toda a investigação assenta âncora” nesta “invasão” aos grupos privados. Depois da identificação das possíveis vítimas, chegou a altura de as contactar. A segunda vítima teve um papel fundamental nesta primeira abordagem com as vítimas. Foi ela que entrou em contacto com estas e apresentou-as à equipa. A investigação conta com os testemunhos de cinco vítimas de maus-tratos.

Na fase de preparação da construção narrativa dos dois episódios, era necessário começar a transcrição das 14 entrevistas. De forma a agilizar o processo, utilizou-se o programa *Plain X*, que permite a tradução, a legendagem e a transcrição de áudio através da inteligência artificial. Esta funcionalidade paga facilitou a tarefa de transcrever várias entrevistas, muitas delas de longa duração.

O Contacto com a Vítima Principal

Esta investigação teve a particularidade de a fonte principal ter um papel essencial e ativo no contacto e apresentação de potenciais vítimas. O facto de ser mulher, de ter vivido na Casa e de ser uma vítima tanto nas mãos do padre como das freiras, pesou bastante para que esta pudesse ser a decisão ideal para chegar até outras vítimas. Pedro Coelho admite que esta fonte pode ser considerada a ponte para contactar mulheres vulneráveis como ela.

Pedro Coelho confessa que estar dependente da vítima principal para entrar em contacto com outras vítimas pode não ter sido a decisão ideal. Desde logo, porque esta podia querer ter um protagonismo exclusivo na reportagem. Filipe Teles afirma que é sempre um risco quando a fonte principal tem um papel crucial na investigação. Para esta reportagem o factor do tempo influenciou a decisão de utilizarem a fonte como ponte de ligação para outras vítimas. Num curto espaço de tempo de 2 a 3 meses, a equipa pensou que teria mais hipóteses de chegar às vítimas através desta fonte.

A certa altura da investigação, a equipa percebeu que se a vítima principal continuasse a ser uma espécie de ponte para chegarem a outras vítimas, não conseguiam chegar até elas. Aliás, há um momento em que a equipa percebe que a fonte usa o estatuto de ponte com o objetivo de controlar a história. Durante um encontro com uma vítima de maus-tratos pelas freiras, onde a fonte principal estava também presente, esta diz à vítima que estavam a conquistar que não precisava de dar a cara na entrevista. Pedro Coelho teve que intervir e disse que se a vítima quisesse dar a cara, a história ganhava mais força. Depois deste momento, a equipa começou a tentar contactar sozinha as potenciais vítimas.

É necessário ter cuidado com qualquer tipo de fonte que deseje controlar a história, pois “quanto mais apaixonada é a fonte, menos deve confiar nela” (Randall, 2016, p. 83). O jornalista Pedro Coelho ressalta que um jornalista de investigação deve estar em “permanente alerta para a possibilidade de fontes quererem controlar o desafio dos acontecimentos”. O jornalista não pode deixar-se “instrumentalizar pelas fontes”. Nesta investigação em que a denunciante principal teve um papel fundamental no contacto com outras vítimas, a equipa percebeu desde os primeiros sinais dados por esta mulher que esta dependência estava a condicionar a investigação.

As Entrevistas e a Importância da Corroboração dos Factos

Para esta investigação, a equipa conseguiu chegar até cinco vítimas. Das vítimas que conseguiram entrevistar, apenas uma sofreu abusos sexuais. As restantes vítimas sofreram

maus-tratos pelas freiras. Duas das entrevistas a vítimas foram realizadas com identidade protegida, embora uma delas tivesse autorizado que dissessem o seu nome.

No momento em que a equipa percebeu que não conseguiam chegar a mais vítimas através da fonte principal, decidem chegar até estas por outra via. Diana Matias teve a difícil tarefa de entrar em contacto com duas vítimas através do *Facebook*. Uma das vítimas aceitou falar com a equipa e ser entrevistada. Diana Matias conta que foi um grande desafio entrar em contacto com duas mulheres que viveram situações delicadas e de grande fragilidade. De forma a estabelecer contacto com possíveis vítimas, Diana Matias explica que é preciso ter empatia, respeito e experiência. É necessário ter empatia e tentar colocar-se no lugar da pessoa. Mas, além disso, o jornalista tem de perceber como é que gostaria que abordassem este assunto com ele tentando estar na pele da vítima. É também necessário ter respeito pela pessoa e preparar-se para qualquer tipo de reação do lado da vítima. O factor da experiência facilita o contacto e a aproximação indicada a possíveis vítimas.

Sendo o tema delicado, Diana Matias tentou perceber como é que poderia chegar até às mulheres sem fazer com que elas sentissem que estavam a invadir a sua privacidade. Mas, alerta que, mesmo assim, “há perguntas que têm de ser feitas”. Numa primeira abordagem tentou não ser invasiva. No momento em que sentiu abertura das mulheres para ir mais longe, tentou aos poucos perceber se foram vítimas de abusos sexuais e/ou de maus-tratos. É também relevante dizer que nenhuma das mulheres se recusou a falar com a Diana Matias.

Durante cerca de três meses, a equipa esteve no terreno e percorreu diferentes áreas de Portugal. A nível geográfico, a investigação centra-se maioritariamente em Coimbra, Lisboa, Fátima, Vila Viçosa, Porto e Braga.

Para além das vítimas, a equipa entrevistou um antigo aluno do padre Sebastião Cruz, um padre da terra natal do padre Sebastião Cruz, um benfeitor e membro da direção da CIDEM, a Dra. Ana Nunes de Almeida da CI, a Dra. Rute Agulhas do Grupo VITA, e um habitante de Vila Viçosa, ligado a um segundo caso onde terão ocorrido maus-tratos de freiras da mesma Congregação.

As entrevistas tinham diferentes objetivos. A entrevista ao habitante de Vila Viçosa foi realizada com identidade protegida e pretendia perceber o que aconteceu em setembro do ano passado, no Lar Juvenil D. Maria Amália Cordeiro Vinagre, gerido pela Congregação Religiosa Amor de Deus. A entrevista a um antigo aluno do Padre Sebastião Cruz pretendia perceber quem era este professor catedrático de direito, com ligações ao Estado Novo que andava armado frequentemente, e a partir daí, construir o seu perfil. A entrevista a um antigo benfeitor e

membro da direção há quase 6 décadas, mas também amigo íntimo do Dr. Elysio de Moura, que conheceu o Padre Sebastião Cruz, pretendia perceber o que o levou este elemento da direção a expulsar Sebastião Cruz da Casa, quando soube que o Padre teria utilizado donativos para benefício próprio, assim como quando soube os alegados abusos sexuais praticados pelo padre. A entrevista ao Pároco da Paróquia de Santiago de Bougado tinha como objetivo perceber quem era o Padre Sebastião Cruz, a sua influência e o seu percurso na terra natal, nomeadamente o seu papel na construção do Santuário de São Gens de Cidai, e qual é a imagem que a população tem dele. A entrevista à Dra. Ana Nunes de Almeida visa compreender o relatório realizado pela CI, mas também caracterizar o perfil dos abusadores, os locais dos abusos, o perfil das vítimas e as ligações a ordens religiosas. Por último, a entrevista à Dra. Rute Agulhas teve o objetivo de compreender qual é o processo de validação de testemunhos e de que forma é que o Grupo VITA e a Igreja vão indemnizar as vítimas de abusos sexuais.

A produtora editorial Diana Matias acredita que o jornalista deve tentar sempre ter o contraditório e analisar os acontecimentos num ângulo de 360°. Quando uma fonte faz uma denúncia e partilha a sua história, o jornalista não deve deixar que afunilem o seu pensamento e esta denúncia deve servir como ponto de partida. “A conversa nunca te afunila, tem que te abrir o ângulo e tu precisas de fazer a cobertura de todas as maneiras de ver aquele assunto”.

Diana Matias destaca ainda que no jornalismo de investigação, para além de anos de experiência, é necessário ter uma rede de contactos diversificada. O jornalismo de investigação vive dos contatos que vão criando pontes e ajudam o jornalista a perceber qual é o ângulo certo, a esclarecer dúvidas, etc. A relação com fontes especializadas ajuda a esclarecer possíveis dúvidas em temas específicos e a indicar a direção certa da história (Marcet, 1997, p. 146). A rede de contactos também é importante na fase de cruzamento de informação. Ouvir todas as fontes e cruzar as informações transmitidas por estes de forma a que a investigação esteja suficientemente sólida.

As Tentativas de Abordagem às Freiras

A sede da Congregação das Religiosas do Amor de Deus está localizada em Fátima. Numa das primeiras vezes em Fátima, a equipa visitou a sede Congregação e a Residência Sénior também das religiosas, aproveitando para filmar estes dois edifícios. Numa carrinha de transporte de passageiros, chegavam várias religiosas com as suas malas. Enquanto o RI filmava o edifício, uma das irmãs que estava a receber as irmãs que vinham de viagem, veio ter com a equipa. Nesta interação, perguntou à equipa o que estavam a fazer e se tinham autorização da parte da Congregação para filmar a fachada do edifício. O jornalista Pedro Coelho respondeu

que não era necessária autorização para gravações no exterior e aproveitou para perguntar se a Superiora Provincial podia falar com a equipa. A próxima religiosa que veio ao encontro da equipa não foi a Madre Superiora, mas sim uma das suas conselheiras. A irmã não se aproximou da equipa. Pedro Coelho aproveitou a oportunidade deste contacto inesperado para abrir o jogo sobre a investigação à volta da Congregação e pediu uma entrevista com a Superiora Provincial.

Depois desta conversa, o próximo passo foi enviar e-mail a solicitar uma entrevista. Por motivos de força maior, a Superiora Provincial respondeu que não seria possível acontecer a entrevista nos próximos tempos. Mesmo assim, insistimos e perguntamos se haveria alguma pessoa responsável que nos pudesse dar a entrevista em substituição da Superiora Provincial. A resposta foi negativa. Porque estavam naquela altura em reorganização interna, para a eleição de novo governo Provincial.

Mais tarde, depois de vermos uma publicação no *Facebook* da Congregação a comunicar a eleição de novo governo Provincial, e que a Superiora Provincial continua com o mesmo cargo, o jornalista Pedro Coelho enviou um e-mail a insistir para que a entrevista acontecesse. Após a insistência no pedido de entrevista, a Superiora Provincial aceitou uma entrevista por escrito. As questões enviadas foram centradas nos abusos físicos, psicológicos e sexuais, que aconteceram nas décadas de 60, 70 e 80, na CIDEM; e o caso mais recente, em 2023, no Lar Juvenil de Vila Viçosa, onde três das quatro irmãs que geriam o lar foram indiciadas de maus-tratos. Enviamos as perguntas de 17 de abril, por e-mail para a Superior Provincial.

No dia 29 de abril, a Superiora Provincial respondeu ao tão esperado e-mail com as respostas escritas às perguntas enviadas. Começa a sua declaração com um pedido de perdão pelo sofrimento que as irmãs possam ter causado. Em relação às situações vividas na CIDEM, a Superiora Provincial argumenta que a instituição acolhia mais de 200 crianças e que as irmãs eram as únicas cuidadoras destas menores. As irmãs estavam responsáveis por grupos de 30 e 40 menores. A Superiora Provincial acrescenta ainda que não se pode comparar a pedagogia nas décadas de 60 a 80, com a pedagogia atual.

Quando questionada sobre a exigência destas irmãs, a Superiora Provincial assume que esta exigência levava a atitudes exageradas e sem sentido. Ainda sobre os acontecimentos na CIDEM, a Superiora Provincial assume ter dúvidas em relação ao conhecimento das freiras sobre os abusos sexuais por parte do padre e diretor da Casa. Por último, em relação ao caso mais recente em Vila Viçosa, a Superiora Provincial garante que os factos não foram mais que acontecimentos pontuais em situações de crise.

O Uso do Jornalista Ingénuo, do Infiltrado e da Câmara Oculta

Numa fase inicial da investigação, em que era necessário contactar fontes próximas das pessoas investigadas, identificava-me como estudante. Durante a conversa contava que estava a fazer um trabalho académico sobre a pessoa em questão e queria saber mais informações. As informações recolhidas nessa fase serviam apenas para nos indicar se estávamos a ir na direção certa. A utilização do método de jornalista ingénuo ou neste caso, a filtragem de informação a transmitir a estas pessoas, serviu para recolher e complementar informações em falta.

Numa das viagens até Coimbra para nos encontrarmos com uma vítima de maus-tratos praticados pelas freiras, onde a fonte principal esteve presente e nos apresentou à antiga aluna, tivemos um momento inesperado em que recorremos ao uso do método de infiltração de terceiros. As duas antigas alunas dirigiram-se à CIDEM, para uma visita às suas infâncias. Antes de entrarem na instituição, as senhoras colocaram os telemóveis a gravar a visita que durou algumas horas. As duas mulheres já não entravam na Casa de Infância há pelo menos quatro décadas. A fonte principal tinha um desentendimento com o Diretor da Casa-Museu Elísio de Moura. Durante a visita, era possível que houvesse alguma revelação relevante para a investigação, que nos apresentasse outra versão da história, “um lado mais oculto da verdade”, conta Pedro Coelho.

Quando questionado sobre o uso do método de infiltrado, Pedro Coelho conta que o objetivo seria perceber se podia acontecer alguma coisa durante a visita que colocasse em causa algum dado importante da investigação. Caso isso acontecesse, seria necessário utilizar uma gravação clandestina para servir o interesse público. A visita das antigas alunas à instituição não originou nada que a equipa já não soubesse e fosse relevante para a investigação. Pedro Coelho avisa que 99% dos trabalhos em que se utilizam a infiltração de terceiros e a gravação de áudio, não se utilizam estes materiais na reportagem. Além de ser um método arriscado, deve ser utilizado com cautela e quando as situações por si exigem o seu uso, como por exemplo, situações que podem aproximar os jornalistas mais da verdade.

Durante mais uma ida até Coimbra, Pedro Coelho tentou entrar em contacto com o Diretor da instituição para propor uma entrevista. Infelizmente não foi possível contactá-lo, mas conseguimos falar com um membro da direção que se mostrou recetiva em dar-nos uma entrevista, caso o conselho de direção aprovasse. Depois destes contactos, a equipa foi até à casa de acolhimento e pediu para falar com o diretor. No momento em que os quatro elementos entraram, a câmara estava a gravar. A equipa gravou a visita curta desde o corredor da entrada

até a uma sala de espera, onde breves momentos depois uma funcionária nos informou que o diretor não ia falar.

Pedro Coelho e Filipe Teles mostram-se reticentes em relação ao uso da câmara oculta. Desde logo porque se a instituição em questão não autoriza as filmagens, deve-se respeitar a decisão e encontrar uma alternativa, como por exemplo, uma recriação visual do espaço ou procurar imagens do local no *Facebook*. Filipe Teles também alerta que o uso abusivo e indevido de câmaras ocultas pode tornar as histórias populistas e sensacionalistas. A sua utilização deve acontecer apenas em situações particulares e esporádicas, em que a história é do interesse público. Tal como a gravação de áudio, o material recolhido das câmaras ocultas não deve ser utilizado na investigação. A divulgação de imagens gravadas por uma câmara oculta pode resultar em queixas de invasão de privacidade, invasão de propriedade e fraude pelo uso indevido de câmaras ocultas (Ching, 2007, par. 3). No caso de ser necessário utilizar o material nas reportagens, a equipa deve perceber junto da Direção de Informação e do Conselho Jurídico da empresa, se é possível utilizar este recurso.

As Fragilidades e as Dúvidas em Relação à Veracidade dos Testemunhos

A certa altura da investigação, a equipa teve dificuldades em conseguir mais testemunhos de abuso sexual. A escassez de testemunhos colocou em causa o ângulo de abordagem de um dos episódios que se destinava a contar os abusos sexuais cometidos pelo padre na instituição de acolhimento. A equipa teve que repensar a investigação e alterou o ângulo do primeiro episódio, que passou a ser dedicado ao testemunho da fonte principal e ao perfil teológico, académico e pessoal do padre abusador. Os maus-tratos praticados pelas freiras nas décadas de 60, 70, 80 e o caso mais recente em setembro do ano passado, serão abordados no segundo episódio.

A história de uma única vítima de abuso sexual torna a história frágil. De forma a assegurar a veracidade do testemunho, a equipa falou com um antigo membro da direção da Casa que confirmou que o padre tinha abusado de crianças naquela época. Confirmaram com mais uma fonte, antiga aluna da instituição, que contou à equipa que fugia do padre sempre que o via lá. Num primeiro contacto com o padre, este teve um contacto indevido aos olhos da criança na altura, o que a fez fugir sempre dele. Para a equipa, a história sobre o padre estava confirmada, apesar da falta de testemunhos na primeira pessoa.

A meio da investigação começaram a surgir dúvidas em relação ao testemunho da fonte principal. Esta dúvida surge porque o depoimento tem algumas semelhanças com o depoimento da denunciante, ao da senhora que entrou em contacto com o Pedro. Nesta fase da investigação,

o jornalista deve comprovar os factos e os testemunhos, com o objetivo de resolver as possíveis fragilidades que possam existir (Marcet, 1997, p. 158). De forma a clarificar estas dúvidas, ouvimos e transcrevemos a entrevista da fonte principal. Comparamos a entrevista desta com a da denunciante nos dois episódios do programa Essencial da SIC, e também as suas declarações nas reportagens da RTP. Chegamos à conclusão que o testemunho da fonte é sólido e forte. A nível jornalístico, o testemunho ficou validado.

Em relação à veracidade do testemunho da fonte principal, pode não ser considerada uma verdade absoluta. A equipa deu o seu melhor para comprovar que o padre é um abusador e conseguiram verificar os factos. Pedro Coelho salienta que o objetivo principal da reportagem foi perceber quais foram os métodos que o Grupo VITA utilizou para excluir o seu testemunho da lista das reparações financeiras.

Na investigação há duas testemunhas com identidade protegida. Questionado sobre se um testemunho que dá a cara tem mais força, Pedro Coelho assegura que sim. Desde logo porque em televisão, o telespectador vê o rosto, o olhar e os gestos do entrevistado. O telespectador consegue ver a pessoa. Um entrevistado com identidade protegida está de certa forma protegido do olhar de quem o vê. Mas nesta história, que por si só é muito dura, a utilização de identidade protegida é justificável. Pedro Coelho explica que estas mulheres experienciaram situações inimagináveis e que as marcam ainda hoje. Muitas delas não querem assumir que viveram aquela realidade, e por causa destes factores têm o direito de proteger a sua identidade.

De modo a que a história não corra o risco de ficar frágil e o jornalista não perca a confiança do telespectador e a sua credibilidade jornalística, deve “solidificar a identidade protegida” aos olhos do público. O jornalista tem a obrigação de confirmar o testemunho através da utilização de fontes testemunhais, que possam confirmar aquilo que a pessoa diz sem repetir o mesmo relato da primeira fonte (Kovach & Rosentiel, 2010, p. 96). Para além disso, o jornalista pode procurar fontes documentais que garantam a verdade dos factos. Uma fonte anónima não pode estar a “pairar na história” sem provar ao telespectador a veracidade do testemunho. Num dos depoimentos com identidade protegida, que é um dos testemunhos mais fortes do segundo episódio, a equipa conseguiu confirmar os factos com outras fontes, que também estiveram na casa.

A Construção da Narrativa Visual

O primeiro episódio aborda os abusos sexuais praticados por um padre, através do testemunho de uma vítima e os testemunhos de diferentes personalidades em relação ao padre,

que confirmam também a ocorrência destes abusos. O segundo episódio é focado nos maus-tratos praticados pelas Religiosas do Amor de Deus, em duas instituições de acolhimento, durante os anos 60 a 80, e mais recentemente em setembro do ano passado. Neste episódio é também abordada a questão de as meninas da CIDEM servirem para casas senhoriais.

Durante a investigação, a equipa tentou contactar e filmar a casa de acolhimento de meninas em Coimbra. No entanto, devido ao silêncio da direção, a equipa teve que procurar outra solução. O próximo passo seria encontrar casas senhoriais que pudessem ser usadas para recriar aquela realidade. Encontrar uma casa que correspondesse ao que a equipa procurava e conseguir a autorização dos proprietários para realizar as filmagens no interior, revelou-se uma das tarefas mais desafiantes da investigação. O tema abordado influenciou a decisão dos proprietários, tornando mais difícil que permitissem que as suas casas fossem usadas para recriar visualmente os eventos ocorridos entre as décadas de 60 e 80, do século passado. Insistimos e procuramos até não haver mais locais para filmar. As respostas foram quase todas negativas, à exceção do Convento da Saudação, do Palácio Pimenta do Museu de Lisboa e Palácio do Marquês de Pombal, que autorizaram as gravações. Ao longo da procura de locais de gravação, tivemos algumas pessoas que aceitavam, mas exigiam pagamento, o que não era viável devido à falta de financiamento.

Na perspetiva de Diana Matias, em casos delicados como esta investigação, as pessoas não querem ficar associadas ao tema. Têm receio de que quem esteja a ver a reportagem identifique o local e o associe a este tipo de situações retratadas na investigação. Podemos considerar que o esqueleto desta investigação tem poucos elementos visuais, não há imagens de base. Logo, é necessário criar imagens para construir, ilustrar e dar suporte à investigação que contém essencialmente documentação e testemunhos. De modo a conseguir ter uma imagem de base para os dois episódios, foi necessário recriar cenários, por vezes metafóricos.

Ao mesmo tempo que a equipa trabalhava na investigação também procurava alternativas de abordagens visuais. A investigação jornalística televisiva precisa da componente visual para acompanhar, construir e ilustrar a narrativa. A solução encontrada foi a criação de metáforas visuais que pudessem aproximar-se de uma realidade que já não era possível visitar e mostrar aos telespectadores a natureza dos acontecimentos (Burgh, 2000, p. 165).

O Convento da Saudação, em Montemor-o-Novo, serviu como uma espécie de metáfora visual para recriar a Casa de Infância e o passado sombrio destas meninas. Dentro do convento abandonado, através de um conjunto de imagens da época, construíram-se diferentes metáforas que podem ilustrar a infância das meninas. O jornalista Pedro Coelho explica que o desafio

proposto aos telespectadores é entrarem na cabeça das antigas alunas e perceberem que tal como o Convento abandonado está destruído, as cabeças destas senhoras também se encontram destruídas.

De igual forma, o Palácio Pimenta do Museu de Lisboa, também se tornou o espaço ideal para ilustrar o dia-a-dia destas meninas, nomeadamente as lidas de casa que serviam muitas vezes como castigos. Estas crianças faziam um pouco de tudo em casa, desde cozinhar para 200 crianças, a limpar o pó, a puxar o lustre do chão de joelhos, a lavar a roupa, entre outras tarefas. O Palácio Pimenta serviu também para recriar visualmente, através de uma capela, o universo simbólico religioso, destas meninas que foram educadas sob valores católicos.

A sala de jantar do Palácio do Marquês de Pombal foi o cenário ideal para poder criar a realidade de servir em casas senhoriais. Segundo a perspetiva de Pedro Coelho, em casos de impossibilidade de poder visitar a realidade, é importante criar-se universos simbólicos, desde que a utilização destes universos seja o espelho da realidade e não a construção de uma outra realidade.

Para esta investigação também foi necessário gravar o busto do Dr. Elísio de Moura no Hospital Universitário de Coimbra, o retrato do Padre Dr. Sebastião Cruz, na Sala do Conselho Científico da Faculdade do Direito, o terraço do Sapiencia Hotel com vista para a Casa de Infância, o busto do Padre Sebastião Cruz na sua terra natal, a Faculdade de Medicina da UC, onde o Dr. Elísio deu aulas, na Basílica da Santíssima Trindade e no Santuário de Fátima.

Atualmente, uma investigação desta envergadura só é possível através da televisão. Segundo Filipe Teles, a televisão tem mais recursos, em comparação com a imprensa, que permitem suportar os gastos de uma investigação, como os salários, as viagens, gastos do carro, estadias, ajudas de custos como almoços e jantares. Esta investigação de média duração pode ter custado 30 a 40 mil euros. Diana Matias diz que um dos grandes desafios do jornalismo de investigação é a falta de recursos financeiros e humanos. Nas investigações, os jornalistas precisam de muito mais tempo e de mais colegas a ajudar. Numa redação, esses custos nem sempre são evidentes para as direções, nem o trabalho é palpável e monetizável. Em contrapartida, há cada vez mais recursos técnicos disponíveis que permitem melhores investigações, como é o caso de câmaras mais fáceis de usar e com diferentes funcionalidades visuais interessantes.

A Investigação no Terreno

No final de março, a fonte principal deslocou-se até Lisboa, com o objetivo de encontrar uma antiga aluna que terá sofrido abusos da parte do padre. Mas este propósito acabou por não acontecer devido a mudanças de planos. A equipa acompanhou a vítima desde a sua chegada à capital. No início do dia, esta confidenciou à equipa que tinha duas irmãs, e uma delas vivia em Lisboa. No carro, ligou à irmã e convidou-a a almoçar com a equipa da GR. No almoço, a vítima e a sua irmã partilharam as suas vivências na casa de infância. No final do almoço, a irmã da vítima concordou em contar o seu testemunho de maus-tratos, com a condição de não dar a cara. Já no processo de escrita da reportagem, a irmã da vítima autorizou que dissessem o nome e o seu parentesco para com a fonte principal.

A terra de Vila Viçosa foi também um dos destinos de várias viagens. Numa primeira ida até à vila alentejana, a equipa conseguiu chegar ao contacto de uma habitante que nos levou até a uma pessoa próxima do lar juvenil, que com identidade protegida, deu o seu testemunho.

Ao longo de várias viagens, a equipa manteve-se atenta em seguir as notícias ao redor da Igreja e os passos da Congregação. Através de uma pesquisa aprofundada de notícias sobre as religiosas, ficamos a saber de mais um caso ligado à Congregação. Uma notícia do Expresso de 2009, conta a história de uma professora de Educação Visual e Tecnológica, que sofreu assédio moral por parte do diretor e de uma irmã, que geria o Externato Educação Popular, em Lisboa. Entramos em contacto com o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, com o objetivo de conseguirmos falar com as dirigentes sindicais que estiveram responsáveis pelo caso. Conseguimos entrar em contacto com uma das dirigentes que nos aconselhou a falar com a professora lesada e deu-nos o seu contacto. Conversamos com a professora, através de uma chamada telefónica, que nos contou o caso e concordou encontrar-se com a equipa para uma conversa informal. Nesta conversa partilhou mais detalhes sobre o caso, inclusive partilhou todos os documentos guardados sobre o caso. Infelizmente, não aceitou ser entrevistada. A equipa percebeu que sem o testemunho desta professora, não conseguiam avançar na investigação.

Acompanhamos de perto a CEP. A 8 de abril, numa das idas até Fátima, a equipa esteve presente na Sessão de Abertura da Assembleia Plenária da CEP, onde as reparações financeiras a vítimas de abusos sexuais praticados por membros da igreja seria um dos temas a ser debatido. A 11 de abril regressamos a Fátima para a Conferência de Imprensa no final da Assembleia Plenária. Na conferência, Pedro Coelho questiona o Presidente da CEP, D. José Ornelas, sobre

o processo de reparação financeiras a vítimas de abusos, como também a possibilidade de no futuro as vítimas de maus-tratos serem também indemnizadas.

No dia 27 de abril, a Congregação celebrou 160 anos da sua fundação. A equipa deslocou-se, mais uma vez, até Fátima para acompanhar a missa celebrativa. Depois da missa, as celebrações continuaram com um almoço e festa na sede da Congregação.

A dada altura na investigação, quando a equipa percebeu que a partir da fonte principal, não conseguiriam chegar até mais potenciais vítimas, foi necessário estabelecer contacto sem ajudas externas. Diana Matias foi a pessoa escolhida para esta tarefa, desde logo por ser mulher, mas também pela sua elevada experiência na área. Esta foi a primeira vez que alguém da equipa entrou em contacto direto com alguma das vítimas. Até então, este contacto foi feito sempre pela vítima principal, deixando-nos dependentes desta fonte. Uma das mulheres contactadas pela Diana Matias aceitou falar. A equipa dirigiu-se até Leiria, para que a antiga aluna contasse o seu testemunho. O seu depoimento tem a particularidade de estar em negação de que sofreu maus-tratos por parte das freiras. Para esta mulher, tudo o que lhe aconteceu é normal.

O Processo-Crime do Lar Juvenil em Vila Viçosa

A equipa descobriu um caso recente de abusos físicos e psicológicos por parte das Religiosas num lar juvenil da Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa. Nesta instituição de acolhimento de menores em situações vulneráveis, encontravam-se crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 18 anos. Doze crianças foram inquiridas no processo. O Lar era gerido por quatro freiras, três delas foram detidas, indiciadas pela prática de seis crimes de maus-tratos.

Só quase no final da investigação é que a equipa recebeu a autorização de consulta do processo-crime. A equipa deslocou-se até à Polícia Judiciária de Évora. Durante uma tarde, analisou-se todos os dados ao milímetro. Afinal, o caso não envolvia apenas acontecimentos pontuais em momentos de crise, como a Superiora Provincial garantiu na entrevista escrita. Dentro do Lar e durante a noite, quando as auxiliares terminavam o trabalho, as crianças sofriam nas mãos das freiras.

Participação nos Factos Investigados

Na entrevista realizada à Dra. Rute Agulhas, coordenadora do Grupo VITA, ficamos a saber que brevemente esta reuniria com a Coordenadora da Comissão Diocesana de Proteção de Menores e Adultos Vulneráveis da Arquidiocese de Braga e com a fonte principal da investigação. A possibilidade da exclusão do seu testemunho seria o motivo desta reunião. Este

acontecimento colocou em causa toda a investigação e obrigou a equipa a reavaliar a veracidade do testemunho da fonte, questionando se seria realmente fidedigno.

Depois de saber deste acontecimento, a equipa decidiu não revelar nada à fonte principal, por diversas razões. Na semana seguinte, a fonte principal dirigiu-se até Braga para a reunião com o Grupo VITA. Nesse dia, soube que o seu testemunho não foi validado aos olhos da Igreja, e por este motivo, seria excluída da lista das reparações financeiras. As razões apresentadas são a sua constante alteração do testemunho e uma mensagem trocada com curiosamente, a denunciante deste caso, em que diz que não foi violada. Terminada a reunião, a fonte ligou ao jornalista Pedro Coelho e informou-o de tudo o que se discutiu neste encontro. No dia a seguir, Pedro Coelho e o RI, Vítor Caldas, dirigiram-se até Braga para conversarem com a fonte e gravar o seu depoimento.

No mesmo dia da reunião, Pedro Coelho enviou uma mensagem à psicóloga e Coordenadora do Grupo VITA, com o objetivo de compartilhar a transcrição da entrevista à fonte principal, na qual ela descreve os abusos sofridos. Já em Braga para gravar o depoimento com a vítima, Pedro Coelho envia mensagem à Dra. Rute a pedir uma nova entrevista. No dia a seguir, Pedro Coelho volta a enviar mensagem à psicóloga com a transcrição da entrevista à vítima gravada no dia anterior, e ainda algumas questões para responder. A Dra. Rute disse que respondia no próprio dia. Até à data de conclusão deste trabalho, não obtivemos resposta.

A participação ativa do jornalista Pedro Coelho no decorrer dos acontecimentos foi um dos momentos-chave da investigação. Desde logo, porque nesta reunião entre o Grupo VITA e a vítima, e depois a troca de mensagens entre o Pedro Coelho e a Dra. Rute, percebeu-se que da parte do Grupo VITA não havia argumentos fortes para recusarem o testemunho da fonte. Assim como, esta interação entre estas figuras permitiu perceber a fragilidade dos métodos da Igreja para validarem testemunhos de abusos sexuais. A questão central nesta investigação passou a ser muito centrada nos métodos e na forma como a Igreja está a lidar com as vítimas, e passou para segundo plano o testemunho da fonte e a dúvida de se foi ou não abusada.

Depois da escrita do primeiro episódio entregue no início de junho e durante a fase de edição deste, a fonte principal recebe o relatório da Comissão de Proteção de Menores e Adultos Vulneráveis, com os argumentos que levaram à decisão final. A vítima autorizou a utilização do relatório na reportagem. Apesar de Pedro Coelho estar com dúvidas sobre a utilização ou não do documento, decide utilizar. Sendo que o primeiro episódio já estava a ser editado, Pedro Coelho teve que alterar este episódio e acrescentar os novos factos. Se até esta altura, a história contada no primeiro episódio podia ter algumas fragilidades, com a divulgação deste relatório

oficial, a história tornou-se mais sólida, permitindo aproximar-se mais perto da verdade e questionar o *modus operandi* da Igreja Católica Portuguesa.

Conclusão

Existe um claro desinvestimento nas investigações, e a GR não é exceção. Em Portugal, o jornalismo de investigação pode estar em vias de extinção, senão se encontrarem formas de financiamento. A experiência de estágio na SIC permitiu-me identificar algumas tendências e problemas apontados pela academia: a desvalorização e estigma que a classe jornalística tem em relação ao jornalista de investigação, a pressão das últimas horas e das notícias 24 horas, a dificuldade no acesso ao mercado de trabalho e a precariedade da profissão, a pressão das audiências, da sustentabilidade financeira e da concorrência com canais privados.

Ao longo dos anos, a equipa da GR foi reduzida. Atualmente, conta apenas com cinco profissionais, todos seniores, o que evidencia a dificuldade de acesso dos jornalistas juniores ao jornalismo de investigação. Esta área deixou de ser uma aposta prioritária das direções de informação, especialmente na SIC. O tempo dedicado às investigações é cada vez mais curto, assim como os temas tratados, que tendem a ser menos profundos. Além disso, a questão das audiências pesa muito na decisão de investir ou não em investigação. Isso significa que os elevados custos do jornalismo de investigação obrigam a reajustes na prática deste género, como a redução do tempo de investigação e da equipa. A produtora editorial Diana Matias explica que uma investigação requer tempo, dinheiro e mais recursos humanos. No entanto, nem sempre esse investimento é evidente para as direções, sobretudo quando o retorno não é imediato, monetizável nem palpável. Mesmo assim, a televisão, como o meio com maiores recursos financeiros, pode suportar os custos de investigações aprofundadas e demoradas, como a reportagem “*As Pupilas*” da SIC.

Durante cinco meses, os jornalistas Pedro Coelho e Filipe Teles, com a produtora editorial Diana Matias investigaram os abusos sexuais na Igreja Católica Portuguesa. Acompanhei a equipa durante quatro meses, e através deste estudo de caso, comprovei que o uso de métodos de investigação digitais, como a *OSINT* e *SOCMINT*, facilitam o trabalho de um jornalista de investigação e ajudam a encontrar informação que de outra forma não seria possível. O acesso aos dois grupos de *Facebook* das antigas alunas da CIDEM foi crucial para esta investigação. Sem o acesso a estes grupos, a investigação podia não ser concretizável.

As redes sociais têm a vantagem de permitir encontrar pessoas anónimas quando não é possível através dos métodos tradicionais. No entanto, é importante salientar que os métodos digitais complementam, mas não substituem os métodos tradicionais, como a pesquisa e as entrevistas. As ferramentas como os programas de transcrição de entrevistas com inteligência artificial são exemplos de como a tecnologia pode facilitar o trabalho dos jornalistas em investigações.

Nesta investigação, destaca-se também a fase da pesquisa documental e não documental, como a recolha e análise de notícias, relatórios, publicações especializadas, documentos oficiais, o processo-crime do caso de Vila Viçosa, e a consulta de jornais da época. Ao longo de um mês, a equipa fez uma triagem de informações sobre os abusos na igreja, as figuras e entidades envolvidas.

A investigação enfrentou o desafio de ter apenas um caso de abuso sexual e, por isso, até a meio da investigação, a equipa esteve dependente da fonte principal. Esta fonte foi crucial ao apresentar outras vítimas e servir como ponte entre a equipa e as potenciais vítimas. Porém, saliento que os jornalistas nunca devem depender de uma fonte, pois esta ligação de dependência pode comprometer a história. Neste caso em específico, acreditava-se que a fonte principal, sendo mulher, vítima e antiga aluna da instituição, poderia facilitar o contacto a outras vítimas. Se a equipa tentasse contactar sozinha as possíveis vítimas podiam não conseguir os mesmos resultados. A meio da investigação, Diana Matias entrou em contacto com duas das antigas alunas e conseguiu que uma delas aceitasse ser entrevistada.

A investigação inclui dois testemunhos com identidade protegida. Na televisão, onde a imagem é essencial para ajudar a contar a narrativa, o uso de fontes anónimas requer uma rigorosa corroboração dos factos para solidificar a história. A equipa trabalhou de forma exímia para conseguir colmatar todas as possíveis fragilidades que a história podia ter, recorrendo à corroboração dos factos através de fontes independentes. Na entrevista realizada a Pedro Coelho, o jornalista afirmou que tentaram chegar o mais próximo da verdade, conseguindo confirmar que os abusos aconteceram dentro da casa e que algumas antigas alunas foram servir para casas senhoriais. Em relação à veracidade do testemunho da fonte principal, Pedro Coelho assume que fizeram o que estava ao alcance da equipa para verificar jornalisticamente o testemunho de abuso sexual, mas que haverá sempre espaço para dúvidas. Na investigação, a equipa tentou de tudo para ter o contraditório. Isto é, deram a oportunidade para que todos os visados respondessem. Através de uma comunicação transparente, a equipa partilhou tudo aquilo que estavam a investigar com as pessoas e instituições investigadas. Deste modo, a transparência foi um dos métodos de investigação central nesta história.

Os constrangimentos encontrados, como a impossibilidade de contactar a CIDEM e a fragilidade do testemunho de abuso sexual, obrigou a equipa a alargar o ângulo de abordagem. Um dos pontos negativos foi não terem conseguido entrar em determinados lugares, como a CIDEM, que podiam ter tornado a história mais interessante, do ponto de vista visual.

A participação dos factos investigados na fase de edição do primeiro episódio foi também um método crucial para fortalecer a história. Desde logo, porque através da participação ativa de Pedro Coelho percebeu-se de que forma é que a igreja estava a lidar com as vítimas. Para além disso, o jornalista Pedro Coelho realça que no primeiro episódio é possível demonstrar que os métodos da igreja devem ser questionados. No segundo episódio, demonstra-se que as reparações financeiras da igreja devem se estender para outros tipos de abusos, que merecem um outro olhar por parte da igreja. O facto de não terem conseguido entrevistar a direção da Casa, mas também entrevistar presencialmente a Congregação, foram dois pontos negativos. Embora não tenha sido possível entrevistar essas duas entidades, Filipe Teles destaca que conseguiram perceber a atuação da igreja, desde a entrevista à Dra. Rute Agulhas até ao relatório final, em que o Grupo VITA não aprova o testemunho da fonte principal. Segundo o jornalista Filipe Teles, demonstrar este lado da igreja foi uma questão de *timing* que solidificou a história.

Pedro Coelho salienta que o trabalho em equipa foi um dos pontos-chave para o desenvolvimento da investigação. A criação de uma equipa sólida e intergeracional em sintonia e a trabalharem com o mesmo objetivo proporcionou o sucesso da história. Um dos exemplos desta sintonia foi o facto de a equipa conseguir trabalhar em paralelo e ao mesmo ritmo a investigação jornalística e a abordagem visual.

O estudo de caso comprova que na investigação “*As Pupilas*” foram utilizados diversos métodos, como por exemplo, a pesquisa documental e não documental, o contacto permanente com as fontes, o jornalista ingénuo, a infiltração de terceiros e a utilização de câmara oculta. Mas o recurso a métodos digitais, como *OSINT* e *SOCMINT*, a transparência e a corroboração, e por último, a participação dos factos investigados foram os métodos de investigação que mais se destacaram e tornaram a reportagem sólida e forte. Além disso, destaco que ao longo da reportagem, o jornalista Pedro Coelho vai explicando ao público os passos dados, permitindo que os telespectadores acompanhem o processo da investigação. Infelizmente, os membros da equipa acreditam que a reportagem não terá “impacto social” depois da emissão da reportagem. Uma possível solução seria promover debates nos noticiários da SIC Notícias, incentivando discussões e mudanças na sociedade.

Durante o estágio percebi que os estagiários muitas vezes não são bem acompanhados, ficando à mercê deles próprios. Acredito que a realidade que os estagiários enfrentam na redação da SIC reflete o que podem encontrar em outras redações: jornalistas sobrecarregados, desmotivados e em situações precárias, equipas de investigação cada vez mais pequenas, além da desvalorização e desinvestimento no jornalismo de investigação. Por isso, questiono-me,

será que o fim do jornalismo de investigação está para breve? Quero acreditar que não. O jornalismo de investigação é mais necessário do que nunca. E, como mencionei anteriormente, acredito que a GR é o espaço ideal para um jovem jornalista aprender que “o jornalismo de investigação é a respiração da liberdade de imprensa” (Mascarenhas, 2016).

Bibliografia

Anderson, D. & Benjaminson, P. (1976). *Investigative reporting*. Bloomington and London: Indiana University Press.

Apostolou, N., & Philp, R. (2022, 1 de agosto). *GIJN's Guide to Undercover Reporting*. Global Investigative Journalism Network. Consultado a 22 de agosto de 2024 em <https://gijn.org/resource/gijns-guide-to-undercover-reporting/>

Barnett, S. (2011). *The rise and fall of television journalism*. Boomsbury Publishing.

Berglez, P. & Gearing, A. (2018). The Panama and Paradise Papers: The rise of a global fourth estate. *International Journal of Communication*, 12, 4573–4592. <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/9141>

Birnbaumer, B. (2019). *The rise of nonprofit investigative journalism in the United States*. Routledge.

Borchard, A. G. (2022). *The sage encyclopedia of journalism*. SAGE Publications.

Bourdieu, P. (1997). *Sobre a televisão*. Jorge Zahar Editor.

Browne, M., Singhvi, A., Reneau, N., & Jordan, D. (2020, 28 de dezembro). *How the Police Killed Breonna Taylor*. The New York Times. Consultado a 25 de agosto de 2024 em <https://www.nytimes.com/video/us/100000007348445/breonna-taylor-death-cops.html>

Bulla, D. W. (2022). Fourth Estate. In Borchard, A. G. (Ed.), *The sage encyclopedia of journalism* (Vol. 2 - p. 674). SAGE Publications.

Burgh, de H. (2000). *Investigative Journalism: Context and practice*. Routledge.

Burgh, de H., & Lashmar, P. (2021). *Investigative journalism*. Routledge.

Cabra, M., & Kissane, E. (2016, 25 de abril). *Wrangling 2.6TB of data: The people and the technology behind the Panama Papers*. International Consortium of Investigative Journalists. Consultado a 3 de janeiro de 2024 em <https://www.icij.org/investigations/panama-papers/data-tech-team-icij/>

Cagé, J. (2016). *Salvar os média*. Temas e Debates.

Caristi, D. (2022). Watchdog Value. In Borchard, A. G. (Ed.), *The sage encyclopedia of journalism* (Vol. 2 - p. 663). SAGE Publications.

- Ching, C. (2007, 29 de outubro). *The hidden pitfalls of using hidden cameras*. Reveal. Consultado a 22 de agosto de 2024 em <https://revealnews.org/article/the-hidden-pitfalls-of-using-hidden-cameras/>
- Coelho, P. & Rodrigues, I. A. (2020). Rebuilding investigative journalism. Collaborative journalism: Sharing information, sharing risk. *Observatorio*, 14(4), 135-157. <https://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/1748/pdf>
- Coelho, P. & Silva, M. T. da. (2018). O lucro social e financeiro do jornalismo de investigação. *Media & Jornalismo*, 18(32), 73-94. https://doi.org/10.14195/2183-5462_32_6
- Coelho, P. & Silva, M. T. da. (2021). A resistência do jornalismo de investigação. *LABCOM*, 26-52. <http://hdl.handle.net/10362/126517>
- Coelho, P. (2015). *A investigação jornalística em televisão: Algumas reflexões sobre o futuro do jornalismo televisivo*. In Sá, P. Serra & W. S. Filho (Org.) *A televisão ubíqua*, 105-122. Livros Labcom.
- Coelho, P. (2019, 4 de dezembro). *Investigação jornalística em televisão: Contar o invisível*. SIC Notícias Online. Consultado a 14 de agosto de 2024 em <https://sicnoticias.pt/programas/reportagem/sic/2019-12-04-Investigacao-jornalistica-em-televisao-contar-o-invisivel>
- Coelho, P. (2022). Recensão Crítica. *Mediapolis*. N.º 14: 60º Aniversário de Strukturwandel der Öffentlichkeit. 159-164. DOI: https://doi.org/10.14195/2183-6019_14_10
- Cooper, G. (2021). New models of funding and executing. In de Burgh, H. & Lashmar, P. (Eds.), *Investigative journalism*, 44-56. Routledge.
- Cortés, H. & Luengo, M. (2021). Data Journalism, Massive Leaks, and Investigation: What the Panama Papers Have Taught Us About Ethics. In Luengo, M. & Herrera-Damas, S. (Ed.), *News media innovation reconsidered: Ethics and values in a creative reconstruction of journalism*, 107-123. John Wiley & Sons, Inc.
- Creta, S. (2023). *Open Source investigations: Handbook*. Aljazeera Media Institute.
- Cunha, A. (2015). *Um repórter inconveniente: bastidores do jornalismo de investigação*. Chiado Editora.
- Davies, N., & Leigh, D. (2010, 25 de julho). *Afghanistan war logs: Massive leak of secret files exposes truth of occupation*. The Guardian. Consultado a 26 de agosto de 2024 em

<https://www.theguardian.com/world/2010/jul/25/afghanistan-war-logs-military-leaks>
[consultado](#)

Feldstein, Mark. (2009). Muckrackers. In Sterling, H. C. (Ed), *Encyclopedia of Journalism* (p. 919). SAGE Publications.

Fonseca, M. A., Diz, H. M. & Dos-Santos M. J. P. L. (2016). O crowdfunding como financiamento do jornalismo de investigação em Portugal. *Palavra Chave*, 19(3), 893-918. DOI: <https://doi.org/10.5294/pacla.2016.19.3.9>

Franklin, B., Hamer, M., Hanna, M., Kinsey, M. & Richardson, E. J. (2005). *Key concepts in journalism studies*. SAGE Publications.

Gaering, A. (2021). *Disrupting investigative journalism: Moment of death or dramatic rebirth?* Routledge.

Galán-Gamero, J. (2014). Cuando el ‘cuarto poder’ se constituye en cuarto poder: propuestas. *Palavra Chave* 17(1), 152-187. <https://doi.org/10.5294/pacla.2014.17.1.6>

Geiger, L. G. (1966). Muckrakers - Then and Now. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 43(3), 469-476. <https://doi.org/10.1177/107769906604300308>

Glasser, T. L. & Ettema, J. S. (1998). *Custodians of conscience*. Columbia University Press.

Grenier, J. A. (1960). Muckraking and the Muckrakers: An historical definition. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 37(4), 552-558. <https://doi.org/10.1177/107769906003700407>

Hahn, O., & Stalph, F. (2018). *Digital investigative journalism: Data, visual analytics and innovative methodologies in international reporting*. Palgrave Macmillan.

Hamilton, J. T. (2016). *Democracy’s detectives: The economics of investigative journalism*. Harvard University Press.

Hanitzch, T. & Wahl-Jorgensen, K. (2019). *The handbook of journalism studies*. Routledge.

Hopkins, N., & Bengtsson, H. (2017, 5 de novembro). *What are the Paradise Papers and what do they tell us?* The Guardian. Consultado a 4 de janeiro de 2024 em <https://www.theguardian.com/news/2017/nov/05/what-are-the-paradise-papers-and-what-do-they-tell-us>

Houston, B. (2010). The future of investigative journalism. *Daedalus*, 139(2), 45-56. <https://www.jstor.org/stable/20749823>

Houston, B., Horvit, M., & Investigative Reporters and Editors, Inc. (2021). *The investigative reporter's handbook: A guide to documents, databases and techniques*. Investigative Reporters and Editors, Inc.

ICIJ. (2016, 3 de abril). *Giant leak of offshore financial records exposes global array of crime and corruption*. International Consortium of Investigative Journalists. Consultado a 3 de janeiro de 2024 em <https://www.icij.org/investigations/panama-papers/20160403-panama-papers-global-overview/>

Khalil, M. (2023, 2 de fevereiro). *Investigative journalism: Going undercover*. Al Jazeera. Consultado a 22 de agosto de 2024 em <https://institute.aljazeera.net/en/ajr/article/2088>

Knobel, B. (2018). *The watchdog still barks: How accountability reporting evolved for the digital age*. Fordham University Press.

Kovach, B. & Rosenstiel, T. (2005). *Os elementos do Jornalismo*. Porto Editora.

Kovach, B., & Rosenstiel, T. (2010). *Blur: How to know what's true in the age of information overload*. Bloomsbury.

Lanosga, G. (2022). Investigative journalism. In Borchard, A. G. (Ed.), *The sage encyclopedia of journalism* (Vol. 2 - p. 873). SAGE Publications.

Leigh, D. (2019). *Investigative journalism: A survival guide*. Springer Nature Switzerland AG.

Linares, C. L. (2024, 13 de abril). *OSINT and SOCMINT techniques empower investigative reporting and war coverage, and are increasingly accessible to journalists, ISOJ panelists said*. LatAm Journalism Review. Consultado a 27 de agosto de 2024 em <https://latamjournalismreview.org/articles/osint-and-socmint-techniques-empower-investigative-reporting-and-war-coverage-and-are-increasingly-accessible-to-journalists-isoj-panelists-said/>

Lück, J. & Schultz T. (2019). Investigative Data Journalism in a globalized world. *Journalism Research*, 2(2), 93-114. <http://dx.doi.org/10.1453/2569-152X-22019-9858-en>

Marcet, J. M. C. (1997). *Periodismo de investigación: Teoría y práctica*. Síntesis.

Mascarenhas, Oscar. (2016). *O detetive historiador: Ética e jornalismo de investigação*. Âncora Editora.

- Mevrowir, J. (1990). Experiencing the news: Television's reconstruction of reality. In Stuhr, J. J., & Cochran, R., M., (Eds), *Morals and the media: Information, entertainment, and manipulation*, 34-60. The University of Oregon Humanities Center.
- Mouriquand, J. (2002). *O jornalismo de investigação*. Editorial Inquerito.
- Neveu, É. (2003). *Sociologia do jornalismo*. Porto Editora.
- Obermaier, F. Obermayer., B. Wormer., V., & Jaschensky., W. (2016). *About the Panama Papers*. Süddeutsche Zeitung. Consultado a 9 de agosto de 2024 em <https://panamapapers.sueddeutsche.de/articles/56febff0a1bb8d3c3495adf4/>
- Obermayer, B. & F. Obermaier (2016). *Panama Papers: A história de um escândalo mundial*. Penguin Random House.
- Obermayer, B., & F. Obermaier (2016). *Panama Papers: A história de um escândalo mundial*. Penguin Random House.
- Philip, R. (2021, 9 de novembro). *Turning dead-ends into breakthroughs using visual investigation techniques*. Global Investigative Journalism Network. Consultado a 26 de agosto de 2024 em <https://gijn.org/stories/visual-investigations/>
- Philip, R. (2024, 7 de maio). *New AI and large language model tools for journalists: What to know*. Global Investigative Journalism Network. Consultado a 27 de agosto de 2024 em <https://gijn.org/stories/new-ai-large-language-model-tools-journalists/>
- Postma, F. (2022, 9 de agosto). *Using new tech to investigate old photographs*. Bellingcat. Consultado a 22 de agosto de 2024 em <https://www.bellingcat.com/resources/2022/08/09/using-new-tech-to-investigate-old-photographs/>
- Randall, D. (2016). *The universal journalist*. Pluto Press.
- Rees, P. (2023, 12 de abril). *Using open-source intelligence (OSINT) in journalism*. Al Jazeera. Consultado a 26 de agosto de 2024 em <https://institute.aljazeera.net/en/ajr/article/2159>
- Rnayak, R. (2017). Experiencing the news: Television's reconstruction of reality. *Artha-Journal of Social Sciences*, 6(3), 39-47. DOI: <http://dx.doi.org/10.12724/ajss.42.3>
- Rodríguez, P. (1994). *Periodismo de investigacion: Técnicas y estrategias*. Editorial Paidós.
- Salas, A. (2003). *Diário de um skin*. Dom Quixote.

Sambrook, R. (2017). *Global teamwork: The rise of collaboration in investigative journalism*. Reuters Institute for the Study of Journalism.

Singh, A., & Sinha, O. (2024). OSINT in journalism: Tools, challenges, and opportunities. *Journal of Electrical Systems*, 20(10), 2456-2462. <https://journal.esrgroups.org/jes/article/view/5600>

Starkman, D. (2014). *The watchdog that didn't bark: The financial crisis and the disappearance of investigative journalism*. Columbia University Press.

Stein, H. H. (1979). American Muckrakers and Muckraking: The 50-Year scholarship. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 56(1), 9-17. <https://doi.org/10.1177/107769907905600102>

Traquina, N. (2023). *Quem vigia o “quarto poder”?* Trabalho apresentado em Anais do 9º Encontro Anual da COMPÓS. <https://proceedings.science/compos/compos-2000/trabalhos/quem-vigia-o-quarto-poder?lang=pt-br>

Woodward, B. (2006). *O homem secreto*. QuidNovi.

Woodward, B., & Bernstein, C. (1975). *Watergate: O processo de uma presidência*. Livraria Bertrand.

Anexos

Anexo 1. Entrevista a Pedro Coelho

Jornalista de Investigação da Grande Reportagem

Oeiras, 5 de julho de 2024

1) Como é que chegaste ao caso da Casa da Infância Doutor Elísio de Moura?

Eu na altura estava a fazer uma outra grande reportagem. Estava absolutamente assoberbado de trabalho e recebo uma indicação de uma colega minha que estava a fazer um trabalho sobre abusos sexuais na igreja, com uma das vítimas da Casa de Infância Doutor Elísio de Moura. E essa vítima, disse a esta minha colega que era importante que eu, jornalista de investigação, pudesse fazer um trabalho mais desenvolvido sobre a Casa de Infância, porque aquilo tinha que ser investigado. E depois ela pôs-nos em contacto.

Eu no alvoroço da investigação que andava a fazer estava sem tempo, mas ainda assim falei com a Senhora e disse, “Olhe, eu até janeiro (de 2024) não vou poder fazer nada. Estou absolutamente cheio de trabalho. Mas em janeiro eu ligo-lhe. E vamos falar sobre a matéria”.

Entretanto, falei aqui internamente, relatando a conversa que tinha tido e que a história podia ter muito interesse. Sobretudo porque a forma como a vítima me passa a história é de que podíamos estar na presença de uma casa muito parecida com a Casa Pia. Portanto, o regresso a 2001 e a todos os dramas do abuso sexual de menores institucionalizados. Quer dizer, eu fiquei muito entusiasmado com essa possibilidade e aqui na SIC também naturalmente. Ficamos então de falar com essa Senhora e marcamos uma primeira conversa com ela em janeiro deste ano.

2) Como foi o primeiro encontro com a vítima?

Na primeira conversa que tivemos com ela, eu percebi que a coisa não era exatamente como ela me tinha dito inicialmente. Primeiro e essa foi a primeira desilusão, percebi que ela não tinha informação nenhuma, que ela não estava sequer já no grupo do *Facebook* das antigas alunas e residentes da Casa Elísio de Moura e ela própria teve aí a simpatia de nos dizer, “vocês vão ter que falar é com a Olinda Soares. Porque é a Olinda Soares, que tem informação e ela está em contacto com todas as meninas da casa de infância”. É certo que ela, na primeira conversa que tivemos, tinha convocado esta senhora para estar também na conversa. Mas a Olinda Soares não quis estar na conversa.

Percebi que havia ali um desaguizado entre as duas e então eu entendi que devia falar com a

Olinda e falei nesse próprio dia, no primeiro dia deste alvoroço. Liguei logo à Olinda que me disse, “então se vier sozinho, eu recebo-o aqui”. Fomos conversar com a Olinda e tivemos uma primeira conversa muito prática, no sentido em que percebemos que, primeiro a Olinda estava disponível para falar. Nunca tinha falado com ninguém, deu-nos acesso aos grupos de *Facebook*. E abriu o jogo todo connosco, portanto, foi de uma franqueza.

Eu não estava sozinho, estava com a Produtora Editorial da Grande Reportagem, Diana Matias, e o Filipe Teles, que era o jornalista que estava comigo a trabalhar, que iria começar a trabalhar nesta investigação comigo, contratado pela SIC para esta investigação em específico. Já tinha estado comigo em 3 investigações anteriores, e, portanto, estávamos os 3 e tivemos a mesma ideia: isto não pode ser falso. Estes detalhes que ela nos conta são de tal ordem. Se a partir dela conseguirmos chegar a outras pessoas, temos aqui uma enorme história. E pronto e deixamos aquilo em banho-maria. Depois a coisa não aconteceu imediatamente. Eu em fevereiro fiquei todo mês fora porque estava a fazer outro trabalho fora daqui. Retomamos em março e retomamos à séria, não paramos mais.

3) Dos métodos de investigação utilizados, quais são os métodos que se destacaram nesta investigação?

Nós utilizamos meios de recolha de prova, digamos assim, da forma como tu os enuncias. É claro que há uns que são muito mais importantes do que outros. Quer dizer, o undercover aqui com objetivo quase prospetivo de perceber que pode ser que alguma coisa que vá aqui acontecer ponha em causa alguma verdade absoluta, e nós precisemos de uma gravação clandestina para servir o interesse público. Admitimos essa possibilidade. 99% das coisas que nós fazemos undercover, não temos a intenção de usar. Mas, às vezes jogamos um pouco à defesa, entramos em territórios muito desconhecidos, territórios que podem gerar, que nos podem aproximar mais da verdade, cuja descodificação nos pode aproximar mais da verdade. E utilizamos esta metodologia, que é uma metodologia extraordinariamente arriscada e não devemos sequer abusar dela. Fazemo-lo com muita parcimónia. Mas quando o fazemos, fazemo-lo com uma intenção clara.

O que referiste de as duas entrarem na Casa de Infância Doutor Elísio de Moura, porque já há 40 anos que não iam lá e vão lá 40 anos depois. E uma delas, tinha um desaguado com o Diretor da Casa-Museu Elísio de Moura, e o potencial de haver ali uma alteração ou haver qualquer coisa que nos apresentasse um outro lado, um lado mais oculto da verdade era francamente relevante. E eu não acreditaria, dado o meu ceticismo e o meu compromisso com

a dúvida, eu jamais poderia ficar apenas com a versão da Olinda sobre uma coisa que porventura viesse a acontecer. Então entendemos utilizar naquele caso específico, a gravação undercover ou clandestina, com o objetivo claro de perceber se alguma coisa dali poderia acontecer. Não aconteceu. Portanto, foi uma metodologia de alto risco, que foi muito ponderada, mas que foi utilizada com um objetivo muito claro. Nenhum resultado dali advém.

Eu acho que aqui o elemento mais importante, mais relevante foi o acesso que nós tivemos aos 2 grupos de *Facebook*. Eu acho que toda a investigação se desenha a partir do conhecimento que nós temos daquele aparato verbal, que é aquele espólio, aquilo é uma coisa magnífica. Porque de repente, nós entramos num grupo, é certo que clandestinamente, mas entramos num grupo onde nos aproximamos muito mais da verdade. Mesmo sabendo, nós nem sequer naquele grupo minimamente privado, as pessoas são absolutamente verdadeiras. Porque estamos a lidar com factos muito sensíveis que põe em causa a autoestima de cada um e é natural que as pessoas não estejam disponíveis para verbalizarem o que efetivamente lhes aconteceu e é natural. Muitas delas nem tenham pensado sobre aquilo que verdadeiramente lhes aconteceu. São feridas demasiado profundas, que são muito difíceis de serem expostas.

Ainda assim, aquele seria o melhor lugar para nós nos aproximarmos dessas feridas e do efeito dessas feridas profundas. Portanto, eu creio que essa foi a grande mais-valia da nossa reportagem e toda a investigação assenta ancora nessa incursão.

Eu acho que fizemos um trabalho muito, muito relevante, porque a partir dali nós identificamos as mulheres, categorizamo-las, percebemos quais seriam aquelas que porventura poderiam ter sido abusadas pelo Padre Sebastião Cruz e quais foram aquelas que verdadeiramente foram maltratadas e abusadas pelas freiras. Portanto, categorizamos a nossa amostra, a amostra era muito extensa. Estamos a falar de centenas de mulheres, mas nós conseguimos reduzi-la cerca de 30, ou seja, aquelas 30 seriam seguramente as que poderiam gerar reportagem. A partir do momento em que fizemos esta categorização, podemos passar para o “ataque”, ou seja, começamos a contactar uma a uma, cada uma daquelas alegadas vítimas. Tivemos sucesso com 6. Portanto, 6 estão na nossa reportagem. Muitas delas disseram-nos que não ou então nem responderam.

Nós utilizamos, digamos, uma forma de aproximação a essas vítimas. Utilizamos aquela que estava do nosso lado, digamos assim, desde o início foi a Olinda Soares que serviu muitas vezes de ponto para chegarmos às vítimas. Mas confesso que essa pode não ter sido a melhor solução, porque ela era claramente uma parte interessada. Provavelmente isto é uma hipótese que a dúvida me obriga a colocar, provavelmente a Olinda também ela queria ter protagonismo

exclusivo e isso não era compatível com a possibilidade de nós colocarmos outras pessoas na história. E eu percebi em determinada altura. O Filipe também percebeu que, continuando apenas por esta via, iria deixar-nos um deserto. O que aconteceu foi que nós depois começámos a fazer esse trabalho sozinhos.

Portanto, autonomizamo-nos ainda a tempo da Olinda, sem desprezar o depoimento dela, porque na nossa ótica, estava validado. É certo que nós não temos meios de validar um depoimento com estas características. Não somos psiquiatras nem psicólogos. Ainda assim, o relato dos factos que ela nos descreve tem um contexto e encaixa dentro do contexto. Nós definimos a personalidade do agressor. Fomos até onde podemos ir para percebermos a personalidade do agressor falando com 3 antigos alunos, um deles deu-nos entrevista, falando com pessoas da freguesia dele, um padre, mais um ajudante do padre. São pessoas jamais próximas daquela realidade eclesiástica, que também nos documentaram sobre a personalidade dele, inclusivamente depois falamos com as várias meninas que eram as meninas da nossa reportagem também para complementarmos esta construção da personalidade deste padre.

Eu creio que houve aqui 2 momentos absolutamente decisivos. Por um lado, como tu dizes a nossa entrada no grupo e a categorização que fizemos e a eleição que fizemos das potenciais vítimas que entrariam na nossa peça. Isso é um trabalho absolutamente relevante, jornalisticamente, muito, muito importante nesta nossa investigação.

4) Esta fase de recolha e observação dos grupos de *Facebook* desde o início, quanto tempo demorou?

Isso demorou cerca de 1 mês. Foi um trabalho que o Filipe foi fazendo enquanto eu estive fora durante o mês de fevereiro. Por isso é que nós em março, quando atacamos, atacamos à séria. Portanto, eu fui sempre acompanhando o trabalho do Filipe. É um trabalho que ele foi fazendo e todos os dias reuníamos basicamente para que eu ficasse absolutamente consciente daquilo que estava a acontecer, para que também eu próprio dessa minha opinião. Fomos os dois sempre acertando as agulhas, embora tivesse sido o peso da descodificação, daquele mundo do *Facebook*, foi ele que o assumiu, sempre com a minha interligação, naturalmente. Esse trabalho demorou um mês e foi um mês muito bem aproveitado.

5) Um mês já com a pesquisa documental do contexto português e do contexto internacional?

Sim. Nenhuma história de investigação está desligada do contexto. Nós temos aqui uma história que ela própria gera o contexto. A partir do momento em que se entra no grupo do *Facebook*, onde estão várias Mulheres que passaram nos anos 60, 70 e 80 por uma determinada casa e essa casa é o alvo, tu constróis a partir daquele cenário o contexto. Mas há um contexto muito mais aberto.

Aliás, há dois contextos, que é o contexto da época, que é preciso nós conhecermos o Portugal dos anos 60, 70 e 80. Do ponto de vista da pesquisa de imagens de arquivo, temos de o fazer. Ou seja, nós trabalhamos sempre em televisão a dois níveis. Por um lado, trabalhamos a matéria jornalística, a investigação jornalística, mas ao mesmo tempo e em paralelo, vamos tentando construir a narrativa visual. Nós em nenhum momento podemos pensar que o trabalho de investigação jornalística só tem uma componente de investigação pura, dura e clássica. Nós fazemos sempre em paralelo um trabalho de pesquisa visual. Portanto, nós construímos o contexto do grupo e ao mesmo tempo que estávamos a construir o contexto do grupo, estávamos a pensar na abordagem visual do grupo.

Quando alargámos e passamos para o contexto da época 60, 70 e 80, nós pensamos nas imagens que haveríamos de utilizar para contar o contexto da época. E depois um outro contexto ainda, muito mais complexo, que é o contexto dos próprios abusos sexuais da Igreja. Fizemos uma linha do tempo, também durante este primeiro mês, em fevereiro deste ano, ao mesmo tempo que estava a mergulhar no grupo do *Facebook*. O Filipe estava a fazer uma linha do tempo com os grandes acontecimentos associados ao abuso sexual da Igreja desde a criação da CI. Acompanhamos todos os 13 meses da CI e temo-lo absolutamente fichado na nossa linha do tempo. A partir do momento em que entra em cena o Grupo Vita, começamos a fazer um trabalho idêntico para o Grupo Vita com todas as declarações associadas aos grandes momentos, quer da CI, quer do Grupo Vita, quer das autoridades eclesiais. Portanto, todo esse levantamento foi feito.

Esse trabalho (recolha de notícias internacionais), podíamos não ter feito, contudo, para documentação dos próprios jornalistas, quando vou fazer uma entrevista à Rute Agulhas tenho de saber o que é que aconteceu em França, o que é que aconteceu em Espanha. São os dois casos mais chamativos europeus que aconteceram. Tenho de conhecer aquela realidade. Até mesmo na entrevista à Dra. Ana Nunes de Almeida, da CI. Tenho de conhecer suficientemente a realidade vizinha para poder fazer a entrevista.

Eu não vou usar nada nas peças sobre a realidade francesa e espanhola, porque as peças estão muito localizadas, até estão muito centradas numa determinada realidade, que é a própria Casa

da Infância Doutor Elísio de Moura, mas ainda assim o jornalista quando faz um trabalho desta envergadura precisa de ter munições. E foi basicamente isso que eu e o Filipe fizemos. Todas as entrevistas que eu fiz, eu fi-la, tendo por base a linha do tempo: o contexto internacional, o contexto dos anos 60, 70 e 80 e, sobretudo o conhecimento que eu tinha das vítimas e daquilo que elas nos foram relatando. Por isso é que também é muito importante nós percebermos que há determinadas entrevistas que não podem ser feitas no início da investigação. Por exemplo, não faria qualquer sentido que eu fosse falar com a Rute Agulhas, coordenadora do Grupo Vita, no início da investigação. Até podia tê-lo feito numa conversa informal. Mas uma entrevista para gravar, este tipo de entrevista só pode ser feita no final da investigação.

6) Há algum método que gostavam de ter utilizado, mas não tiveram oportunidade?

Se me perguntares, qual é que é a maior fragilidade desta investigação? Eu creio que a maior fragilidade desta investigação é nós não termos conseguido chegar a outras vítimas do Padre Sebastião Cruz. Portanto, eu não sei que método é que eu poderia utilizar para chegarmos aí, não sei mesmo. Acho que nós fizemos tudo o que estava ao nosso alcance fazer, inclusivamente fizemos coisas que eu acho que só se aceitam porque nós queremos muito aproximar-nos da verdade, e, sobretudo, queremos legitimar a história. Eu tenho a ideia e sempre tive que uma história como uma única vítima do padre, é uma história frágil. A única coisa que torna a história substantiva e que lhe dá, respaldo é o facto de a personalidade do padre estar muito bem documentada na reportagem.

Mas as pessoas vão sempre pensar, “mas só há uma vítima do padre?”. É bruto isso. Ou seja, isso custa porque o trabalho que nós fizemos para ter mais do que um depoimento foi grande. Nós podíamos ter um segundo depoimento, mas é de alguém que acaba por ter na nossa reportagem um papel absolutamente negativo, que é a fonte original da história. Ela podia se nós quiséssemos ter sido uma segunda pessoa a ter sido abusada pelo padre. Só que o problema da Cristina Amaral é que ela própria põe em dúvida que outras pessoas tenham sido abusadas. Inclusivamente, ela entende que a Olinda Soares não foi abusada. Iríamos criar outra história se tivéssemos posto aqui a Cristina Amaral, que já deu entrevistas a todas as televisões, nós iríamos criar aqui ruído. Eu não digo que ela não tenha sido abusada. Isso não está a ser julgado por mim da mesma maneira que eu não julgo se a Olinda foi ou não foi. A minha convicção jornalística e todo o trabalho que nós fizemos para nos aproximarmos da verdade, dizem-nos que sim, que ela foi abusada, mas não é essa a minha maior preocupação. Nesta altura, a minha grande preocupação do ponto de vista jornalístico é perceber qual é o método que o Grupo Vita

está a utilizar para lidar diretamente com estas mulheres. São mulheres fragilizadas e eu creio sinceramente que esse método é um método que deve ser questionado do ponto de vista jornalístico. Eu creio que a grande âncora jornalística da matéria não é se a Olinda foi ou não foi abusada, é basicamente perceber que método utilizou o Grupo Vita para excluir a Olinda da lista das reparações/indenizações. Isso é que é o grande problema, sinceramente.

7) Nesta investigação, houve 3 testemunhas com identidade protegida. Tem muito mais força um testemunho que dá a cara do que um que não dá?

Sim, e eu digo muito sinceramente, obviamente que sim. Porque em televisão, tu vêes o olhar, tu vêes os gestos, tu sentes o queixo a tremer, tu vêes tudo isso. Ou seja, para quem está a ver esta realidade, que é uma realidade muito dura, a identidade desprotegida é obviamente o melhor aferidor indiscutivelmente. Contudo, há determinadas situações onde nós, jornalistas, podemos admitir a identidade protegida. E esta é absolutamente claríssima. Estamos a falar de Mulheres que estiveram vidas muito difíceis, que em consciência não querem assumir uma realidade tão dura quanto aquilo que elas estiveram. São coisas que as marcaram para a vida. Se elas revelarem a identidade, elas arriscam-se a prolongar o estigma. Se de repente, dão a cara, passam a fazer parte. Expõem-se à sociedade de uma coisa que elas esconderam durante tanto tempo. Portanto, eu creio que esta é uma das razões que se justifica a identidade protegida. Mas sim, concordo contigo, obviamente teria sido melhor que todas tivessem revelado a identidade.

8) E de que forma é que se pode contornar esta fragilidade e tornar a reportagem mais forte?

Quando a identidade é protegida, o jornalista tem de se rodear de um conjunto diverso de cuidados. A identidade protegida significa que a fonte quer permanecer anónima. Eu, enquanto jornalista, conheço a identidade da fonte. Compete-me a mim enquanto jornalista, solidificar a identidade protegida aos olhos dos meus telespectadores ou dos meus destinatários. Compete-me a mim ou eu tenho obrigação de confirmar por outras vias, se aquilo que as pessoas me estão a dizer é verdadeiramente real. A primeira solução é utilizar fontes testemunhais, falando com outras pessoas, que porventura possam dizer o mesmo daquilo que aquela outra pessoa diz.

A segunda solução são as fontes documentais, ir à procura de material escrito oficial que me garanta se aquilo é ou não é verdade. Não posso deixar uma fonte anónima a pairar na história sem fornecer ao meu telespectador, pelo menos que me permitam atestar a veracidade daquele

depoimento e isso aconteceu. Ou seja, no caso de um dos depoimentos com identidade protegida, que é o segundo depoimento mais forte da nossa reportagem, nós conseguimos confirmar com outras duas fontes, que também estiveram na casa que efetivamente servir em casa de pessoas era uma situação que acontecia. Ou seja, não podia dar tanta força como vou dar no segundo episódio ao depoimento com a identidade protegida de alguém que foi servir para casa de pessoas quando estava à guarda das freiras na Casa de Infância. Não podia dar gás nem força a esse depoimento se não tivesse como sustentar. Eu tenho duas fontes que sustentam. Isso é garantia mais do que clara que eu posso utilizar aquele depoimento.

9) Em relação ao único testemunho de abuso sexual, de que forma é que se lida com a falta de testemunhos?

É a maior fragilidade da nossa peça. Porque deixamos o depoimento de Olinda a pairar de alguma maneira. E ainda por cima, com as dúvidas que o Grupo Vita coloca, qualquer telespectador vai poder pôr em causa até com alguma base, o depoimento da Olinda. Eu e o Filipe, com a tua colaboração, tentamos de todas as maneiras evitar que esta situação dela ficar a falar sozinha relativamente aos abusos fosse viável. Não foi possível, não conseguimos. As pessoas não quiseram falar. As senhoras que poderiam ter sido abusadas daquela tal categorização inicial que fizemos, fugiram de nós. Portanto, não nos disseram, não confirmaram.

Agora nós confirmamos com uma fonte independente, digamos assim, com um antigo membro da direção da Casa. Um senhor já com muita idade, é certo, mas que confirma que o padre foi um abusador. Confirmamos com outra fonte, com identidade desprotegida que nos diz que o Padre Cruz, a ela mulher, filha duma prostituta, habituada a lidar e a sobreviver e a ter um sexto sentido para o perigo e para o perigo de cariz sexual. Essa mulher tem um depoimento muito forte, alguém que foi aluna daquela casa de infância também, que contactou diretamente com o padre e o depoimento dela sobre o padre é muito importante. No sentido em que ela nos revela que o instinto de sobrevivência dela, que a faz estar viva, que a mãe lhe inculuiu, que a mãe prostituta lhe inculuiu para aprender a lidar com eventuais predadores sexuais. O seu instinto de proteção que lhe tinha sido passado pela mãe, fê-la ser reativa ao potencial predador sexual que poderia ser o Sebastião Cruz e ela fugiu dele de todas as vezes que esteve com ele. Há um primeiro contato físico dele nela, leva-lhe a mão até ao rabo e ela aquilo pareceu-lhe incorreto. Mas sobretudo despertou-a para todos os instintos que a mãe lhe tinha inculuido. E eu acho que esse depoimento é um depoimento forte também, que confirma. É mais um elemento, ou seja,

quando nós precisamos de consolidar uma história nós vamos atrás das coisas que possam consolidar, e eu creio que a história do padre está consolidada. Ele foi um abusador. Eu não tenho nenhuma dúvida. Daí a ter a certeza absoluta de que a Olinda foi abusada, isso não tenho, nem vou ter, mas também não é o objetivo desta reportagem.

Também, outra coisa, é importante também que tenhamos isto em consideração que é a partir do momento em que nós sentimos aquela fragilidade pelo facto de termos apenas uma abusada, nós alargámos ligeiramente o ângulo da peça. E passou a ser uma peça sobre a personalidade daquele padre, um tipo que chegou a catedrático do Faculdade de Direito de Coimbra, que era próximo do regime de Salazar, que era conhecido da nata coimbrã e que era diretor da casa de infância Elísio de Moura e que sob alçada dele, nós vamos a saber depois, no segundo episódio, muitas coisas mais foram feitas.

10) Esta investigação teve a particularidade de a fonte principal ter um papel bastante importante na questão de vos apresentar a potenciais vítimas. Como é que se lida com uma fonte que quer ter o controlo de tudo o que se passa na investigação?

Eu acho que aí é muito simples. A responsabilidade por isso ter acontecido é minha. Houve ali um momento em que eu desesperei, pensei assim, “isto é uma história muito forte”. Mas se nós não tivermos depoimentos, nós não vamos conseguir fazê-la. E o meu desespero, que é natural, fez com que eu criasse uma estratégia para chegar mais rápido aos depoimentos de outras mulheres. Achei que a Olinda, que eu comecei a conhecer, era uma mulher cativante e que podia convencer mais facilmente do que eu, ainda por cima um homem. Portanto, com mais dificuldade em me aproximar de mulheres muito vulneráveis. E achei, ela é a minha ponte para as mulheres vulneráveis, para as mulheres como ela vulneráveis. E, digamos que de acordo com ela, elegemo-la essa ponte. Há um momento em que nós sentimos que ela usa esse estatuto de ponte e percebemo-lo nas longuíssimas conversas em que tu também participaste. Nós fomos percebendo que ela quis tomar conta da história. Nós em nenhum momento, por mais que ela tenha achado que controlou, em nenhum momento a deixamos de controlar a história.

Há um momento de *turning point* nesta história, que é quando nós percebemos que ela a partir daqui ia perturbar a investigação. É quando ela diz, num determinado momento, a uma vítima que estávamos a tentar conquistar, “Se quiseres, não precisas de dar a cara, eu dou, eu é que dou a cara. Tu não precisas de dar a cara”. E eu aí fiz uma intervenção e disse, “Olinda, mas se a Rosa quiser dar a cara, a história ganha muito mais força”. E depois expliquei-lhe, fiz até uma espécie de uma pedagogia para que ela percebesse por que razão é que quem controlava

aquilo éramos nós e não ela. Ela pressentiu também. Digamos que se criou uma brecha na relação que tínhamos com ela. Ela sentiu que deixou de controlar. Portanto, nós deixamo-la pensar que controlava até uma determinada altura. A partir do momento em que aquela intenção dela de controlar começou a prejudicar a reportagem, nós imediatamente cortámos.

O que eu te sugiro aqui é um enorme grau de atenção a tudo o que se passa à tua volta. O jornalista de investigação tem que estar permanentemente alerta para a possibilidade de as fontes quererem controlar o desafio dos acontecimentos. Nós nunca, em nenhuma circunstância, podemos deixar-nos instrumentalizar pelas fontes. Mas lá está a experiência também nos ajuda.

11) E relativamente ao tema que é bastante complexo, como é que se lida com vítimas ou potenciais vítimas de maus-tratos e de abusos sexuais?

Essa é uma pergunta muito difícil de responder. Eu já fiz coisas muito difíceis. Eu já lidei com situações limite. Eu tenho 35 anos de carreira e ao longo destes anos, já lidei com muitas pessoas muito frágeis de todos os estratos sociais, de todas as idades. Já estive nos melhores lugares do mundo e nos piores lugares do mundo à conta desta extraordinária profissão que eu tenho. E dos piores lugares do mundo, eu trouxe ensinamentos absolutamente extraordinários. Portanto, se me perguntas se isto me afeta, é óbvio que afeta. Eu não consigo ser indiferente a uma mulher que, aos 12 anos ou aos 13 anos ou aos 14 anos, teve vários abortos por ter sido abusada por pessoas fora da casa. É um depoimento muito forte, que podemos ver no segundo episódio. Não consigo ser indiferente àquilo. Ainda por cima, uma mulher que eu sei que está doente, que tem problemas complexos. Eu não consigo ser indiferente àquilo, da mesma maneira que o depoimento da Olinda, não me é indiferente. Os outros depoimentos todos não me são indiferentes. Só que eu tenho parece que uma carapaça que me permite trabalhar.

12) Saber distanciar o papel de cidadão e o papel de jornalista.

É isso, é que eu para todos os efeitos sou jornalista. Às vezes costumo colocar-me no lugar do outro, mas há lugares que são impossíveis de te colocares. Por mais que eu tenha observado, por mais que eu tenha vivido, mais que eu tenha visto, eu não consigo colocar-me no lugar de pessoas que sofreram o indizível. Eu não consigo. Portanto, o que é que eu posso fazer? Ouvir aquele relato e contribuir, que é essa a minha modesta colaboração, para que circunstâncias como aquela não aconteçam, porque é esse o trabalho que nós também temos de fazer.

Tudo aquilo que nós fazemos jornalisticamente tem dois lados, para mim só tem dois lados: que é o lado da missão jornalística e ao que ela me obriga a fazer, e com isso eu quero, mudar a parcela do mundo com o qual eu interajo. Isso é o objetivo de qualquer jornalista de investigação. Ter impacto com a matéria que está a investigar, este é um lado. O outro lado é que desse impacto sai um reforço de credibilidade do próprio jornalista. Eu creio que uma carreira que se constrói ao longo de 35 anos precisa de ser permanentemente alimentada para que, aos olhos dos meus telespectadores, eu seja um jornalista credível. Não seja um jornalista sensacionalista, não seja um jornalista populista. Eu quero ser um jornalista credível e eu trabalho para ser. Portanto, cada história que eu faço tem este duplo lugar, que é o lugar do impacto social que eu quero verdadeiramente atingir e o lugar do impacto pessoal que reforce a credibilidade que eu julgo que tenho.

A credibilidade legitima-me aos olhos dos meus destinatários. Há uma ideia muito antiga que diz que a credibilidade demora décadas a fio afirmar-se e pode demorar um segundo a ir toda por água abaixo. E eu estou sempre com medo de um dia escorregar numa casca de banana, de um dia tropeçar num obstáculo qualquer, não ver o obstáculo e estatelar-me completamente, perdendo toda a credibilidade que tenho, que isso pode acontecer. Mas pronto, jogo sempre neste duplo tabuleiro.

13) E sentiste que este tema era de certa forma, um bocado difícil de trabalhar e de escrever os 2 episódios?

Não, não é. Antes desta história fiz uma história muito complexa com o Filipe, sobre a agenda do Ricardo Salgado com os meandros e as ligações. Eu acho que nunca vou fazer mais nada na vida tão complexo quanto aquilo. Portanto, eu olho para esta história como uma história de humanidade, que exigiu um bom trabalho de investigação.

O método de construção da história é para mim muito mais leve do que aquilo que eu fiz antes. Eu demorei um dia a escrever um texto que é uma coisa raríssima. Nas outras peças que fiz demorava 3 a 5 dias a escrever um texto e deixava montes de coisas em branco para ir compondo ao longo dos dias. Eu aqui escrevi num dia, porque é muito mais simples para mim construir uma história onde todas as matérias foram bem investigadas, mas têm resposta. Ou seja, o lugar da dúvida nesta história, embora exista, desde logo no depoimento da Olinda, mas não é um lugar soberano. E por isso isto descansa-nos. Se me pergatares, “mas estás confiante na força jornalística da história”, eu digo-te que estou absolutamente e isso deixa-me muito descansado.

14) Achas que depois de saírem os episódios pode haver repercussões?

Não, eu isso aí é uma coisa triste que eu tenho que te confessar que é, eu acho que o jornalismo de investigação faz sentido se tiver impacto. Eu já fiz coisas que tiveram muito impacto e já fiz coisas que eu achava que deveriam ter tido e não tiveram. Portanto, é sempre uma incógnita e eu não me consigo colocar no lugar da receção. Digamos que quem recebe esta mensagem, eu não sei como vai interagir com ela. Pode olhar disto para isto por duas prismas: por um lado pode pensar assim, “caramba, este tipo está a fazer uma grande reportagem com uma mulher que foi abusada. Eu conheço uma pessoa que foi abusada pela Igreja”. Isto pode acontecer. A banalização do abuso sexual.

Esta história não é uma história sobre o abuso sexual da Igreja. Também é, mas não é apenas uma história sobre o abuso sexual da Igreja. Esta história é uma história sobre a Igreja Católica e a forma como a Igreja Católica efetivamente anda a empurrar com a barriga os abusos sexuais. E eu acho que isso se percebe com esta invenção da Comissão Episcopal Portuguesa do Grupo Vita. Isto é claramente um instrumento que a Igreja arranjou para ganhar tempo e ter toda a gente debaixo do chapéu deles. Ou se entende que a história é sobre isso ou se vai para o lado da banalização do abuso. E esta história não tem a ver com a banalização do abuso. Esta história usa o caso do abuso para explicar aquilo que a Igreja portuguesa não está a fazer bem.

15) De uma forma geral, o que correu bem e o que correu mal nesta investigação?

Eu acho que o que correu mesmo muito bem foi o facto de nós nos termos aproximado da verdade, e sobretudo, o trabalho que se gerou aqui. Eu gosto muito de trabalhar em equipa e gosto que as pessoas estejam todas a trabalhar com o mesmo objetivo e nós criamos aqui uma equipa muito sólida em que discutimos muito as coisas, quer com o repórter de imagem, quer agora com o editor de imagem quer entre nós: eu, tu e o Filipe, com a Diana também, que estivemos mais próximos da investigação propriamente dita. Eu creio que esse lado é um lado positivo. Construámos uma equipa intergeracional que esteve em sintonia durante este larguíssimo período. Isso é muito importante. O sucesso das histórias depende muito do trabalho que se faz em equipa todos com o mesmo objetivo. Isso parece-me ter sido claro e todos conscientes de que, tendo papéis diferentes, a voz de todos é relevante nas discussões que fomos tendo. Portanto, esse é o primeiro ponto que é o lado mais positivo da história.

O segundo lado, igualmente positivo, eu creio que nós vamos conseguir demonstrar, na primeira peça que os métodos da Igreja exigem questionamento. Na segunda peça, vamos provavelmente conseguir demonstrar que as reparações da Igreja têm que se estender para lá dos abusos

sexuais. Os abusos morais em concreto, merecem um outro olhar por parte da Igreja.

Em relação aos pontos negativos, o depoimento de Olinda ser o único testemunho relativamente ao abuso do padre, que nos obrigou a fazer estas alterações e a alargar o tema. Igualmente outro aspeto negativo foi nós não termos conseguido entrar em determinados lugares, que podiam ter tornado a nossa história mais interessante, desde logo a Casa de Infância Doutor Elísio de Moura, que fomos impedidos de filmar. Mas também entrevistar a direção da casa, que não quis dar-nos entrevista. Da mesma maneira que as freiras não quiseram dar-nos entrevista face a face e deram por escrito.

Outra coisa que eu acho muito positiva foi o facto de nós termos feito de tudo sem complexos para termos o contraditório, fizemos de tudo. Demos as oportunidades todas para que os visados respondessem e os visados só foram até onde quiseram ir. Portanto, não podemos dizer “Eles camuflaram alguma da informação”. Não, todos ficaram a saber tudo ao detalhe.

Deixa-me só dar-te um dado que para mim foi muito complexo, que é eu quando mandei o e-mail à Irmã Helena Oliveira, Provincial do Amor de Deus, eu acabo e-mail e penso assim, “Caramba, isto é mesmo muito duro”, e ela respondeu. Portanto, eu pus lá tudo, não omiti nada. Isto deixa-me a mim muito confortável, porque eu acho que nós partilhamos com quem tínhamos que partilhar tudo aquilo que tínhamos de forma transparente, fomos crus, mas transparentes. O método da investigação jornalística tem que ser um método de absoluta transparência. Eu acho que esse nível, se quiseres sublinhar a transparência como elemento central do método, que foi absolutamente efetivado nesta reportagem.

E depois outra coisa que eu acho que é um ponto negativo, é o facto de nós não termos conseguido chegar também a outros lugares que seriam lugares de metáforas visuais fundamentais para nós podermos construir a nossa história. Tu, aliás, tens sido a protagonista dessa tarefa. São tentativas muito difíceis e pouco efetivas, com pouco sucesso, de chegarmos a uma casa que representasse as casas senhoriais da época dos anos 60,70 e 80, para onde estas meninas iam servir. Eu acho que era um dado importante que nós não conseguimos chegar lá está, mas é também importante.

Outro dado positivo e que nesta história, como noutras que eu já fiz, nós conseguimos pôr em paralelo e ao mesmo ritmo a investigação jornalística e a abordagem visual. Eu acho que esse é o sucesso também da investigação jornalística em território visual.

Há uma contradição de termos entre a investigação jornalística e a televisão e o visual. Se a investigação jornalística, vive do oculto, o visual vive da imagem. Portanto ultrapassar este obstáculo é muito, muito difícil, por isso é que nós nos esforçamos muito durante esta história

para conseguirmos ter uma componente visual que fosse ao mesmo ritmo e tivesse a mesma expressão da investigação jornalística e que desse para ilustrar isso. E depois estamos a meter-nos com uma entidade muito pesada, que é a Igreja. Dizemos que estamos a fazer uma coisa sobre abusos sexuais da Igreja põe logo muita gente de pé atrás.

16) Por norma, qual é o budget de uma investigação?

Nós já fizemos as contas a isso. A última investigação que fizemos eu, o Filipe, o Paulo Barriga e o Micael Pereira, nós devemos ter gasto ao todo, entre refeições, viagens, salários, gastamos bem mais de 100.000 euros numa investigação. Todas as despesas foram suportadas pela SIC. Portanto, estas investigações ficam caras, esta não custou tanto. É certo que nesta viajamos 7000 km, se formos contar o gasóleo e as portagens e algumas dormidas fora, foram várias ainda, não andarás muito longe dos 30/40.000 euros.

17) E, quais foram os prazos que te deram para fazer esta investigação?

Na investigação anterior que fizemos, nós demoramos 10 meses e depois mais um mês para fazer o podcast. Portanto, na prática, demoramos uns 11 meses. Nesta investigação, o Filipe começou em fevereiro. Na prática, são 6 meses para montar o primeiro episódio e depois ainda vamos ter mais 3 semanas para montar o segundo. Portanto, na prática, com tudo nós vamos demorar 7 meses para esta investigação com 2 episódios, o que dá cerca de 3 meses e meio por cada uma por cada um dos episódios. Já com tudo desde o momento zero até à emissão.

18) Falávamos há pouco das limitações de uma investigação jornalística televisiva. Para além de ser complexo encontrar cenários para filmar, que mais limitações encontras?

Eu acho que a questão do orçamento é absolutamente determinante e não é o orçamento para nós alugarmos uma casa para irmos filmar. É o orçamento para nós podemos estar. Nós não devíamos ter feito tantas viagens. Nós perdemos muitas horas em viagens. O ideal teria sido nós podemos ficar uma semana a trabalhar entre o Minho e o Porto, e termos feito coisas mais pensadas, mais refletidas. Isso teria sido o ideal e isto implicava que 3 jornalistas ficassem durante uma semana a receberem ajudas de custo, com almoços e jantares, com dormidas, com viagens. Portanto, isto seria incomportável para o estado atual da SIC. Mas eu creio que numa história com estas características, ter-se-ia justificado que assim fosse. Nós planificávamos o

trabalho de forma diferente e, em vez de andarmos a fazer piscinas entre o Norte e o Sul, fazíamos uma coisa mais calma, mais pensada.

Também podíamos envolver mais as pessoas da equipa em concreto, por exemplo, o grafismo e o editor de imagem que entram numa fase muito tardia. Eu gostava que fosse possível ter feito uma entrada em cena do editor de imagem, Rui Berton, que é um profissional muito criativo, ou da Patrícia Reis, da equipa do grafismo. Gostava que eles tivessem tido a oportunidade de se juntar mais cedo a nós para pensarmos em conjunto e partirmos pedra em conjunto sobre aquilo que verdadeiramente queríamos fazer.

E depois gostava de outra coisa, que aquilo que aconteceu contigo, isto eu quero mesmo que aconteça mais vezes, que eu estou sempre a tentar que aconteça, mas que verdadeiramente nunca acontece, que aquilo que aconteceu contigo fosse a regra e não a exceção. Ou seja, de cada vez que nós fazemos uma investigação, tivéssemos um aluno de mestrado ou de doutoramento a acompanhar a nossa investigação, desde que esse aluno tivesse como objeto de investigação académica, o jornalismo de investigação. Portanto, o que tu estás aqui a fazer é uma coisa que eu já tive oportunidade de fazer noutras alturas. O meu projeto de doutoramento, eu sou doutorado há 10 anos e a minha tese de doutoramento é sobre a interligação entre o mundo académico e o mundo profissional. Todo o meu trabalho académico, tem esse tónus, sobretudo na área do jornalismo de investigação. Eu estou permanentemente à procura de experiências como esta.

Já tive uma experiência falhada. Seria uma coisa sólida de construirmos um consórcio de jornalistas de investigação portugueses, que estabelecesse uma ponte direta entre a Academia e o mundo profissional. Isso, infelizmente não avançou. Não conseguimos pôr aquilo a funcionar porque ficamos muito dependentes dos órgãos de comunicação social. Ou seja, de repente a SIC ou o Expresso, decidiam com quem é que nós podíamos fazer parcerias e quem é que podia entrar aqui ou não podia entrar. E depois precisamos de financiamento e isso só se consegue fazendo a coisa de uma forma absolutamente diferente, que é construindo a coisa pela base, que é nós criarmos uma estrutura, pessoas de muita confiança e depois irmos à procura de financiamento para poder consolidar a ideia, já tendo financiamento para que ela seja sustentável e não ficar dependente de nenhuma plataforma. Ou seja, nós construímos tudo, fazemos tudo, entregamos aos órgãos de comunicação social, chave na mão.

Se querem publicar, publicam, se não querem publicar como aquilo já está pago, publicamos apenas no nosso site. Essa é a minha aspiração. E depois que seja um grupo de integração de gerações que integre jornalistas juniores que querem aprender mais sobre o jornalismo de

investigação, que integre investigadores académicos de mestrado ou de doutoramento que queiram aprender ou fazer o trabalho de campo a partir das experiências que estão a observar.

Ou então também que alimentem a capacidade crítica ao nível do jornalismo de investigação, observando as práticas ou fazendo o que tu estás a fazer, que é questionar, perguntar sobre o método, avaliar o método, toda essa radiografia que tu tens estado a fazer sobre o nosso trabalho. Eu não me importo nada de ser exposto a esse estudo. Não tenho nenhuma dúvida para o teu trabalho académico foi ótimo teres tido o privilégio de ter estado a acompanhar durante 5 meses uma investigação. É a terceira vez que isto me acontece na vida, ter um estagiário a acompanhar o meu trabalho com o objetivo de fazer uma tese de mestrado.

19) Relativamente ao uso de certos métodos de investigação, gostava de questionar-te do porquê de não se utilizar câmaras ocultas. Não é algo que se usa com frequência em Portugal. Porque é que não se utilizou neste caso, por exemplo, quando a Olinda e a Rosa foram à casa?

Eu acho que toda a utilização de uma câmara oculta tem que ser muito, muito ponderada. Nós utilizamos a gravação por telemóvel a pensar que alguma coisa de menos boa poderia acontecer naquela interação. Felizmente, nada de mal aconteceu. Se a casa não nos deixa filmar, nós temos de respeitar, por mais que não concordemos. A única coisa que nós podemos fazer é ir à procura de imagens da casa no *Facebook* e se estiverem nas redes sociais, usamo-las.

Não conseguimos com esta alternativa o mesmo efeito que teríamos se pudéssemos lá ir dentro filmar, é óbvio que não. Mas depois também é um desafio novo que se lança para cima de nós. Isto é muito curioso, porque aquilo que eu gostava que as pessoas pensassem com a nossa ida ao Convento da Saudação, em Montemor-o-Novo. É um convento abandonado muito rico do ponto de vista arquitetónico, mas abandonado. Este convento é a nossa metáfora visual. Ou seja, o primeiro episódio assenta âncora neste conjunto de imagens que nós construímos no Convento da Saudação. Com aquela ideia de é a casa, mas é uma casa toda destruída. É como se nós entrássemos na cabeça daquelas raparigas. E aquilo é o que está dentro da cabeça delas, ou seja, é uma casa toda destruída, toda escavacada. Simbolicamente escavacada, que nos mostra a ideia que elas têm daquela Casa.

Contudo, o conceito metáfora visual é a criação de um universo simbólico que nos aproxima o mais possível daquela realidade e aquela realidade não é visível. Eu não consigo tornar visível o que se passou nos anos 60, 70 e 80 na Casa de Infância. O que eu consigo fazer é ouvindo os

relatos e as experiências, consigo criar um universo simbólico visual que me transporta para um cenário absolutamente desarticulado. Mesmo que ninguém perceba, a ideia fica, porque quando as pessoas veem uma varanda, uma janela muito velha com teias de aranha, com grades, as pessoas percebem que aquilo é o universo figurado que está na cabeça daquelas meninas. Isso é o tal desafio que é se calhar se eu tivesse filmado a casa por dentro, eu não teria ficado com este lado simbólico, que eu consigo no Convento da Saudação, em Montemor-o-Novo. Eu coloco lá as fotografias e é como se aquela realidade fosse a realidade dos anos 60,70 e 80, que está absolutamente estruturado na cabeça das meninas.

Nós levamos 2 mulheres à Casa e elas dizem, “a Casa agora está diferente”, pois pudera a Casa, agora é uma casa, é um lar. Elas viveram num inferno. Está diferente, é claro que está diferente. Ainda bem que está diferente, mas é aquele inferno que o Convento da Saudação nos dá. Aquilo é o inferno que está na cabeça delas. Eu gostava muito que as pessoas percebessem isto, não vai ser impossível. Eu acho que é possível. Mas, mas é a imagem que eu pretendi exatamente.

Eu acho que é muito importante nós criarmos estes universos simbólicos, desde que os universos simbólicos não tomem conta das matérias. Que o universo simbólico seja o espelho da realidade e não uma outra realidade, é nesse sentido.

20) Os jornalistas portugueses têm formação para fazer investigação? Tens formação?

Eu tenho feito ao longo dos últimos anos. Eu sou jornalista de investigação a tempo inteiro desde 2012. A primeira reportagem da investigação que eu fiz há por acaso até foi anterior, em 2006. Mas a partir de 2012, comecei a fazer jornalismo de investigação. Só de jornalismo de investigação terei seguramente 30 temas que alguns eram mais do que uma reportagem.

Depois comecei a fazer um intenso trabalho académico, estudando o jornalismo de investigação. Eu escrevo muito sobre jornalismo de investigação, quer tendo por base a minha experiência e o que ela me questiona. Mas também sobretudo tendo por base a infinidade de autores que eu tenho estado a ler nos últimos 10 anos. Digamos que eu, quando acabei o doutoramento em 2014, 90% da minha produção académica é sobre jornalismo de investigação. Falsa modéstia, mas em Portugal sou de longe a pessoa, o académico que mais escreveu sobre o jornalismo de investigação. Tenho o privilégio de ter três publicações em revistas internacionais, portanto, o meu trabalho está traduzido em inglês em três revistas internacionais.

Passo a vida a estudar, não faço outra coisa que não seja estudar. Eu passo uma boa parte do meu tempo a visionar investigação visuais. Também ouço muita coisa ao nível do som e tenho

ouvido coisas magníficas. E acho que não é impossível nós com os recursos que temos, criarmos coisas igualmente magníficas em Portugal. As histórias é que comandam. Se as histórias, forem boas, se a investigação for boa, nós conseguimos ter bons trabalhos. Portanto, eu faço um estudo profundíssimo sobre o jornalismo de investigação quer do ponto de vista científico, quer do ponto de vista jornalístico.

Relativamente aos jornalistas, em concreto, não há formação específica. Eu dou um seminário de mestrado, que é um dos poucos que existe em Portugal na área do jornalismo de investigação. Chama-se «investigação jornalística: os desafios do visual», onde para além de trabalhar o quadro conceptual associado ao jornalismo de investigação, trabalho todos os desafios visuais que uma história pode ter. Os alunos, no fundo, acabam o percurso letivo com a construção de um minidocumentário de investigação visual. A experiência está a ser magnífica. Até por causa deste seminário, esforço-me a estudar muito. E depois tenho alguns orientandos quer de mestrado, quer um de doutoramento na área da investigação jornalística, que também me obriga a estar muito em cima do acontecimento. Tenho sido júri de muitos trabalhos da área da investigação jornalística.

Portanto, nesta altura confesso-te que me sinto muito capacitado para dar formação a pessoas nesta área de investigação jornalística. Vamos agora fazer um programa de formação no Cenjor para jornalistas que queiram trabalhar o jornalismo de investigação. É destinado a jornalistas que queiram fazer uma formação na área de investigação. Vou ser um dos coordenadores desse trabalho. Acho que faz falta. Faz falta de facto, essa formação que em Portugal não existe. Quer dizer, eu cumpro a minha parte é um facto, mas não há muito.

21) Relativamente ao perfil de jornalista de investigação, ao longo do estágio de 6 meses na SIC, eu consegui perceber um certo estigma que existe das pessoas sobre jornalistas de investigação. Por isso faço-te esta pergunta, na tua ótica, qual é o perfil de um jornalista de investigação?

É curioso que há 2 autores que eu gosto de citar, que é o Erik Neveu e o James T. Hamilton. E os 2 dizem a mesma coisa com alguns anos de diferença. Basicamente, o jornalismo de investigação é muito elogiado, mas insuficientemente praticado. E de facto não é elogiado pelos jornalistas, é curioso. Nós suscitamos a inveja, como tu própria dizes da classe. Nós eu digo nós porque eu faço parte do grupo de Jornalistas de Investigação. Mas não sou o único, há muitos e felizmente que em Portugal há belíssimos jornalistas de investigação. Não somos muitos, mas os que existem são bons e eu gosto de os valorizar porque são efetivamente

jornalistas de investigação. Mas suscitamos um bocadinho essa inveja, que tu estavas a falar, isso acontece. Eles aqui na SIC, por exemplo, já me disseram que eu sou um privilegiado. Mas depois, quando têm o privilégio de vir assistir ao que nós fazemos. Eu sou muito escrutinado e injustamente escrutinado na minha ótica.

O que é que nós precisamos de ter? Temos que ter uma grande capacidade de resistência. E essa é talvez a melhor das qualidades quer para resistir à inveja, dos outros jornalistas, que é inevitável que exista, quer também para resistir ao escrutínio das pessoas, que é um escrutínio muitas vezes injusto e feito no calor das redes sociais, quer para sobretudo resistir ao escrutínio dos poderosos. Imagina, eu agora estou com de 3 processos judiciais. Eu tenho a convicção de que aquilo não vai dar nada, mas o trabalho que aquilo está a dar, sobretudo a despesa que aquilo está a dar à SIC. Não sou eu quem paga, é a SIC. Isto é um martírio. Porque eu para além de perder muitos dias com isto, há sempre aquela possibilidade de um dia apanhar um procurador que não gosta de mim ou não vai com a minha cara e tentar tramar-me. Portanto, a pressão sobre nós é muito grande e só isso é um peso muito grande.

Lidar com isto é muito difícil, é mesmo muito difícil. Portanto, as pessoas lá em baixo que acham que nós somos os privilegiados, não fazem a mínima ideia daquilo que nós temos de fazer diariamente. Eu quando saio daqui, continuo a trabalhar. Estou sempre atento. Estou sempre a responder a mensagens, estou sempre a pensar em coisas que temos que fazer e ainda não fizemos. Mas se me perguntares, o que é que eu mais gosto? Eu só gosto de fazer isto no jornalismo.

Eu acho que a maior característica do jornalista de investigação é essa capacidade de resistência, é a curiosidade, é o método e de alguma forma também a coragem que vem junto à resistência, à capacidade de resistência. E eu acho que a coragem aqui é fundamental e colocar o jornalismo acima de muitas outras coisas.

22) Para terminar, há temas que não têm qualquer escrutínio por parte dos jornalistas. Quais são os temas que se já fez investigação e na tua opinião, quais são os temas que não se faz investigação, não são explorados?

Eu acho que agora há um tema que nós devíamos trabalhar à séria, mas mesmo à séria. Há 3 temas, são completamente diferentes.

O primeiro deles todos é quem são os 50 deputados do Chega. Porque é que nós não podemos fazer isto? Porque se fizermos com o Chega, vamos levar uma catrefada de ódio. No entanto, o

Chega, jornalisticamente tinha que ser escrutinado porque aqueles 50 deputados, uma boa parte deles tem graves problemas com a justiça e são eles que apregoam o exemplo dos cidadãos e dos portugueses de bem, portanto, eles merecem ser escrutinados.

23) Mas tu já fizeste esse escrutínio.

Eu fiz um escrutínio que fui até onde pude, devia ter ido mais longe e não consegui. E ter ido custa-me o enxovalho que hoje levo nas redes sociais. Até te digo que apesar disso, estava disponível para voltar a fazer, mas sei que não vou conseguir fazê-lo. Numa televisão mainstream em Portugal não vou conseguir fazê-lo.

Numa televisão, num jornal, numa rádio em Portugal, não vais conseguir fazer também o escrutínio das grandes redes de distribuição alimentar: o Continente, o Pingo Doce ou Auchan. A forma como eles tratam os pequenos produtores.

Uma terceira coisa são talvez os homens que mandam no país, que é o setor das telecomunicações: a NOS, a MEO, a Vodafone. Isto é um oligopólio, eles fazem o que querem e tratam mal os clientes. Se fores ao Portal das Queixas, de longe são as empresas mais criticadas pela população em geral. As pessoas precisam de amparo e de apoio, mas ninguém se mete com estas empresas. Nem com os da rede de distribuição nem com os Telecoms. Por uma razão simples, são os principais investidores em publicidade, da pouca publicidade que ainda existe. Portanto, se eu dissesse à direção que gostava de fazer uma reportagem sobre as Telecom em Portugal, não fazia. Por isso eu nem sequer me lembro disso, mas perguntas-me o que é que tem que ser escrutinado assim já de rajada são estes 3 temas.

Depois coisas que são sempre feitas, investigação jornalística vai muito pelo lado dos offshores, do crime económico, da corrupção, vai muito por aí. Mas depois é preciso separar as águas porque nem tudo é investigação jornalística. E quando o Ministério Público manda uma coisinha para um jornalista e lhe diz “publica”, isto não é investigação coisa nenhuma.

Anexo 2. Entrevista a Filipe Teles

Jornalista de Investigação

Oeiras, 11 de julho de 2024

1) Dos métodos todos utilizados, quais são os métodos que se destacaram nesta investigação?

Nós tivemos o acesso ao grupo de *Facebook*. Eu acho que esse foi a parte mais importante inicialmente. Claro que houve o primeiro contacto da Cristina e isso é que nos faz iniciar o projeto, e depois através da Cristina, falamos com a Olinda e elegemos a Olinda como a nossa fonte principal. Foi a Olinda que nos deu acesso ao grupo de *Facebook* onde estão antigas alunas da Casa de Infância Doutor Elísio de Moura. Conseguimos através de comentários, publicações, gostos e outras interações nesses grupos, identificar as possíveis vítimas de abuso sexual, mas também de vítimas de agressão física e psicológica por parte das freiras. Se não fosse o acesso a esse grupo, nós em princípio, nunca teríamos conseguido contactar estas vítimas.

2) Nem tinham descoberto os maus-tratos físicos e morais praticados pelas freiras

Os maus-tratos através de alguns relatos e até do próprio relatório da Comissão Independente, indicam que tinha havido abusos na Casa. O relatório dividia entre ordens masculinas e ordens femininas, e tinha algumas instituições. A Casa Elísio de Moura e a Congregação Amor De Deus eram as segundas das ordens femininas. Eram as segundas com mais relatos ou vítimas das ordens femininas. Havia essa indicação, mas nós nunca conseguiríamos, através do relatório, identificar qualquer vítima. Portanto, aqui o acesso aos dois grupos secretos delas, foi crucial para nós conseguirmos falar com outras vítimas e confirmar os relatos da Olinda e da Cristina.

3) E neste caso, como é que foi a experiência da explorares estes 2 grupos, procurares comentários, publicações e fazer uma triagem de potenciais vítimas. Demoraste cerca de 1 mês a fazer esta pesquisa de informações relacionadas com o Padre e as freiras nos grupos de *Facebook*, como procurares notícias internacionais ou nacionais, sobre o Grupo Vita e os principais protagonistas.

Normalmente há uma técnica no jornalismo de investigação, que se chama «Working from the Outside In Technique», que basicamente quer dizer que tu comesças a descascar através de um panorama mais geral e aí comesças sempre pelas fontes secundárias. Neste caso foram os artigos de jornal, basicamente sobre a Igreja e pedofilia. Muito à volta, quando começou a gerar o debate em Portugal e antes e depois da publicação do relatório (da Comissão Independente). E então, a partir daí, tentámos perceber se havia a possibilidade de fazer uma coisa maior no sentido de escrutinar o que é que se passou de facto nessas décadas, como é que a Igreja reagiu a estes relatos, se não fez nada como no resto do mundo.

Nesse primeiro mês, fizemos essa análise e percebemos que não seria possível fazer uma coisa desse envergadura. Também por constrangimentos de tempo, porque a SIC não nos quis dar muito mais tempo. Então decidimos seguir o caminho da Casa da Infância Elísio de Moura, com o objetivo de mostrar como a Igreja estava a agir em relação a toda esta situação.

4) Mas a ideia era denunciar casos que aconteceram no geral em Portugal?

Primeiro venderam-nos, digamos assim, as nossas fontes iniciais falaram-nos numa rede de basicamente de tráfico sexual Casa da Infância Elísio de Moura, com ligações à Universidade de Coimbra. E, portanto, aí nós ficamos logo muito entusiasmados. Depois fizemos toda essa análise, a tal pesquisa preliminar, através das notícias para perceber se havia alguma forma de nós conseguirmos também descobrir outras coisas semelhantes, em outras áreas do país, em outras partes do território. E percebemos que seria muito difícil e que a história se houvesse uma história da rede seria mais que suficiente, era uma grande história. A partir daí percebemos que não havia uma rede, havia alguns relatos, alguns episódios relativamente aleatórios, esporádicos, não havia uma rede. Houve, de facto, miúdas da casa que foram servir a casas dos que elas próprias chamavam os “xpto” de famílias de elite de Coimbra. Isso de facto, aconteceu e aconteceu irem trabalhar para lá e serem violadas nesse contexto.

Depois aí foi necessário fazer uma triagem. A partir do momento em que tu tens o acesso ao grupo, basta fazeres uma pesquisa por palavras-chaves no próprio grupo. Utilizamos como palavras-chave: o Padre Sebastião Cruz, violência, maus-tratos, freiras, etc. Nessa triagem identificou-se alguns elementos. Identificamos cerca de 40 possíveis vítimas, tanto de violência sexual por parte do Padre Cruz, como violência física e psicológica por parte das freiras.

6) Um dos métodos crucial nesta investigação foi o acesso aos grupos de *Facebook*. O que achas dos métodos digitais que nos permitem chegar a situações que de outra forma era impossível de chegar?

Hoje, felizmente para a investigação jornalística, os métodos OSINT (open source intelligence techniques), dão-nos a possibilidade de ampliar a nossa área de investigação e conseguimos aprofundar muito as matérias ou chegar mais rápido a determinada informação do que antes. Teria sido possível tentar rastrear as vítimas sem esse acesso a esse grupo. No entanto, nós teríamos era demorado um ano. Portanto, um tempo que nunca ninguém nos daria e que também se calhar nem faz sentido investir nisso porque o resultado é sempre muito incerto.

Estes novos métodos digitais, não mudam as técnicas essenciais, os métodos essenciais, como as entrevistas e a pesquisa documental. Continuam mais ou menos os mesmos, simplesmente alargam o espectro. E isso facilita-nos imenso o trabalho.

7) Até porque muitas destas senhoras não estiveram na casa na mesma altura, portanto, seria muito mais difícil encontrar e as contactar, não é?

Sim, seria praticamente impossível. No espaço que tivemos para investir na investigação pura e dura, que foi 2/3 meses, teria sido impossível.

8) Achas que podiam ter feito muito mais se tivessem mais tempo? Ou achas que quanto mais tempo pior, porque uma pessoa não sabe quando é a altura certa para parar a investigação?

É sempre necessário haver prazos. Se não há prazos simplesmente perdes o método, perdes a disciplina e estás só a remoer o assunto e a divagar. Portanto, não. Normalmente os prazos são estabelecidos em negociação com a empresa. É claro que a empresa tem a última palavra. E a partir daí, nós tentamos fazer o melhor que podemos com o tempo que temos e com os recursos que temos. Inicialmente isto foi muito a minha ideia quando eu comecei a pesquisa preliminar, não foi necessariamente a do Pedro. Imaginei uma grande reportagem com 2 episódios, uma seria sobre a Igreja no geral, em que podíamos até fazer um sobrevoo e tudo o que nós conseguíssemos obter daí divulgávamos, o que também seria um algo interessante, e depois fazer o foco na Casa como um exemplo. Mas rapidamente percebeu-se quando houve uma pequena discussão sobre o assunto e sobre o tempo que tínhamos que só poderíamos fazer sobre a casa. Mas é sempre é sempre assim, as coisas acontecem assim. Tu tens 3 meses para fazer

uma coisa, já é um privilégio termos de tempo para fazer e dedicar 100% a isso. Normalmente os repórteres em Portugal não têm. Portanto, podia ter sido mais tempo, mas não teria mudado o essencial da história.

9) Mas, por exemplo, não tens receio que quando a reportagem for para o ar, esteja um pouco desatualizada? Até setembro/ outubro, muita coisa pode alterar e pode ficar um bocado desatualizada.

Vou-te contar um segredo, a TV é sempre assim. Na investigação jornalística televisiva estamos sempre com esse medo. A TV tem essa desvantagem, mas também tem a vantagem de ter muito mais recursos e se não fosse com a televisão em Portugal, digo eu, não seria possível fazer investigações desta envergadura. Porque os jornais neste momento simplesmente não têm recursos. Mas sim, isso está sempre a acontecer. Isso aconteceu com o Luís Filipe Vieira, que fiz com o Pedro Coelho, também tínhamos essa preocupação. Se estás a pegar num tema atual, isso é sempre algo a contar e estamos sempre em pânico em relação a isso, mas não há outra forma.

Normalmente, se nós fazemos 3 meses de investigação, no campo, pesquisa documental, as idas ao terreno, etc, nós precisamos de mais 2 meses só para as imagens. A produção de imagem com a edição é no mínimo 2 meses. Por exemplo, também aconteceu com a Agenda. O único risco não é apenas alguém ou outro concorrente avançar com uma parte da história que tu tinhas e que era exclusivo e depois perde a atualidade. Também há o pânico na investigação jornalística de no momento em que tu vais a publicar, sai uma história, uma grande polémica e ninguém presta atenção àquilo que fizeste e isto é transversal, seja nas plataformas, seja TV, rádio ou texto. Isso aconteceu com a Agenda, com a demissão do António Costa, ninguém quis saber da nossa história da Agenda.

10) Há algum método que gostavas de ter utilizado, mas não foi possível?

Neste caso não havia muita coisa para fazer em termos de métodos, por exemplo, digitais ou métodos OSINT. Nós até fizemos um bocadinho disso se se te lembrares com a imagem do barco de uma das vítimas e identificarmos onde era o porto. Eu gosto de fazer este tipo de trabalho, tanto o método OSINT, seja de rastreio de empresas, ou Follow the Money. Eu gosto muito desse tipo de coisas.

11) Quando entramos na Casa de Infância Elísio de Moura filmamos com a câmara. Não utilizamos uma câmara oculta comum, mas sim a câmara que tínhamos à disposição. O que tens a dizer sobre a utilização de câmaras ocultas?

A câmara não estava era oculta. Isso é muito difícil. Eu não sou absoluto fã do método da câmara oculta, porque facilmente cai numa história muito populista e sensacionalista. Muito rapidamente se desvia para aí. Não estou com isto a dizer que não, que de vez em quando não seja absolutamente necessário e quando é, se é pelo interesse público, nós fazemos. Por exemplo, aí nós nunca temos problemas em adotar esses métodos, como te lembráras, nem discutimos, simplesmente começou a gravar. E depois discutimos se usamos ou não.

Não tenho qualquer problema em usar. A partir do momento em que é pelo interesse Público e se isso for uma discutido com a equipa e toda a gente aceitar que é um método aceitável, eu uso. Eu não tenho quaisquer problemas em divulgar, só quando o advogado da SIC, o Conselho Jurídico da SIC não deixa ou tem muitas reservas.

12) Quando a Rosa e a Olinda foram à Casa, elas gravaram com o telemóvel a conversa. Era uma hipótese elas utilizarem câmaras ocultas e escutas?

Isto é absolutamente hipotético, mas imagina que a Casa nega que tenha havido qualquer tipo de abuso, no período em que nós estávamos a investigar. Se a Olinda entra na Casa a gravar com a outra senhora e o senhor que é o Diretor da Casa-Museu, admite que sim, talvez possa-se usar sim. Depende muito da informação que recolhes. Nunca fazes isso com as vítimas, só fazes isso com as entidades poderosas, com os escrutinados, com aqueles que tu sabes que a relação de poder entre o jornalista e o investigado, é muito grande. No sentido que o jornalista é mais fraco, então às vezes tem que usar alguns destes métodos para conseguir obter informação.

13) Esta investigação teve a particularidade de uma das fontes principais ter um papel importante na questão de vos apresentar as outras potenciais vítimas. Como é que se lida com fontes que querem ter o controlo das investigações? Qual foi a solução que encontraste para lidar com esta fonte?

É sempre um risco. Nós demos à Olinda um papel extremamente relevante na investigação. Uma coisa que normalmente nós não fazemos, mas pareceu-nos que seria a única hipótese de chegar às vítimas naquele curto espaço de tempo, que seria 2 a 3 meses. Nós ainda contactamos

muita gente e fizemos quase 8000 km em 3 meses, só para ir ter com essas vítimas.

Nós não achamos que ia ser possível entrar de paraquedas de repente, e que em princípio as vítimas não se sentiam bem a falar connosco, se aparecêssemos assim. Então a Olinda conseguiu ter esse papel. Primeiro por ser mulher, também foi vítima e falou com elas. Foi mais bem-sucedida do que nós teríamos sido.

Pareceu-nos que era a única hipótese e então seria sempre um risco ela tomar conta da investigação ou achar que estava a tomar conta. Mas na realidade nunca tomou, foi um pouco difícil fazer com que ela contactasse as pessoas que nós queríamos que ela contactasse.

Inicialmente, parecia que ela tinha algumas preferidas. E no fundo, o que nós fizemos foi com muita paciência, ir insistindo e nunca a pressionar para fazer algo que ela não queria. E também tentar fazê-la perceber que era muito importante falar com esta ou aquela. No fundo, foi alguma paciência e sensibilidade. O que não quer dizer que não tenha sido um pouco desgastante. Foi. Eu nunca tinha feito uma história assim de violência sexual.

14) Nunca trabalhaste uma história com um tema como este?

Sim, nunca tinha trabalhado. Foi uma experiência nova. Nunca tinha tido essa experiência e então tinha algum receio de como é que poderia ou não falar com ela (a fonte). Embora não muito, porque ela estava de facto disponível para falar, e então não houve assim grandes stresses. Mas de facto foi a primeira vez onde tive uma fonte muito próxima à investigação.

15) Muitos dos testemunhos são violentos e difíceis de ouvir. Conseguiste distanciar-te do papel de jornalista e do papel do cidadão?

Sim. Para mim, o mais difícil foi, de facto, manter o distanciamento em relação à minha animosidade perante a Igreja. É uma instituição que mexe um bocadinho comigo, com os meus nervos. Mas mantive distância e essa foi a parte mais difícil.

Em relação aos relatos, já tive em algumas situações em que percebi que fiquei afetado psicologicamente, por exemplo na história sobre os polícias. Também porque foi um trabalho muito duro e havia ódio. Eu consigo felizmente manter sempre um distanciamento bastante grande. É um trabalho, é no fundo um objeto de estudo. A partir do momento em que pensas assim, que tens esse mindset, digamos assim, a coisa faz-se bem, pelo menos na minha perspetiva.

16) De uma forma geral, o que correu bem e o que correu mal nesta investigação?

Foi nos vendida uma história de uma rede ligada à Universidade de Coimbra, onde basicamente os Catedráticos de Coimbra eram todos pedófilos. Isso foi o que falhou. Então normalmente tu pensas que o máximo de qualidade da história, o grau 5 de melhor investigação possível seria isto, se não for isto também é uma excelente história. Acabamos por ter um grau 4. Foi bastante bom. Tudo o que se leu nos documentários, nós conseguimos comprovar por fontes que não sejam as vítimas. Há também a questão da arma do Padre Sebastião.

17) Para além disso, fizemos o que estava ao nosso alcance para perceber se o testemunho da Olinda e da Cristina era realmente possível ou não de ter acontecido. Se alguém estava a mentir ou a copiar o testemunho.

Nas últimas 2 semanas também conseguimos perceber qual era a atuação da Igreja através da Rute Agulhas logo a seguir à entrevista, quando a Olinda é rejeitada. Tudo isso, na verdade, foi pura sorte. Foi uma questão de timing e calhou mesmo na altura certa. E isso até acaba por ser a coisa mais bem conseguida. Um caso de uma casa há 40 anos ter tratado mal as meninas que lá viviam, mas ter a atuação da Igreja a fazer aquilo que fez à Olinda foi, de facto, a cereja no topo do bolo. Desde o início, estávamos perfeitamente conscientes de que a Igreja e o Grupo Vita, eram uma espécie de tampão para defesa da Igreja. Para não deixar que chegassem muitas vítimas, muitos pedidos de indemnização, etc. Isso percebeu-se logo. Só que não íamos conseguir provar se caso aquilo não tivesse acontecido naquele período de tempo e aconteceu. Isso foi o que correu melhor. E honestamente, eu não consigo perceber, o Grupo Vita sabendo que nós estamos a fazer aquela reportagem, sabendo que a Olinda era nossa fonte principal e nós estávamos muito próximos dela, como é que eles decidem fazer aquilo e escrever aquele relatório de conclusão do processo.

18) Como é que tu entraste no jornalismo? Na tua opinião, qual é o perfil de jornalista de investigação?

Eu entrei no jornalismo de investigação quando cofundei o Setenta e Quatro. A ideia começou em 2020. Comecei a fazer investigação a partir dessa altura. Portanto, há cerca de 4 anos. Nós quisemos fazer jornalismo de investigação, porque a extrema-direita, estava a crescer. O Chega tinha entrado, estava a tomar o ecossistema mediático, estava a conseguir controlar muitas

narrativas ou a colocar discursos no espaço público que antes não eram aceitáveis. E houve uma data de eventos, também uma sucessão de eventos de ódio, de manifestações de extrema-direita, de racismo, de xenofobia, etc., em específico o assassinio de Bruno Candé. É nesse período que nós temos a ideia de criar Setenta e Quatro, para ser uma plataforma para investigar jornalisticamente a extrema-direita. A seguir ao assassinio do Bruno Candé, houve uma manifestação à frente do SOS Racismo com tochas, espécie tipo KKK. Foi a partir daí que comecei a investigar. O meu primeiro grande trabalho foi o Testa de Ferro com o Pedro Coelho, sobre o Luís Filipe Vieira.

19) Achas que o jornalista de investigação é um lobo solitário?

Eu nunca trabalhei nesse contexto felizmente, e acho que não faz qualquer sentido trabalhar nesse contexto. O tempo do lobo solitário já acabou. Existem alguns naturalmente, mas quase ninguém faz investigação jornalística hoje sozinho. O próprio Micael Pereira, por exemplo, é um lobo solitário, mas não é um lobo solitário ao mesmo tempo, porque colabora sempre com muitos outros jornalistas, com outras redes internacionais. Ou seja, a quantidade e volume de dados que temos disponíveis para recolher, analisar e interpretar os dados, faz com que seja impossível o jornalista ser um lobo solitário. Não é impossível, mas demora demasiado tempo e são necessários demasiados recursos.

20) E não há dinheiro para esse tipo de investigação demorada, não é?

Sim. Não há dinheiro para tal e acho também que não faz qualquer sentido, mesmo que não haja esse grande volume de dados, como por exemplo, nesta história, porque há sempre muitas dúvidas. Há sempre dúvidas, nunca estás absolutamente seguro dos caminhos. E quando tens debate e conversas naturalmente com as pessoas sobre o trabalho e vais alinhando a estratégia, a coisa fica muito melhor.

Em relação ao perfil, há uma certa obsessão, acho eu. Os jornalistas de investigação são um bocadinho obsessivos nos trabalhos. Quando estão dentro de um trabalho, quando começam um projeto, não conseguem pensar noutra coisa. O jornalista de investigação tem um certo nível de obsessão. Tens que estar sempre em cima da história, ter muita disponibilidade. Nós, por exemplo, nesta investigação, perdemos muitos fins de semana. Fizemos viagens longuíssimas e trabalhamos imenso durante os fins de semana. Tens que estar disponível para estar num determinado sítio e numa determinada hora, seja a que hora for.

21) Tem que se ser disciplinado também.

Muito disciplinado, muito metódico. Com muita atenção ao detalhe. Normalmente são nos detalhes onde estão as grandes histórias. É preciso ter alguma obsessão pelo detalhe.

Eu acho que o jornalismo de investigação, mais do que o jornalismo quotidiano, embora que o jornalismo quotidiano devia também ter essa função, devia zelar pela democracia e até aprofundá-la. Tem um bocado esse carácter, portanto, ter algum sentido de justiça, de escrutínio. Ter um sentido de justiça democrática.

22) Há temas que que não têm qualquer escrutínio. Não são investigados por parte dos jornalistas. Quais foram os temas que já fizeste investigação? E na tua opinião, quais são os temas que não se faz sequer investigação? Por exemplo, faz-se investigação sobre a justiça?

Não existe em Portugal. Mas o jornalismo de investigação é praticamente inexistente. São só meia dúzia de pessoas, na verdade, se fores pensar bem, que fazem com alguma frequência em Portugal. Conta-se mesmo pelos dedos. Temos o Paulo Pena, Miguel Carvalho, o Micael Pereira, o Pedro Coelho, o Paulo Barriga, vou-me incluir, também faço. Não há muito mais gente.

Mas se tivesse uma unidade de investigação com 5 pessoas altamente treinadas em métodos digitais, por exemplo. Altamente treinados em jornalismo de dados. As coisas que tu conseguias publicar e fazer num mês. Por exemplo, pequenas notícias, que são investigação também. Fazer notícias em vez de só grandes reportagens, conseguias fazer muito. Fazia muito bem ao jornalismo e, além de não ser assim, tão caro, trazia muitos benefícios aos jornais. Mais benefícios do que os custos.

23) Para ti há temas que não têm qualquer escrutínio, mas que seria concretizável fazer, por exemplo, na justiça ou no desporto.

Sim. Em todos os tópicos onde hajam instituições poderosas e possíveis vítimas, são escrutináveis sempre. Eu gostaria muito, muito mesmo de fazer uma história sobre o Ministério Público, a relação promíscua do Ministério Público com alguns órgãos de comunicação social e repórteres.

24) E como é que tu vês o contexto de jornalismo de investigação em Portugal, sendo que há pouco estavas a falar que são poucos, não é?

Está atrasado na parte da investigação digital/jornalismo de dados, etc. Isso está bastante atrasado. Nas ciências sociais já muita gente usa métodos de programação, linguagens de programação para fazer análise de dados, métodos quantitativos etc. Mas Portugal nesse campo está mesmo muito atrasado. Não temos jornalistas de dados. Temos 2 ou 3 jornalistas, que utilizem métodos avançados de recolha, análise e interpretação de dados. O único que faz ainda algumas coisas é o Público e com algumas visualizações interessantes, mapas interativos etc. Só é esse jornal e acho que é feito por um só jornalista.

Eu acho que o jornalismo em si em Portugal está a correr o risco de extinção. Portanto, o jornalismo de investigação ainda mais, porque consome mais recursos e dura mais tempo. É mais caro, então as empresas jornalísticas não têm estado a investir de todo, nem sequer no jornalismo.

Eu acho que a situação em Portugal é muito deprimente, mas principalmente é muito preocupante. Eu sinto que o quanto mais qualificado eu ficar, menos hipóteses terei de arranjar um emprego em Portugal. És visto como uma ameaça às direções. Alguém que é qualificado, que tem alguma experiência na investigação jornalística, uma pessoa que não diga “sim” às direções, às administrações, veem logo essas pessoas como um perigo. Em Portugal, as prioridades estão mesmo todas ao contrário.

Anexo 3. Entrevista a Diana Matias

Produtora Editorial da Grande Reportagem

Oeiras, 9 de julho de 2024

1) Como foi a tua trajetória até à Grande Reportagem?

Eu tirei a licenciatura em Ciências da Comunicação na vertente de Jornalismo na Universidade Nova de Lisboa e vim fazer o estágio curricular para a SIC. Sendo que comecei a estagiar na SIC online, na redação e tive o meu primeiro contrato de trabalho ao abrigo da SIC online. Depois houve a oportunidade de integrar a redação e aí fiz tudo um pouco. Fiz PJ, JN, SIC, Notícias, jornais do fim de semana.

Passei por várias editorias, desde sociedade ao desporto, até que comecei a perceber que aquilo que eu gostava mais não era propriamente a informação do dia a dia. Eram um tipo de reportagens que exigiam mais tempo, mais profundidade e comecei paralelamente ao meu trabalho para o qual tinha sido contratada, comecei a trabalhar com a Sofia Pinto Coelho em programas ligados a direito, casos judiciais. Comecei a fazer reportagens um bocadinho mais longas. Entretanto surgiu a oportunidade de integrar um programa novo que a própria Sofia ia lançar, que se chamava “Perdidos e Achados”, que esteve no ar muitos anos no Jornal da Noite da SIC, e aí já eram reportagens de média dimensão. Fui contratada como produtora editorial, mas também fazia reportagem. Acumulava duas funções. Eram reportagens de entre 10 a 15 minutos, era um formato intermédio e depende um bocadinho dos temas, porque o grande desafio ali era muitas vezes encontrar as pessoas. A ideia era partir de uma peça antiga do arquivo da SIC e atualizá-lo, e muitas vezes reencontrar as pessoas não era fácil. Era muito variável, mas eu diria que 1 mês e meio mais ou menos tínhamos uma reportagem pronta para ir para o ar.

Entretanto, em 2014, surgiu a hipótese de ir para a Grande Reportagem que era há muito tempo o meu objetivo, porque ainda assim, portanto, é o lugar onde se faz jornalismo de investigação mais aprofundado, onde o trabalho requer mais tempo. Porque eu claramente não sou do Sprint, eu sou da maratona e, portanto, era uma coisa que me interessava já há muito tempo. Surgiu essa oportunidade e estou, portanto, desde 2014, a fazer a produção editorial da Grande Reportagem. O “Perdidos e Achados” ainda continuou mais um ou 2 anos e depois, então decidiram retirá-lo da antena.

2) Quais são as tuas funções na Grande Reportagem?

Eu faço a produção editorial, ou seja, é uma função que acompanha os vários jornalistas que estão a fazer reportagem desde a ideia inicial do tema até ao momento em que vai para o ar. É uma função muito transversal, porque eu participo na escolha de temas que um dia se vão tornar Grande Reportagem, na escolha dos entrevistados que são mais relevantes, tendo em conta o tema e o ângulo. Confrontar fontes, cruzar informação, ler documentação, consultar processos. Fazer muitas vezes uma triagem daquilo que é uma hipótese de entrevistado, porque muitas vezes temos algumas hipóteses, dependendo dos temas. Também colaboro nessa escolha. Depois o que faço muitas vezes é acompanhar a fase da escrita do jornalista, porque às vezes é preciso cortar, há uma dúvida, há um off que tem de ser equacionado, eu também os apoio nessa tarefa.

Muitas vezes também procuro locais de filmagem e trato das respetivas autorizações. E depois, no fim da reportagem, no fim da edição, muitas vezes também faço o trabalho de revisão. Ou seja, garanto e certifico-me que não há gralhas no grafismo e legendagem, não há saltos na imagem. Está tudo a bater certo, não há contradições, está definitivamente pronta para ir para o ar. Portanto, eu acompanho a história do início ao fim, desde que ele é um embrião até ao parto, digamos assim, e isso é o que me entusiasma mais nesta função.

3) Acabas por não ser só produtora, não é?

Sim. É a chamada produção editorial, que é um conceito que está muito sólido, por exemplo, no jornalismo Anglo Saxónico e aqui, no Sul da Europa, não é tão tanto. Ou seja, um produtor é uma função onde cabe muita coisa, desde a produção mais executiva, que tem mais a ver com orçamentos e com alinhamentos, até esta produção editorial, que no fundo é um jornalista que faz porque faz escolhas que têm impacto editorial nas reportagens. É uma função muito pouco explorada e eu tropecei nisto graças à Sofia Pinto Coelho na altura e percebi que era exatamente aquilo que eu queria fazer. Porque eu mais do que terreno, gosto muito desta questão de aprofundar, de refletir, de fazer escolhas editoriais, não necessariamente ir para o terreno fazer as entrevistas. E, portanto, encontrei aqui um equilíbrio muito interessante em termos de função, que é uma coisa que me preenche muito.

4) Quais são os recursos financeiros e humanos necessários que se requer numa investigação? Por exemplo, tu lidas muito com a questão do budget. Nesta investigação

como é que foi feita essa gestão e qual era mais ou menos o budget para investigação?

Nós aqui na Grande Reportagem não funcionamos muito com um budget definido. Ou seja, nós estamos ao abrigo da Direção de Informação e os custos são sempre avaliados em conjunto com o Subdiretor que está responsável pela área, que é o José Gomes Ferreira. Imagina que é preciso fazer uma viagem a Paris durante 4 dias para ir fazer determinado tipo de entrevistas, eu faço um plano daquilo que é o orçamento das viagens, da estadia, do táxi, do carro, do aluguer de carro, etc. Proponho ao José Gomes Ferreira, e digo “isto é importante porque vai criar esta e esta e esta mais valia à reportagem”, e a decisão é sempre dele. Ou seja, eu nunca sei exatamente se posso ir até aos 1000, 5000, 10000 euros.

É muito volátil, depende muito também, porque ele é que tem um overview sobre os gastos da redação e às vezes é mais fácil dizer que sim, outras vezes menos, e ele faz a ponderação tendo em conta o orçamento que eu lhe proponho e a mais-valia que aquilo representa para a reportagem.

Eu acho que é um dos grandes desafios do jornalismo de investigação hoje em dia e não é uma questão nacional. Eu acho que é uma questão transversal, de facto, a falta de recursos financeiros e humanos, sem dúvida nenhuma. Em termos de recursos técnicos estamos sempre a dar um passo em frente. Filma-se cada vez melhor, com câmaras cada vez mais interessantes do ponto de vista visual e mais fáceis de usar e, portanto, a tecnologia está a mudar. Hoje em dia até com um telefone tu podes fazer coisas muito interessantes em sítios onde se calhar não podes levar uma câmara gigantesca e pesada. Há um manancial de recursos técnicos muito interessantes ao nosso dispor.

Agora os recursos financeiros e os recursos humanos são um problema, porque na investigação nós precisamos de muito mais tempo, mais pessoas e isso custa dinheiro às redações e às vezes não é muito evidente até onde é que tu monetizas este tipo de trabalho. Para todos os efeitos a informação não tem propósito comercial e é difícil, é pouco palpável aquilo que é o impacto deste tipo de trabalho, porque muitas vezes não é uma questão monetizável.

Tem a ver com a credibilidade do meio de comunicação social, que o emitiu, o prestígio, a capacidade de abrir portas para futuros trabalhos e isso é uma coisa muito difícil, isso é um grande desafio hoje em dia, eu acho. Mesmo alocar recursos financeiros e humanos suficientes para fazer jornalismo de investigação digno desse nome.

5) Esta investigação teve a particularidade de tu teres falado com pelo menos 2 testemunhas que podiam ter sido potenciais vítimas de abuso sexual. Como é que contactaste estas pessoas, sendo o tema tão sensível?

É talvez o grande desafio. Teres a capacidade de chegar à fala com as pessoas, muitas vezes em contextos de grande fragilidade, muito delicados e criar pontes com as pessoas. Não há uma fórmula. Eu tento jogar sempre com a questão da empatia. Tento colocar-me no lugar da pessoa e perceber como é que eu gostaria que abordassem este assunto comigo. E acima de tudo, é preciso respeitar muito a pessoa com quem se está a falar e preparares-te para ter qualquer tipo de reação. Eu acho que isso ganha com a experiência. Há um lado de inteligência emocional que podes ter mais presente ou não. Mas depois ganha-se com a experiência, porque o interessante nesta profissão é tu lidares com todo o tipo de pessoas em todo tipo de situações e realidades e vais tentando perceber como é que podes chegar às pessoas e a questão da empatia de facto é o mais importante.

Neste caso, em concreto, que é um tema altamente delicado, eu tentei perceber como é que eu poderia chegar às pessoas sem fazer com que elas sentissem que eu estava de alguma forma a invadir o foro mais íntimo e pessoal. Mas para todos os efeitos, há perguntas que tem que ser feitas. E, portanto, eu tenho sempre uma abordagem inicial mais calma e menos invasiva. Depois, à medida que vou sentindo abertura das pessoas para ir mais além, vou tentando fazer esse trabalho a pouco e pouco, mas de facto, há situações muito complicadas e esta é uma delas porque são pessoas com uma fragilidade emocional muito grande. Curiosamente nenhuma delas e já aconteceu noutras situações, me fechou a porta ao início

6) Como abordaste as pessoas? A partir do *Facebook*? Falaste abertamente sobre o que estávamos a fazer, não é?

Sim. Comecei pelo *Facebook*. O *Facebook* de facto tem essa essa grande vantagem. Hoje em dia é uma ferramenta importante, porque às vezes é muito difícil de localizar pessoas que são anónimas, que não têm propriamente uma instituição associada, uma profissão que tenha exposição pública e muitas vezes é através do *Facebook*. Ou às vezes é através da Câmara Municipal ou de uma Junta de Freguesia.

Às vezes as instituições mais locais ou saber que em tempos a pessoa esteve ligada a uma IPSS de uma localidade mais pequena. Às vezes há esse trabalho de desfiar até chegar. Neste caso, foi o *Facebook* que nos ajudou imenso a localizar as pessoas.

7) Quais são as limitações das investigações jornalísticas televisivas?

Uma coisa que nós temos que valorizar bastante é internamente nós temos uma margem para trabalhar. Nunca senti que estivéssemos de alguma forma condicionados, à partida, sobre qualquer tipo de tema que nós quiséssemos abordar e isso é precioso para este tipo de trabalho.

Fora de portas, o que acontece muitas vezes neste tipo de investigação em que põe em causa poderes muito instituídos, há sempre muita resistência em muitos bloqueios ao trabalho que se quer ser feito, que tem que ser feito.

E aí eu acho que a pedra de toque é a experiência do jornalista e por alguma razão, são jornalistas seniores que se dedicam a temas deste género. Porque é aí que se faz a diferença, a capacidade de levar uma investigação avante, independentemente das forças de bloqueio que se queiram atravessar pelo caminho que há sempre nestes casos mais delicados. É sempre muito mais difícil do que fazer um tipo de jornalismo que não põe em causa entidades tão assentes, mas isso também o torna o trabalho mais interessante e mais importante no sentido de Serviço Público que queremos fazer.

8) Uma das limitações que nós encontramos foi encontrar cenários para filmar. Tens mais algum exemplo de outra investigação em que foi impossível encontrar um cenário e filmar?

Nestes casos muito delicados isso acontece porque as pessoas não querem estar associadas. Têm sempre receio que haja uma identificação, nem que seja visual de quem está a ver em casa, daquele sítio ou daquele espaço a um tema que é delicado e isso acontece muitas vezes.

Este tipo de investigação tem muito pouco de visual, então nós temos que criar muitas vezes imagem, porque não há imagem de base. Tem muita documentação, muitos testemunhos que não têm suporte e não consegues ilustrar. Isso é um desafio imenso quando se faz investigação em televisão. Mesmo muito grande. Muitas vezes temos que recriar cenários ou filmar de uma maneira que é quase metafórica. E muitas vezes essa ideia é difícil de passar a quem pode decidir se podemos filmar ali ou não, que aquilo é uma metáfora, que não é uma colagem.

Por exemplo, quando fizemos as investigações sobre Luís Filipe Vieira, nós precisávamos de um prédio em construção, porque ele participou em muitos negócios imobiliários que ficavam sempre pelo caminho. Então queríamos filmar num prédio em construção, alguns vivos do Pedro Coelho também. Usar a imagem para depois fazer suporte para grafismo, para exhibir documentação, etc. E eu falei com dezenas de promotores imobiliários, de empreiteiros e nunca

consegui que alguém dissesse, “Sim, Senhora, podem filmar desde que seja claro que aquele negócio, aquela obra, não tem nada a ver com os negócios”, e não consegui. Tivemos que pensar numa solução interna porque as pessoas tinham sempre receio por alguma razão, mesmo que nós cumpríssemos com o prometido de não fazer nenhuma associação. As pessoas têm receio nem que seja do ponto de vista visual. “Aquele prédio tem negócios, está associado a negócios, então já não quero comprar aquele apartamento” ou “aquela empresa já não se vai sediar ali”. Isso é um grande desafio.

9) Qual foi a solução encontrada nesse caso?

Acabamos por filmar na garagem aqui do edifício Impresa, numas paredes que estão um bocadinho mais em bruto, digamos assim. Não ficou com o impacto visual que nós queríamos porque um prédio em construção com vários andares permitiria, por exemplo, usar um drone, usar vários andares consoante o tipo de documentação que tínhamos. Há um mar de possibilidades que aqui não foi possível explorar, mas lá conseguimos dar a volta ao texto.

10) Quais foram os constrangimentos e soluções encontradas nesta investigação?

Eu acho que a grande questão aqui foi conseguir ganhar a confiança suficiente das pessoas para falarem connosco sobre um tema destes. E depois, há uma dificuldade também que nós notamos no terreno que é a fragilidade emocional destas pessoas. Isso torna complicado o trabalho do jornalista porque as perguntas têm que ser feitas. Não podemos deixar de as fazer, mas nunca sabemos, nunca estamos 100% seguros sobre o impacto que as perguntas têm nas pessoas. O reviver das situações é delicado, é muito delicado e depois perceber também até onde é que podemos ir. Entre o dever e o poder até onde é que se vai. Qual é a fronteira? Isso é uma grande dificuldade neste tipo de temas.

11) De uma forma geral, quais são os métodos que usas para procurar informação e contactar fontes, etc?

Depende muito do tema que estamos a tratar. Há uma coisa que o jornalismo de investigação precisa, que é anos de trabalho, porque à medida que os anos vão passando, tu vais reunindo uma carteira de contactos muito diversificada. Como nós fazemos investigação sobre temas muito diferentes, desde a economia ao desporto, à sociedade, ao ambiente, há uma carteira de

contactos que vai crescendo e que nos vai ajudando a fazer esse trabalho.

Muitas vezes, quando eu estou a tratar, imagina um tema de ambiente e não percebo exatamente a gravidade de uma determinada entidade ter ido contra um parecer de uma instituição, há alguém a quem eu posso telefonar que eu sei que percebe do assunto e é suficientemente isento para me dizer qual é a gravidade daquilo ter acontecido ou de alguma coisa não ter acontecido ou deste passo não ter sido feito. E o jornalismo de investigação vive muito disso, desses contactos que tu vais criando, essas pontes que te ajudam a separar um bocadinho trigo do joio. Perceber-se qual é o ângulo certo daquela reportagem, se aquilo, de facto faz sentido avançar ou não.

E um cruzamento de informação também é importante porque o delicado aqui muitas vezes é tu teres a certeza que ouviste todas as partes envolvidas e que cruzaste informações para estar suficientemente sólida naquilo que é a informação que tu vais passar. Não podes ouvir só uma pessoa. Tu tens sempre que tentar o contraditório, isso é muito importante e ver as coisas de uma maneira 360°. Não deixares que te afunilem o pensamento, quando alguém vem fazer uma denúncia, partilhar contigo uma história, tu não podes achar que te afunilem. Aquilo é sempre um ponto de partida para tu abrires.

12) E encontrares mais pessoas.

Exatamente e perceber se aquilo é de facto assim, se não podia ser de outra maneira. Isso é o ponto de partida fundamental que é a conversa nunca te afunila, tem que te abrir o ângulo e tu precisas de fazer a cobertura de todas as maneiras de ver aquele assunto.

E isso é o mais importante para qualquer investigação. Depois depende um bocadinho do tema, do tipo de abordagem que vais fazer. Hoje em dia temos acesso à informação de uma maneira mais facilitada e a questão do acesso à informação ainda é muito respeitado, a não ser que esteja em segredo de justiça, um tribunal, um juiz permite que consulte um processo. Há muita coisa que se consegue reunir, é uma questão de tempo e de trabalho, mas acima de tudo o que eu acho fundamental em termos de método, é ouvir todos os lados de uma mesma história, porque há sempre vários ângulos.

13) Ter uma boa rede de contactos.

É, porque não podes estar condicionada a uma fonte, a uma perspectiva, porque há sempre

interesses, mesmo que sejam super válidos. Há sempre um interesse e tu tens de ter a certeza que aquele interesse não te está a condicionar o teu trabalho e isso é a carteira de contactos e as tuas fontes de informação são preciosas nesta área.